

FACULDADE DE DESPORTO

Plano
Estratégico
2011-2015

U. PORTO



FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE DESPORTO

Plano
Estratégico
2011-2015

SUMÁRIO

I - POSICIONAMENTOS	7
1. Introdução	9
2. Respeito pelo símbolo e pelos estatutos da UP	13
3. Da parcialidade e da unilateralidade	20
4. Do lugar contextual e circunstancial	22
5. Proclamação de uma ideia da Universidade	27
6. O que é ‘reformular’?	36
7. Saberes - áreas – estrutura	39
8. Modelo(s) de organização	43
9. Do governo da Universidade	51
10. Formação <i>versus</i> instrução	55
II - LINHAS DE AÇÃO	61
1. Esclarecimento	63
2. Em primeiro lugar as pessoas	65
3. Vinculação a princípios e valores	68
4. Defesa da existência da Faculdade como unidade orgânica autónoma	70
5. Reforço e clarificação da missão da Faculdade	73
6. Excelência na formação e investigação	88
7. Desenvolvimento da atividade científica e afim	93
8. Internacionalização, cooperação e mobilidade	107
9. Publicações	118
10. Avaliação dos docentes	123
11. Formação contínua	132
12. Eventos científicos	133
13. Reestruturação científica	135
14. Instalações e obras	136
15. Melhoria dos serviços	138
16. Relacionamento com a Associação de Estudantes	144
17. Renovação da Direção da Faculdade	145
18. Conclusão	147
III - FECHO	149

I. POSICIONAMENTOS



Sem missão não há homem.

Ortega y Gasset, 1883-1955

1. Introdução

Um indivíduo é livre quando sente a necessidade de obedecer não a pessoas, mas somente a leis.

Immanuel Kant, 1724-1804

O Senhor Reitor da Universidade do Porto enviou, em 11.01.2011, através do ofício GR.016.291-2011 (assunto: *Planos estratégicos das faculdades*), o “plano estratégico da U.Porto 2011-2015” aprovado pelo Conselho Geral em reunião do dia 7 de Janeiro.

No penúltimo parágrafo do referido ofício era afirmado que os “planos estratégicos das unidades orgânicas (...) obviamente deverão estar alinhados com o plano estratégico da U.Porto aprovado”.

Mais era solicitado que as unidades orgânicas remetessem “ao Reitor e ao Presidente do Conselho Geral até ao dia 30 de Junho de 2011” o respetivo plano estratégico.

Na altura (ofício SPE.01.01.00037, de 19.01.2011) transmitimos ao Senhor Reitor a seguinte posição:

“O Sr. Reitor da Universidade do Porto foi recentemente eleito pelo Conselho Geral. Para o efeito apresentou um programa de candidatura que se encontra plasmado no *PLANO ESTRATÉGICO E GRANDES LINHAS DE ACCAO U. PORTO 2011-2015*.

Os Diretores das Faculdades também foram eleitos recentemente. Para o efeito apresentaram igualmente um programa de candidatura, legalmente exigível. Ou seja, estão vinculados a um contrato de orientações, compromissos, finalidades, ações e medidas com a comunidade que os elegeu. Têm a obrigação de o honrar e cumprir, já que para tanto foram

eleitos. É, portanto, em nome desse programa e contrato que devem conduzir a sua atuação e tomar posições condizentes.

Certamente merecem a nossa concordância muitas das formulações avulsas que perfazem o laborioso e meticuloso plano da autoria do Sr. Reitor. Porém não nos revemos nalguns - e assaz ponderosos - pressupostos, princípios e concepções que o inspiram, na noção de Universidade e no entendimento e modalidade do seu governo que ele expressa. De resto isto ficou espelhado no programa de candidatura a Diretor da Faculdade, aprovado com os votos unânimes do Conselho de Representantes”.

Nesta conformidade oferece-se evidenciar o seguinte:

- **Primeiro**: Mantém-se inteiramente válido o programa de candidatura ao cargo de Diretor da Faculdade que, em 26 de Abril de 2010, apresentamos ao Conselho de Representantes e mereceu a aprovação deste órgão. O documento foi, em devido tempo, encaminhado para o Senhor Reitor e para o Senhor Presidente do Conselho Geral.
- **Segundo**: O presente plano constitui, pois, uma reafirmação e atualização dos postulados e linhas de ação enunciados no dito programa.
- **Terceiro**: Em coerência e consciência sentimo-nos intimados a avivar posições já enunciadas no programa de candidatura.
- **Quarto**: Um plano estratégico seleciona e aponta linhas de ação. Indicar e concretizar ações é próprio de um plano anual de atividades e orçamento.
- **Quinto**: A super-regulamentação (sobrecarga de normativos e regulamentos, assim como de inquéritos, relatórios e quejandos associados ao ‘reformismo’) que assoberba a Universidade do Porto, decorre da falta de explicitação (quando não do encobrimento) de posições e princípios. Não queremos incorrer nesta última falha.

Admite-se que a estrutura e muitas palavras deste texto possam ser desconfortáveis e duras. Porém maiores são a amargura, a descrença e dureza da realidade.¹ Cada vez mais fica evidente o submerso estendal de interesses escuros, mesquinhos, pessoais e rasteiros, assim como de misérias éticas em que se vai convertendo gradativamente a Universidade. Acresce que é assaz difícil denunciar e resistir a jogos e pressões e não se deixar enlear por essa teia, até porque nem todos descortinam utilidade na observância e na prática dos atos e deveres da coragem, frontalidade e verticalidade.

Moralmente a Universidade corre hoje o perigo de se transformar num anão putrefacto; pouco a pouco, vai definhando a razão para continuar a escrevê-la com letra maiúscula. Dolorosa e paradoxalmente não se pode esperar atitudes edificantes de uma estrutura criada para ser um poder espiritual da sociedade. Diminui nela o lugar da esperança, à medida que aumenta o da desilusão. Não poucos universitários renunciam à transparência; engrossam o grupo dos espertos e ladinos, peritos em driblar os princípios que apregoam. E assim se destrói o imaginário acerca da missão humanista e social da Universidade.

O sociólogo uruguaio Eduardo Galeano adverte que *“talvez a gente seja as palavras que contam o que a gente é”*. As palavras desnudam e dão nome ao que existe dentro de nós e é o que somos, a história já cumprida e a que ansiamos cumprir.

Por sua vez, José Saramago (1922-2010) aviva as exigências do Ser: *“Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir”*.

Como quer que seja, ao iniciar a elaboração deste plano apodera-se de nós a mesma sensação que habitava Fernando Pessoa (1888-1935), quando escreveu o poema *Ano Novo*:

¹ Esperamos ser compreendidos e absolvidos à luz deste parecer de Bertolt Brecht (1898-1956): *“Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas às margens que o comprimem”*.

Ficção de que começa alguma cousa!
Nada começa: tudo continua.
Na fluida e incerta essência misteriosa
Da vida, flui em sombra a água nua.
Curvas do rio escondem só movimento.
O mesmo rio flui onde se vê.
Começar só começa em pensamento.²

² Fernando Pessoa, *Poesia (1918-1930)*, edição de Manuela Parreira da Silva, Ana Maria Freitas e Madalena Dine.

2. Respeito pelo símbolo e pelos estatutos da UP

*Podemos amar a liberdade e colocá-la no topo das nossas prioridades.
Mas uma liberdade desabitada será sempre a pior forma de solidão.*

Philippe Roth, romancista norte-americano

A Universidade do Porto ostenta no seu símbolo a figura de Minerva. Como é sabido, Hegel (1770-1831) vê a função da filosofia no mito da Coruja de Minerva, cujas asas somente abrem e levantam voo ao entardecer, isto é, quando a escuridão, a dúvida e a perplexidade invadem a mente e o coração dos homens.

Acresce que os Estatutos da UP - como os da generalidade das Universidades - põem o acento tónico no direito à diferença, na liberdade e independência do pensamento, da investigação e criação dos docentes. Mais, há quem sustente que a crítica é de vital importância para a Universidade, devendo ser apoiada, estimulada e até financiada.³

De resto foi confortante constatar, na Sessão Solene Comemorativa do Centenário da UP (22.03.2011), o forte aplauso recebido por uma passagem da alocução (marcada pela exibição da verdade absoluta e pela reafirmação do menoscabo das Faculdades, dos seus Professores, do ensino e das aulas) do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, na qual homenageou Professores (Abel Salazar, Ruy Luís Gomes e José Morgado) perseguidos no passado, devido à sua postura de liberdade académica, de pensamento, de ensino e intervenção. A homenagem foi saudada efusivamente por todos os presentes, nomeadamente o Senhor Reitor, os membros do Conselho Geral e do Conselho de Curadores. Como que a reafirmar que a Universidade não é

³ Roger Dillemans, intervenção na conferência *Preparar o Futuro*, comemorativa do Centenário da UP, 25 de Março de 2011.

a betesga do unanimismo e monolitismo, mas sim a ágora e acrópole da transgressão e ousadia criativa e intelectual.

A pertença à UP vincula-nos, pois, ao uso e à obrigação do questionamento e do pensamento divergente. Sempre, mas particularmente numa época em que a luz da razão é frágil e não passa de um débil e pequeno lume, favorecendo a emergência e a possibilidade de queda em várias formas de insensatez e irracionalidade.

O contexto atual faz inteiro jus à avaliação que William Shakespeare (1564-1616) formulou acerca da sua era: *“É uma infelicidade da época: que os doidos guiem os cegos”*.

Com efeito é sobejamente notório que padecemos da insuficiência ou mesmo da falta total de conhecimento de orientação. Para ser mais rigoroso, sofremos e pagamos muito caro o seu descaso e a sua extrema desvalorização. A falta de conhecimento de orientação torna-nos cegos, deixa-nos à deriva; não nos apercebemos sequer de que entregamos a condução dos nossos passos e destino a fundamentalismos e loucuras de vária índole. Vemos sem ver o essencial; e, sem muitas vezes nos darmos conta, resvalamos, em passos acelerados, para a instauração de um tipo de vida demencial.

Ora isto acontece tanto no geral como no particular. Verifica-se no âmbito social mais abrangente, como se a sociedade contemporânea se tivesse convertido num hospício global e nos tivéssemos tornado, no dizer do Prof. Eduardo Loureço, *“extra-terrestres de nós mesmos”*.⁴ Dando razão a Marcel Proust (1871-1922): *“O tempo passa e um pouco de tudo aquilo que nós chamávamos falsidade se transforma em verdade”*.

Este sintoma estende-se, com consequências bem patentes, até aos territórios da Universidade. Também ela está a renunciar à elaboração e formulação de orientações e reflexões, destinadas a libertar as pessoas do

⁴ Afirmação feita na oração proferida na sessão solene comemorativa do centenário da UP, 22.03.2011.

cárcere da rotina e insanidade, do discurso alienante e perigoso do senso comum que, de todos os lados, invade e habitua os ouvidos à deformação.

Poderá soar a exagero, mas a Universidade parece imersa num sono de morfina, não se apercebendo do perigo de estar a ser arregimentada e desfigurada para benefício e conveniência dos interesses e perversões desta hora de domínio dos astutos, fortes e poderosos, sem escrúpulos da consciência e inquietudes do coração e da alma.

Chegamos, portanto, a um ponto extremo em que não é mais aceitável a ausência de questionamento dos meios que estão na ordem do dia e dos fins inconfessos aonde eles nos conduzem. Esfumou-se uma etapa da *hominescência*, sem termos logrado instaurar a tão ansiada e idealizada Humanidade. O processo fracassou em parte. Logo há que empreender um novo começo e procurar outra Humanidade.⁵

A Universidade deve ser o local de florescimento, por excelência, do *Humanismo secular*, fundado no uso da razão crítica (em vez da fé), na busca de respostas para as questões humanas mais importantes e prementes (em vez do conformismo às receitas dos possidentes). Contudo a Universidade não está a cumprir esta missão. Ao invés, entregou-se aos ditames e interesses da agenda ultraliberal.

Face a isto não enterremos a cabeça na areia e não nos demitamos de ousar denunciar qualquer forma de mentira, seguindo a observação de José Saramago: “*Estou convencido de que é preciso continuar a dizer não, mesmo que se trate de uma voz pregando no deserto*”.

Dizer não a tanta coisa escabrosa à nossa volta é expor-se como alvo a abater. Mas é o método de trazer à luz do dia e dar alcance, forma e visibilidade ao que mora dentro de nós, à alma e ao espírito que nos habitam e inebriam. É uma maneira irrecusável de nos honrarmos e justificarmos, à luz da pertinente definição de Max Scheler (1874-1928): *Der Mensch ist der Nein-*

⁵ Michel Serres, *Hominescências: o começo de uma outra humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

sagen-können. Er kann sogar zu seinem Leben Nein sagen. (O Homem é o competente para dizer não. Ele pode até dizer não à sua vida).

Proferir e sustentar este tipo de formulações equivale a pôr-se a jeito da acusação de pessimismo. Isso não intimida. Uma reflexão rigorosa e comprometida acerca da conjuntura que estamos a viver traz-me à lembrança esta interessante noção do escritor norte-americano Mark Twain (1835-1910): “O homem que é pessimista antes dos 50 anos sabe demasiado; o que é optimista depois não sabe o bastante”⁶

Mais, ser pessimista é sobretudo ser a favor daquilo em que se acredita e não tecer loas ou ceder àquilo que nos oprime. Como diz Saramago, “os únicos interessados em mudar o mundo são os pessimistas, porque os optimistas estão encantados com o que existe”. O pessimismo esclarecido e interveniente representa uma tentativa de clarividência diante da desordem do mundo e da evidência do mal. Ao desencadear uma atitude contra a cegueira, a insanidade e insensatez do presente, converte-se numa frente de resistência ao niilismo e num exercício da razão no vasto espaço de fronteira entre o cepticismo militante e o dogmatismo ignorante.⁷

Sejamos, pois, pessimistas, melhor dizendo, optimistas bem informados, preocupados em contribuir para uma Universidade e um Mundo moldados

⁶ José Pacheco Pereira, num notável texto intitulado *Vergonha*, põe a nu o atavismo da “forma especialmente estreita de pobreza de pensamento” que impera e dita leis no nosso País, na hora que passa. Ela “desdenha dos pessimistas (...) Gosta dos ecléticos e amáveis com toda a gente e detesta os que não têm paciência para a ignorância presumida. Gosta de salamaleques e dos que pescam os cumprimentos (...) Aprecia a subserviência, nem que seja para ter companhia (...) E tudo isto é ampliado, produzido, alimentado, por uma comunicação social que é parte fundamental da máquina de mediocridade que está a funcionar nas democracias já há muito tempo e, a continuar assim, acabará por matá-las (...) Eu sei que eles não sabem quem foi o ‘velho do Restelo’ (...), nem porque é que a gente embarca sempre em querer olhar o mundo com os olhos do Capitão sem ser capitão de coisa nenhuma”. (In: *Jornal Público*, p. 33, 9 de Abril de 2011).

Clara Ferreira Alves, em texto publicado, há tempos, no jornal *Expresso*, não fez uma avaliação menos contundente, ao afirmar que “a ditadura democrática portuguesa elimina os que pensam” e promove outro tipo de gente, cuja adjetivação não me atrevo a reproduzir neste documento.

⁷ Exclamamos como Mário Assis Ferreira, sem qualquer pretensiosismo: “*sei de menos para ser céptico e sei de mais para ser dogmático*”. (In: animal [ir]racional, *EGOÍSTA*, Março de 2011, Casino da Póvoa, Casino de Lisboa).

pelo optimismo e confiança! Sejamos úteis, seguindo o exemplo e as pisadas de Mahatma Gandhi (1869-1948): “Perderei a minha utilidade no dia em que abafar a voz da consciência em mim”.

A conjuntura pede que se desfralde o pendão do protesto moral, da ética e da estética, da transparência e da coerência. Esta hora tem que ser nossa; porque nós somos os nossos atos – e estes são um território moral, fundador e delimitador da nossa dignidade. É isto que nos torna próximos e cúmplices, nos enche de orgulho e paixão, aviva e dá sentido ao nosso estatuto intelectual e nos permite transitar com porte erguido, como cidadãos livres e fraternos, em todo e qualquer lugar.

Somos assim encaminhados para o reencontro com a decência e dignidade. O que é que isto significa?

Recorramos a um dicionário da língua portuguesa para vermos a definição de ‘decência’: “Decoro que se deve guardar no porte, nas maneiras, na linguagem; asseio; compostura; brio; dignidade”. Ou para percebermos bem o alcance do adjectivo ‘decente’: “conforme com a decência; conveniente; limpo; asseado; honesto; decoroso; digno”.

Será pedir demais um contributo para tornar o mundo mais asseado, escarolado e belo, para contornar e sublimar a grosseria e rudeza da animalidade, para driblar as dores e desilusões da vida e para dar voz, feitio e encanto à nossa humanidade?

Tal como Peter Bieri, sob o pseudónimo de Pascal Mercier, “*não quero viver num mundo sem catedrais. Preciso da sua beleza e da sua transcendência. Preciso delas contra a vulgaridade do mundo (...) Um mundo sem estas coisas seria um mundo no qual eu não gostaria de viver (...) Preciso delas contra o veneno insidioso do superficial e do supérfluo*”.⁸

A tocha olímpica irradia sobre nós *Lux indeficiens* – uma luz que não acaba e que nós temos o dever de não deixar esmorecer e, muito menos, apagar.

⁸ Pascal Mercier, *Comboio Nocturno para Lisboa*, Publicações Dom Quixote, 2ª Edição, Lisboa, 2008.

Honrando assim o arrojado cometido, o sacrifício feito e o castigo sofrido por Prometeu, para dotar os humanos de próteses compensadoras da nudez original com que Epitemeu os pôs no mundo.

Ademais o lema de uma pessoa livre é não vender a alma a nenhum bem deste mundo, seja ele profano ou religioso. Por isso devemos tomar a sério esta advertência: estaremos vivos sempre e onde as nossas palavras forem o nome correcto e justo das coisas e dos factos. Tenhamos essa coragem!

É a esta luz que devem ser entendidas as considerações e posições aqui assumidas. Elas não são pautadas pelo apego ao gosto da acrimónia ou pelo desejo de acentuar a contestação de alguns caminhos que a Universidade está a trilhar. Expressam, sobretudo, a modalidade da desobrigação da consciência e do cumprimento do dever de contribuir para a reflexão e realização da missão universitária. Traduzem o apego a muitas e justas exortações, como esta do Cardeal Retz (1613-1679): *“Quando os que mandam perdem a vergonha, os que obedecem perdem o respeito”*.

Mais ainda, elas fazem eco da inquietude de Nietzsche (1844-1900): *Para onde vamos nós? Para longe de todos os sóis? Será que ainda existe um em cima e um em baixo? Não andaremos errantes através de um nada infinito? Não estará a ser noite para todo o sempre, e cada vez mais noite?*⁹

E também se apoiam nas avisadas constatações de Baruch (Bento) de Espinosa (1632-1677) de que o sábio “morre menos que o tolo” e de que a sociedade, governada pelo medo e pela alienação, torna-se solidão e barbárie, *cidade de escravos*, onde os cidadãos são bons e honestos à medida do temor e da tristeza que sentem. Com isto coincide, na perfeição, a célebre proposição de Montesquieu (1689-1755), vulto cimeiro do Iluminismo francês: *“Como o princípio do despotismo é o medo, o objectivo é a tranquilidade; mas isto não é absolutamente uma paz: é o silêncio das cidades que o inimigo está prestes a ocupar”*.

⁹ In: *A Gaia Ciência (Die fröhliche Wissenschaft)*, obra publicada em 1882.

Encerramos este ponto, proclamando, expressamente em relação à visão e governação da nossa Universidade do Porto, a plena identificação e sintonia com este ensinamento de Heráclito de Éfeso (aprox. 540 a.C. - 470 a.C.):
“Tendências contrárias não rompem a unidade; ao invés, equilibram-se para garantir a atuação do conjunto”.

3. Da parcialidade e da unilateralidade

*Se eu encontrar algum outro capaz de ver as coisas na sua
unidade e multiplicidade, esse é o homem que procuro como um Deus.*

Platão, 429-347 a. C.

Este não é o meu caso; sobra-me o barro humano e falta-me o sopro divino. **Não sou imparcial!** Aprendi cedo a tomar partido, a posicionar-me de um lado ou de outro, a não ficar nas meias tintas, a não querer agradar a gregos e troianos, a ser fiel aos imperativos e compromissos da consciência. A tecer juízos e a não gaguejar no seu dizer. A não ser murado pelas conveniências e oportunismos do momento. Assim não fui atingido pelo conhecido axioma – *O que o berço não dá, Coimbra não acrescenta*, versão lusa deste outro: *Quod natura non dat, Salamantica non prestat*. Pelo que a formação universitária encontrou terra propícia para arar, semear e acrescentar.

Sim, a imparcialidade e a neutralidade são impossíveis. Somos ‘parciais’ tanto por obrigação cívica e ética como por limitação da nossa natureza e condição. Ademais a formação específica de cada área académica enraíza e privilegia determinados modelos, princípios, valores, ideais, saberes, convicções, crenças e mitos. Por isso mesmo as diversas formações (economista, engenheiro, médico, filósofo, pedagogo etc.) são parcelares e relativas; nenhuma confere um olhar abrangente do mundo e uma percepção e compreensão completas e integrais dos problemas, antes apela à complementaridade de umas pelas outras. A falta de humildade e vigilância atira-nos para os braços da unilateralidade, para a pesporrência das certezas absolutas, cabais, inabaláveis e finais, para a imposição de soluções caprichosas e pessoais.

Por exemplo, a visão de um contabilista é necessária e importante, mas não pode ser exclusiva na administração de um país ou instituição. De resto a realidade está aí para provar que a adesão ao novo ‘paradigma’ da gestão não produz um mundo melhor. Com a paranóia das leis e ‘reformas’ impostas pelo credo ultraliberal não passamos a viver num mar de rosas; pelo contrário, ergue-se dia-a-dia bem alto e visível o calvário da desumanidade.

Os defensores da visão única e exclusiva reduzem tudo ao cinzento, detestam o arco-íris das diferenças, são monocromáticos na vista, no coração e na alma.

Confessar a parcialidade e a limitação de conhecimentos e perspetivas é um ato de boa-fé; exige reciprocidade, reclama ser correspondido por igual atitude dos outros protagonistas da cena universitária.

Para ilustrar este posicionamento, volto-me para o RJIES. O *RJIES – Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior*, ao consagrar os mecanismos de eleição, abriu as portas do governo das Universidades a uma dada área, privilegiou uma visão peculiar e dificultou objetiva e seletivamente o acesso de outras. Por conseguinte predeterminou a orientação e a missão da Universidade. A parcialidade e a tomada de partido são manifestas.

4. Do lugar contextual e circunstancial

*O mundo está a abarrotar de crises (...)
Todavia, para uma pequeno segmento da população, é tempo de festa.*

Caroline Baum¹⁰

“Para existir necessitamos de uma ideologia” – respondeu Alan Greenspan (Presidente da Reserva Federal dos EUA, de 11 de Agosto de 1987 até 31 de Janeiro de 2006) ao congressista Henry Waxman, em 23 de Outubro de 2008, ao comparecer no Comité de Reforma e Supervisão do Governo Americano. Igualmente Margaret Thatcher, acabada de ser eleita (em 1975) para liderar o Partido Conservador, ao visitar o departamento de investigação social do seu partido, deixou cair sobre a mesa uma cópia do livro *The Constitution of Liberty*, do economista austríaco Friedrich August Hayek (1899-1992) - o mais radical ideólogo do liberalismo - e sentenciou deste jeito: “É nisto que acreditamos”. A conversão à sua bíblia neoliberal era desta forma inequivocamente proclamada.

Enfim, recordando os ensinamentos de Karl Marx (1818-1883) e de Ortega y Gasset (1883-1955), ninguém fala a partir de um lugar neutro. Todos falamos a partir de um lugar social, próprio e ‘circunstancial’.

Sobreviver é uma coisa. Porém andar para chegar a algum sítio almejado pressupõe balizas conceptuais e ideológicas que indiquem o caminho e apontem o destino, por entre o emaranhado das contradições. Sim, necessitamos de um marco conceptual para abordar a realidade. É com base na prevalência de uma ideologia que o radicalismo ultraliberal tem, nos

¹⁰ In: Os ricos voltam a sentir-se à vontade para fazer o que melhor sabem fazer, jornal *Público*, p. 20, 27 de Março de 2011.

últimos 30 anos, imposto paulatinamente uma configuração política da nossa vida.

Assim parece pertinente levantar algumas referências que nos orientam:

Primeiro: A revitalização do Humanismo, dos ideais, princípios e valores que fizeram da Europa um pólo de atração dos olhares e da admiração do Mundo. Esse legado humanista e social constitui um extraordinário capital cultural (convertível em financeiro) que vem sendo delapidado. Prescindir dele em nome da competitividade propalada por uma globalização de pendor economicista é deitar fora o melhor contributo que a Europa tem para o avanço da civilização e para a configuração universal. Sem ele a Europa fica sem identidade e pouco tem a oferecer ao Mundo.

Segundo: Certamente não é possível voltar atrás e enterrar o mercado. Mas é urgente estabelecer o equilíbrio entre mercado e Estado, entre os negócios e a política. Não é aceitável o precipício gerado pelo mercado de rédea solta, nem tampouco um Estado sem eficácia. O saudável dinamismo do capitalismo torna-se letal quando se apropria da totalidade da esfera social. Requer-se, pois, a regulação, ou seja, a volta e a intervenção da razão. Sem esta a civilização regride e despenha-se na absurdidade.

Isto não deve ser confundido com a recusa da eficiência como bitola do Estado e do funcionamento das suas organizações. Não somente porque a eficiência é um valor em si, mas porque, sem ela, o Estado perde legitimidade e verga-se aos que querem a sua minimização. Estado e mercado podem e devem conviver e frutificar-se, visando uma sociedade equilibrada e justa.

Terceiro: As sociedades somente são moralmente aceitáveis se não assentarem na desigualdade intencional. Mais, somente são eficientes se forem equitativas. E, ainda, os cidadãos somente são livres se forem minimamente iguais.

É neste ponto que a intervenção do Estado e da política é absolutamente exigida e indispensável, já que o mercado não tem apetência e competência

para esse papel, mas antes para potenciar o contrário. A equidade social é algo que causa alergia ao mercado; este tem dado cobertura a desigualdades crescentes e a um crescendo de desequilíbrios na economia mundial.

Pouco a pouco, vai-se instalando um gigantesco sistema de exclusão e eliminação das pessoas e de depreciação daquilo que perfaz a nossa Humanidade. O único credo da economia é o do *homo homini lupus*. Pode a Universidade fechar os olhos e alinhar com este atoleiro e atropelo?

Quarto: O retorno à internacionalização e às instituições de regulação internacional é indispensável. O fato de a economia ser global e de o mercado agir globalmente impõe que a política tenha uma intervenção a nível igualmente global. Por isso mesmo é uma necessidade inadiável a dotação de instituições internacionais que regulem a economia mundial. Há que defender ativamente a criação e o funcionamento de marcos reguladores internacionais, assim como a revitalização das instituições mundiais já existentes. Não se esqueça que a política é hoje, mais do que nunca, internacional e esta é, em grande parte, económica. Não têm nada a dizer a este respeito as Universidades?

Quinto: O regresso da transcendência e da orientação pelo futuro, travesmestras da modernidade, é outra das mudanças indispensáveis. O futuro foi morto nas últimas décadas pela obsessão do aqui e agora e da máxima do *carpe diem* ou do “*desfrute agora, pague depois*”, alimentadas por ambições consumistas que não querem cuidar dos custos e consequências do seu alastramento.¹¹

Não se trata apenas de alterar estilos e orientações da vida. No plano aqui em apreço, importa sublinhar o seguinte: tendo em atenção a

¹¹ A máxima do “*desfrute agora, pague depois*” é o alicerce da instituição da “vida a crédito”. O aliciante e perverso da máxima é “atender prontamente seus desejos atuais”, sem reparar que isso “torna ainda mais difícil satisfazer seus desejos futuros. Não pensar no ‘depois’ significa, como sempre, acumular problemas. Quem não se preocupa com o futuro (...) certamente pagará um preço pesado.” (Zygmunt Bauman: *Vida a Crédito*, p. 29. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

sustentabilidade e a proteção dos recursos para a sobrevivência, há bens que o Estado deve proteger e preservar da gula e da 'lógica' dos mercados. A formação universitária é um desses bens. Todavia é um dos 12 grandes serviços em discussão na Round Doha para serem liberalizados!

Sexto: Sociedade de consumo versus sociedade de produção. Quando se diz que vivemos numa *sociedade de consumo*, não se olvida que todos os seres humanos, desde tempos imemoriais, são consumidores. O que se pretende é, sim, enfatizar a diferença de prioridades entre a *sociedade de produtores* – a da era moderna e industrial que nos precedeu, orientada pela norma de formar a vontade e a capacidade de produzir – e a sociedade actual, cuja norma é a de moldar os seus membros para, acima de tudo, desempenharem o papel de consumidores seduzidos pela busca compulsiva e incessante de atrações e desejos sempre novos, por nunca estarem satisfeitos de todo.

Zygmunt Bauman põe o dedo na ferida: vivemos num “*mundo que avalia qualquer pessoa e qualquer coisa por seu valor como mercadoria*”; assim são consideradas “*peças sem valor de mercado*”, “*consumidores falhos*” e “*de todo inúteis*” os não consumidores, ou seja, os indivíduos incapazes de “atingir os padrões de normalidade”, de cumprir o dever crucial de ser compradores ativos e efetivos de bens e serviços, de “reagir pronta e eficientemente às tentações do mercado de consumo”, de “contribuir com regularidade para a demanda que esvazia a oferta”, de alcançar o estatuto de membro pleno, correto e adequado da sociedade”. Ora de nada disto são capazes os cidadãos pobres, sem casa decente, sem cartão de crédito e perspectivas de melhoria de vida. Logo os pobres de hoje não o são tanto pelo *desemprego*, mas sim por quebrarem a *norma “da competência ou aptidão de consumo”*; é isto que os rotula de ‘*anormais*’, os coloca à parte, na “coluna dos débeis” e na sub-classe dos intencionais e previsíveis ‘danos colaterais’.¹²

¹² Zygmunt Bauman, *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*, p. 157-160. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2008.

Não estará a Universidade a aderir à ‘lógica’ do consumismo? Não a está a reproduzir? Quando fala de competitividade e produtividade, não está a confundir produção e consumo?

Sétimo: As novas tecnologias são as mais sociais e menos predadoras até agora desenvolvidas. Foram geradas em ambientes não sujeitos à pressão da rentabilidade imediata, se bem que o mercado as tenha assimilado e generalizado velozmente. Por conseguinte devem ser saudadas e ampliadas, com o intuito de revolucionar e inovar a economia e não poucos aspectos da sociedade.

Oxalá elas influenciem também a mudança e a dimensão da política num sentido positivo, tal como sugerem alguns eventos recentes!

Em síntese, procuramos falar a partir do Humanismo, das causas, ideais, princípios e valores e da busca do sentido último da vida. Falamos a partir do **entendimento da Universidade como entidade preocupada com o nível de realização da Humanidade** e disponível para denunciar o aviltamento e descaso a que esta é sujeita. Falamos inquietos e inconformados, como o filósofo Luc Ferry, com a entrega do “mundo contemporâneo ao puro cinismo, às leis cegas do mercado e da competição globalizada”.

5. Proclamação de uma ideia da Universidade

A verdadeira generosidade para com o futuro consiste em dar tudo ao presente.

Albert Camus, 1913-1960

A Faculdade de Desporto habituou a comunidade académica e a opinião pública a assumir e proclamar posições inequívocas e audíveis no tocante à UP, às políticas e ‘reformas’ do Ensino Superior, à sociedade, à vida e ao desporto. Não deve, na presente conjuntura, abdicar de continuar a ter uma voz ativa, crítica e respeitada no seio da Universidade do Porto, não somente para manter a posição de intervenção e consideração que soube granjear nos anos transatos, mas também para colaborar na elaboração e amadurecimento de ideias e soluções que constituam uma alternativa àquelas que neste momento estão na moda e carecem de ser alteradas ou corrigidas (p. ex., alguns aspectos do RJIES e dos Estatutos da UP). Sob pena de alienar um pecúlio que é tido em alta cotação.¹³

Nesta conformidade transcreve-se uma passagem do enunciado introdutório dos Estatutos da Faculdade:

“A Universidade deve situar-se no seu tempo, mas deve olhar continuamente para o futuro. Para tanto tem que compreender as exigências e rumos do contexto social, perceber e renovar as suas obrigações, o seu papel e compromissos perante o País, as pessoas e a Humanidade e assumir a importância estratégica que impende sobre o seu funcionamento e configuração. Ora a transformação, em curso, em direção à sociedade do conhecimento, da tecnologia e da cultura, coloca o imperativo de uma formação mais eficiente e de um incremento da produção e inovação

¹³ Não nos movem o calculismo e o oportunismo e, muito menos, a ânsia de protagonismo. Inspiramo-nos no postulado de Ortega y Gasset: “*Pouco se pode esperar de alguém que só se esforça quando tem a certeza de vir a ser recompensado*”.

científicas. Mais ainda, requer-se uma imbricação do ensino, da investigação e extensão, pelo que não é aceitável o intento na moda, porém obsoleto, da ‘Universidade de Investigação’, ao qual subjaz um falso dilema ou oposição (ensino *versus* investigação), sob pena das outras atividades-fins serem descuradas. Assim não há razões para abandonar o positivo modelo, há muito estabelecido e comprovado, que alia a produção de conhecimento à sua transmissão, disseminação e preservação e, no fundo, traça a matriz universitária. Logo também não é sensata, nem é no interesse da subida de qualidade da formação, a separação forçada entre graduação e pós-graduação”.

“O avanço científico e tecnológico e a necessidade de oferecer conhecimentos, de forma mais rápida e acessível, recomendam igualmente a implementação dos novos meios informáticos na formação graduada e pós-graduada, mas sem abandonar o ensino presencial; ao invés, este terá um papel cada vez maior na formação geral de quadros de alta qualidade, porquanto é consensual que o encontro directo de professores, educadores, tutores e estudantes é algo insubstituível em termos de desenvolvimento pessoal e profissional”.

“No concernente à sua gestão, a Universidade não pode olvidar a sua essência. Deve ser sempre intrinsecamente independente do poder político, económico ou outro e estar indubitavelmente ao serviço da sociedade. Não pode servir interesses espúrios e alheios à sua missão, nem ser questionada como qualquer poder. Obviamente ela tem que se questionar ininterruptamente a si mesma, focando constantemente as suas metas e a melhoria das suas atividades e processos, assim como as legítimas aspirações de realização profissional e pessoal dos seus diferentes integrantes. Isto implica que ela seja cada vez mais diversificada, cultural e cientificamente, mais democrática e equitativa e evolua para uma gestão mais partilhada pelos três grandes grupos de actores – docentes, estudantes e funcionários -, já que todos podem responsabilmente contribuir para a definição dos seus

rumos e o alcance dos seus fins. Dito de outro modo, o modelo de gestão deve orientar-se pela matriz e missão da Universidade, preocupando-se em identificar novos caminhos e oportunidades, em ser cada vez mais ágil e maleável, descentralizado e desburocratizado, em obviar as ameaças internas e externas à solidez e independência institucionais e em favorecer o desenvolvimento dos seus membros”.

No texto anterior não está contida apenas uma proclamação de princípios; está, muito mais, delineado um mapa dos itinerários que a Faculdade se obriga a percorrer. Assim:

- **Criticamos** o *RJIES – Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior*, porquanto, entre outras coisas, alterou drasticamente as instâncias de legitimação e responsabilização do Reitor e restringiu as possibilidades da sua eleição aos membros das maiores Faculdades (p. ex., Engenharia) e à visão que lhes é peculiar (economismo, utilitarismo, pragmatismo etc).
- Uma das causas da crise ética, económica, financeira e moral que lavra na Europa e, em particular, no nosso País são a **ausência e combate do pensamento divergente** e a imposição do pensamento único e convergente. **Estranhamos** que isso mesmo esteja acontecendo, de maneira mais ou menos velada, mas eficaz e perniciosa, na Universidade. Ela devia ser o local de florescimento e incentivo do pensamento divergente, que cultiva a capacidade de ver, perceber, admirar, sonhar e visar o Grande; ao invés, está ficando refém dos esquemas e formatações mentais oficial, oficiosa e mediaticamente difundidos, a resvalar para o senso comum.¹⁴

¹⁴ Pensar deve ser na Universidade um hábito e rotina, como a de respirar. *Pense!* – intima a IBM. *Pense de uma forma diferente!* – apela e contrapõe certamente a Apple, porque pensar é precisamente procurar e ver de modo diferente.

- **Desilude-nos que os Reitores** pareçam circunscrever a sua ação a intérpretes e aplicadores das orientações e intenções que informam o RJIES. E falem pouco com e em nome dos atores da Universidade.
- As **Universidades são instituições ‘públicas’** e não ‘governamentais’; servem o País, a sociedade e o bem público e não agendas do governo e ou de outros poderes. Esta diferença é fundamental. A tentação de governamentalização da Universidade é uma constante dos últimos anos, tal como uma modalidade de ‘privatização’ encapotada e ladina. **Assusta-nos a hipótese** de que os Reitores possam alijar a independência da Universidade e ser conotados como meras caixas de ressonância de corporações e poderes (mais ou menos notórios ou ocultos) da conjuntura e das suas vontades, desideratos e ditames. Com efeito as ditas ‘reformas’, que alguns tanto apregoam e às quais se consagram com fervorosos desvelo e zelo, não passam de medidas alinhadas com interesses privados, com a ideologia e as recomendações neoliberais dominantes.
- **Não é admissível** conceber a Universidade à margem do tempo, isolada e referenciada a si mesma, indiferente à sociedade, aos seus problemas e necessidades. Mas é, do mesmo modo, inaceitável domesticá-la e subordiná-la às agências e grupos de pressão que tomaram conta do mundo. Ela deve ser pensada à luz da excelência académica e da relevância social, enquanto instituição com elevado sentido de performance em todos os seus domínios e fins, ao serviço das causas da Humanidade.
- **Inquieta-nos** que o frenesi pseudo-reformista, que dela se apossou, leve a Universidade a esquecer a pretensão de ser uma *república da erudição*, do iluminismo, da razão, da autonomia e independência intelectual, de homens livres. **Choca-nos** que ela renuncie a um lugar cimeiro e produtivo no capítulo da elaboração das ideias, para se

entregar ao papel de reprodutor dos slogans entoados pela cantilena da agenda mediática, ao serviço dos causadores e beneficiários da presente crise ética e económica. Que não tenha uma palavra para os crescentes ‘danos colaterais’, intencional e objetivamente almejados e produzidos como índice do lucro e sucesso dos senhores deste tempo sem escrúpulos e sem inquietação da alma e da consciência.

- **Receamos que**, em nome da falsa associação da oferta de cursos a putativos empregos, em nome da especialização e profissionalização, do utilitarismo e pragmatismo, **a Universidade se desvincule de um protagonismo axiológico** e coopere na produção de cidadãos pré-formatados e de visão estreita, afunilada e enviesada, sem empregabilidade e sem formação cultural, intelectual e humanista. O fim último da formação e dos saberes universitários é a transformação das pessoas e da sociedade segundo valores que nos dignificam e abeiram da felicidade.
- Com a ementa de cursos, feita para atender (assim se apregoa!) a procura e as necessidades do mercado de emprego, a Universidade adere à ‘lógica’ mercantilista, conforma-se a uma empresa exploradora dos consumidores, relega os estudantes para ‘clientes’, isto é, converte-se em área de comércio e negócio e descamba para uma **universidade em ruínas**.
- **Julgamos empobrecedor que a Universidade esteja a demitir-se de ser uma instância de germinação de utopias “iconoclastas”**, ligadas ao sonho de realidades superiores.¹⁵ Ou seja, em vez de cumprir a sua missão, de rever criticamente as formas e os meios da vida presente,

¹⁵ No pensamento utópico moderno há duas perspectivas não necessariamente ligadas: a “*projetista*” e a “*iconoclasta*”. A primeira projeta o futuro, delineando-lhe a forma e as medidas até nos pormenores; a segunda concebe e predispõe o ambiente e o contexto para a emergência de uma realidade superior, mas sem fixar a esta o formato e as medidas precisas. (Zygmunt Bauman, *VIDA A CRÉDITO*, p. 71-72. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010).

de desconstruir, desmistificar e desmascarar as crenças, estratégias e orientações hoje dominantes e de mostrar que elas não asseguram o advento de uma sociedade ou vida superior, mas antes se constituem num obstáculo insuperável no caminho para esse fim, a Universidade assiste passiva ao avanço do retrocesso civilizacional deveras evidente. Mais, ao cuidar que o futuro nasce das pautas e pranchetas dos tenores e projetistas ou contramestres que dão o tom e estão em alta, ao ignorar que a via para uma realidade superior se traça na recensão e reflexão críticas acerca das arrogâncias, certezas, práticas, bitolas, dogmas e receitas existentes e impostas, a Universidade não apenas alinha contra a descoberta da possibilidade de outra realidade social, alternativa e melhor, como abafa as forças motrizes da sua criação.

- **Não nos seduz** que o mercado seja a ideologia exclusiva que tudo condiciona e à qual tudo se subordina servilmente. A recorrente invocação, feita intra-muros, da associação da Universidade ao mercado e aos negócios evidencia um abastardamento da ideia e da missão universitária. É pacóvia e serôdia.
- **Não nos conformamos** a que a Universidade - antes uma força espiritual e autónoma que formava ideias, necessidades e inclusive mercados - renuncie ao seu papel no processo civilizacional, referencie a sua missão ao mercado e desista de usar a sua voz e influência para reclamar um mundo melhor. É imperativo que a Universidade intervenha no curso da sociedade e não se acomode aos poderes estabelecidos. Ademais a pertença e vinculação social, ao bem público e comum não pode e não deve esgotar-se no encantamento com alguns dos segmentos da sociedade. É inadmissível que ela possa

ser comandada e determinada por forças exógenas, agrupadas no dito mercado.¹⁶

- **Será pedir de mais** que a Universidade fale para fora, que tenha uma posição pública acerca da grave crise (axiológica, ética e moral antes de ser económica) que atinge o país? Será inconveniente que retome um discurso e uma prática de autonomia e independência face aos diversos poderes e não se conforme e configure segundo um estatuto de menoridade e subalternidade, mas, ao invés, reassuma o seu papel de instituição espiritual da sociedade?
- **Não apreciamos** que a tradicional utilidade social da Universidade seja substituída pelo utilitarismo, que a Universidade tenha que se mercantilizar e converter ela própria num mercado. **Reprovamos** a substituição da vinculação da lealdade da Universidade à sociedade pela vinculação ao mercado. Mas... que espaço e valorização encontra hoje nas preocupações dos principais dirigentes a responsabilidade social da Universidade – parte irrecusável da sua missão?
- **Não é sensato** adoptar o discurso económico e utilitarista como uma linha matricial da Universidade.
- **Não compreendemos** que os cursos universitários sejam criados, acreditados e avaliados em função de critérios do mercado: validade do produto, custos, lucros, sucesso, eficácia, engenharias estatísticas etc.
- **Preocupa-nos** a tentativa de estabelecimento de ‘universidades globais’, mediante o recurso abusivo a rankings, a uniformidades e quejandos.

¹⁶ Vasco Pulido Valente (Inocentes, *Jornal Público*, p. 36, 13.03.2011), em texto acerca da crise que afeta o nosso País, apontou alguns notáveis da política e dos negócios como causadores e abutres da ruína nacional, anotando ainda: “*A própria universidade os convida para presidir a obscuras comissões que não servem de nada e onde eles pontificam a seu gosto e arbítrio*”.

- **Achamos insana a mania e a patologia dos rankings.** Implicam uma doentia ‘desportificação’ da sociedade; ou seja, os escalonamentos e ordenamentos de lugar praticados no desporto de competição dão lugar a tabelas que fixam o avanço ou retrocesso das Universidades. A mania dos rankings baseia-se e expressa-se na competição ensandecida por números e classificações. Nesta ideologia a quantidade substitui a qualidade, dado que é mais cómodo contar o número das publicações do que penetrar no seu conteúdo e relevância social. E assim a qualidade torna-se uma grande desvantagem, por não ser possível convertê-la com rigor em números.
- O **discurso exacerbado da competição e competitividade** tem que ser temperado. Elas só têm sentido se cumprirem uma função de cooperação.
- **Vemos mal** a desvalorização de publicações e cursos em língua portuguesa (ou castelhana), face à língua do mercado global e face à desvinculação da Universidade do projeto de construção da cultura e da identidade nacional, regional e local.
- **Consideramos pernicioso** o estabelecimento de regulamentos e modelos de avaliação condizentes com as exigências do mercado. Estes e tantos outros normativos e instrumentos de controlo, surgidos e exigidos ultimamente, não provocam nada de positivo e salutar; mas instalam a vertigem burocrática, sufocam e infernizam a vida e o relacionamento dos atingidos, bem como o desempenho dos dirigentes das Faculdades.
Será defensável que a Universidade mantenha o silêncio perante a ofensiva de proletarização a que são sujeitos os docentes e que não tenha uma palavra de defesa da dignidade de todos quantos a servem?
- **Não advogamos** – como foi expresso atrás - a separação da docência e da investigação, sendo a primeira entregue às Faculdades (uma

regressão aos tempos e figurinos anteriores a Wilhelm von Humboldt) e a segunda a centros de investigação fora delas, que passam a ter a primazia. Ademais **é incorrecta** a expressão - tal como a visão - '**Universidade de Investigação**'. A Carta Magna de Bolonha estabelece uma relação íntima entre investigação e ensino, coloca as duas dimensões no mesmo plano, não concede primazia a nenhuma.¹⁷

- **A apologia da 'Universidade de Investigação'** estriba-se no fito, mais ou menos patente ou encoberto, de atribuir a primazia aos centros de investigação e laboratórios e desvalorizar as Faculdades, os Professores, o ensino e as aulas.
- **O acesso ao conhecimento não pode ser apenas informal**, através de eventos ocasionais. Há que continuar a valorizar os eventos formais. **Não se deve subvalorizar o papel das aulas e sessões afins**; antes têm que ser valorizadas, cada vez melhor estruturadas, preparadas e realizadas com um nível superior de exigências, de participação, de envolvimento e comprometimento dos estudantes.¹⁸
- **Não encaramos, de bom grado, a desvalorização** (cultural, social e igualmente remuneratória) **de todos os graus académicos**, inclusive do doutoramento. (Veja-se o afã com que as instituições procuram atrair os pós-doutorados).

¹⁷ Roger Dillemans, intervenção na conferência *Preparar o Futuro*, comemorativa do Centenário da UP, 25 de Março de 2011.

¹⁸ Helga Nowotny, intervenção na conferência *Preparar o Futuro*, comemorativa do Centenário da UP, 24 de Março de 2011.

6. O que é reformar?

*Uma pessoa sábia toma as suas próprias decisões,
uma ignorante segue a opinião pública.*

Provérbio chinês

‘Reformar’ será destruir, arrasar e decepar tudo? Será exterminar e refundar tudo? Será desencadear uma avalanche de reformas que hostiliza, rebaixa, desqualifica, ofende, amesquinha e põe uns contra os outros os atores sociais e as suas instituições? Será impor soluções de fato consumado, em muitos casos aberrantes e atentatórias da dignidade e manifestamente nocivas ao funcionamento das organizações? Em vez de os ganhar para as mudanças necessárias, de dialogar e discutir previamente com os intérpretes da mudança as medidas a adoptar para a melhoria da vida e das coisas?!

Segundo qualquer dicionário da língua portuguesa, ‘reformar’ é, essencialmente, dar nova forma, consertar, reconstituir, reorganizar, reparar, melhorar, ou seja, mudar para melhor. É, especificamente no caso universitário, reforçar, aumentar, inovar e transmitir a herança recebida: o apego a princípios e valores, ao saber e à racionalidade, à reflexão, ao debate e uso do pensamento, ao cultivo da liberdade, da justiça, decência e ética, ao avanço do bem comum, da solidariedade e do direito a uma vida digna em todas as idades, à avaliação e reconhecimento do mérito, à rejeição do fácil e falso, das ideias feitas, da manipulação e alienação, do populismo e da demagogia.

A ênfase renovadora deve cuidar de aumentar o prestígio da tradição e da herança secular e não contribuir para o destruir e sepultar. Há algo inevitável e de inegável importância para a melhoria do papel da Universidade: a renovação dos processos de ensino e aprendizagem, das

modalidades e focos da formação e dos caminhos da sua missão, sob pena de nos mumificarmos.

A Universidade tem uma longa história de farol da liberdade, ocupada e incumbida de clarear caminhos; não será agora que vai capitular e tornar-se cúmplice da escuridão e da passividade.

A mudança não pode ignorar esta regra de São Bento (480-547), Patrono da Europa: “*Valorizar a experiência e a inovação, respeitar a dignidade das pessoas, valorizar as relações interpessoais*”. Caso contrário, é inteiramente justa esta avaliação de Theodor Dal-rymple: “*Uma sociedade moderna sã deve saber tanto manter-se como mudar, tanto conservar como reformar. A Europa mudou sem saber conservar: essa é a sua tragédia*”.¹⁹

O traço marcante de uma reforma é o justo equilíbrio entre conservação e inovação; não é a destruição do existente. A destruição é antes típica de uma revolução. Pode ser chamado ‘reforma’ o frenesi dito reformista que varreu o País nos últimos anos? Veja-se, a título de exemplo, o que se passou no ensino básico e secundário (no tocante à avaliação dos docentes) e no quanto de aniquilação e perda que isso acarretou. Longe de delinearem um futuro como aurora do passado, as medidas tomadas apostaram em denegrir e enterrar o passado, em escurecer a alvorada do porvir. Os estragos vão levar muitos anos a reparar.²⁰

E na Universidade? Não estará nela vivo e de boa saúde o mito do Cavalo de Tróia? O que é preciso inovar e o que vale a pena consolidar? Que tipo de inovação é requerido para incrementar ou melhorar o dinamismo produtivo? A parafernália de leis, normativos e regulamentos, medidas e

¹⁹ In: *The American Conservative*, Março de 2010.

²⁰ Em 25 de Março último a Assembleia da República entendeu a necessidade de mudar radicalmente o sistema e criar algo de razoável para a avaliação dos professores do básico e secundário. Sendo assim, ficam só os professores do superior com um sistema de avaliação que tem todos os defeitos do que foi suspenso no ensino básico e secundário. Mas esta é outra intrigante história, merecedora de um estudo sociológico. O entusiasmo dos reitores com a possibilidade de avaliarem tudo e todos merecia, no mínimo, uma tese de doutoramento!

mudanças em curso favorece a dedicação, o empenhamento, a motivação e paixão dos docentes ou, ao invés, fere, debilita e atenta contra isso?

A profusão de regulamentos implementados nos últimos tempos não atenta contra os direitos basilares dos docentes (independência, liberdade, autonomia, criatividade) e não se vira contra a própria Universidade? O que mais se pode esperar após o pouco ajuizado regulamento de avaliação do desempenho dos docentes? Não se seguirá mais nenhum regulamento de modelação, imposição e configuração absolutas de toda a esfera de atividades dos docentes? Quando e quem pára o delírio gestor que se esgota e compraz com a inflação de medidas de regulamentação de tudo e todos?

Como reconhece van Vught, as tentativas de controle das universidades podem destruir a sua qualidade: *“Os docentes e os investigadores... confrontados com uma regulamentação detalhada e restrições à sua forma de actuar, podem sentir-se desiludidos por não poderem seguir os caminhos sugeridos pela sua consciência profissional. Podem desinteressar-se de novas descobertas, aborrecer-se com os trabalhos de rotina e perder interesse na inovação”*²¹

²¹ Van Vught, F. (1989): *Governmental Strategies and Innovation in Higher Education*. London: Jessica Kingsley Publishers.

7. Saberes - áreas – estrutura

É sem dúvida mais fácil enganar uma multidão do que um só homem.

Heródoto, o pai da História, 484 - 425 a.C.

Há anos chegou a Portugal, importado por docentes com o título de mestre obtido em Boston, o discurso da ‘multidisciplinaridade’. A desvalorização do conhecimento disciplinar e do conteúdo, a favor do processo, conheceu então um momento alto. Esse discurso e as práticas por ele ocasionadas foram danosas para a área das Ciências da Educação, para a formação de professores e para as concepções e reformas educativas.

Para adoçar e exaltar as virtudes da ‘multidisciplinaridade’ e para diabolizar a ‘disciplinaridade’, os seus arautos deitaram também mão à ‘criatividade’. Foi assim que apareceu e se constituiu o ‘*eduquês*’, cultivando o abaixamento do nível das exigências, pactuando com a mediania, estendendo o reino da mediocridade e traíndo aquilo que afirmava. Ignorando que ninguém cria a partir do nada. Somente Deus criou o mundo *ex-nihilo* e o resultado no tocante aos seres humanos não recomenda a repetição do método. De resto, os grandes criadores e génios (como Picasso e tantos outros) ascenderam à excelência da criação com base no domínio sólido das técnicas, habilidades e conhecimentos básicos.

Apenas por cegueira ou absoluta ignorância é que se pode inverter a ordem dos fatores. *A criatividade e a inovação não se revelam num ambiente de mediania*, de abatimento de exigências culturais, espirituais, éticas, estéticas, intelectuais, morais, racionais e científicas. Os indivíduos, quanto maior for

a sua mediocridade, mais tendem para imitar tudo – advertiu Platão (427 ou 428 a.C-347 a. C).²²

Infelizmente as críticas e os efeitos dessa moda esfumaram-se ou foram esquecidos. A onda da ‘multidisciplinaridade’ parece estar a recuperar energia e alastrar à Universidade. Com efeito ouve-se, cada vez com maior irreflexão e falta de memória, a apologia daquela terminologia, agora com nova roupagem e como proposta de irrecusável inovação.

Em nome da cooperação, coligação, convergência e integração são avançadas medidas de agregação e junção de áreas e saberes. É imperioso perguntar: Queremos criar, aumentar e aprofundar os saberes disciplinares, para os mobilizar e abordar com eles a complexidade dos problemas? Ou queremos tornar banais e superficiais e até destruir os saberes disciplinares?

Não se confunda ‘multidisciplinaridade’ com os conceitos e as práticas saudáveis e desejáveis da transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. Estas não prescindem do aprofundamento da disciplinaridade e fecundam-na.

Aqui e ali surge a apologia de planos de estudos ‘multidisciplinares’ (p. ex, Estudos Gerais, da Universidade de Lisboa). Estes planos de estudo orientados para visões panorâmicas e perspetivas gerais encerram o perigo de prolongar o ensino obrigatório e de reduzir a Universidade a escola secundária. Conduzem ao relativismo e à superficialidade do conhecimento, à formação de generalistas, de ‘comentadores’ ou tagarelas de banalidades, de tudo e nada. Ademais algumas experiências de cursos de formação multidisciplinar, feitas por Universidade de renome (p. ex, a USP), têm redundado em enorme frustração, tanto da parte dos docentes como, sobretudo, dos estudantes.

Própria da Universidade é a transmissão de conhecimentos e saberes que geram o “*pensamento ampliado*”, ilustrado e advogado por Homero, por Kant

²² “Para respirar como humanos, precisamos de horizontes infinitos e do Infinito como horizonte da alma. É pelas formas mais altas da criação artística que a humanidade descola do imediato e levanta voo”. (Frei Bento Domingues, in: jornal *Público*, p.36, 23 de Maio de 2010).

e Luc Ferry: O pensamento que faz do ser humano “*um homem de verdade*”, com curiosidade pelo outro, de mente aberta, animado pela vontade constante de ampliar os horizontes, de compreender, saber, conhecer e descobrir lugares, culturas, seres diferentes dele mesmo, com mil coisas para contar e com poder de sedução. O pensamento que é a base da sabedoria e é expresso por Ulisses na *Odisseia*, um ser completo.²³

O relativismo tem que ser combatido em todas as frentes, porque sem atividade e formação criadoras de altura e excelência - avisou Teixeira de Pascoaes (1877-1952) - não há liberdade nem independência. Com isto converge Fernando Savater, ao postular a necessidade de preservar, no nível superior, a norma social, a cultura, a técnica e a linguagem, isto é, as *instituições da liberdade*.²⁴

Entendamo-nos quanto à missão da Universidade. É a partir daí que se discute a estrutura. Há uma relação de correspondência e reciprocidade, sendo que a organização é um meio ao serviço da missão.

Não procedamos como Epitemeu, incumbido por Zeus, segundo a Mitologia Grega, de criar os seres do mundo. Ora, em grego, Epitemeu quer dizer: o que primeiro faz e somente depois pensa. Por isso, sem pensar, ele criou os seres humanos desprovidos de tudo; e viu-se forçado a pedir ajuda ao seu irmão Prometeu (o que primeiro pensa e depois faz), para remediar o mal cometido.

Estes perigos são visíveis no voraz e incontido apetite de junções e fusões que move alguns protagonistas da UP. O resultado não é inovação, mas destruição; não é reforma, mas revolução; em vez de acréscimo, melhoria e aprofundamento, pode cair-se em afloramento, mediania e superficialidade.

A constante invocação do pretexto da inovação, como salientou a Prof^a Helga Nowotny na conferência comemorativa do Centenário da UP (24-

²³ Luc Ferry, *A sabedoria dos mitos gregos – Aprender a viver II*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

²⁴ Fernando Savater, *A Coragem de Escolher*. Lisboa: Dom Quixote, 2004

25.03.2011), assemelha-se a uma oração para encobrir a fragilidade do futuro que se oferece. Não vale tudo, nomeadamente fazer falsas, apressadas e insustentáveis promessas.

Por outras palavras, não nos parece que tais propostas (como, por exemplo, a da invenção da Escola Doutoral) visem a direção correta. São movimentos e agitações epidérmicos, perturbadores do funcionamento e da consecução dos legítimos objetivos e interesses. Vão pelo lado mais fácil, o da tentação e imposição da força do poder e não das razões e argumentos. Por isso quedam-se e contentam-se com o fácil e primitivo; são pseudo-reformas e não reformas ou, por outra, melhorias de fundo.

A agregação e congregação de saberes deve ocorrer em torno de tópicos, problemas e assuntos relevantes, como acontece já em muitos cursos de 2º e 3º ciclo da nossa UP e como se verifica em renomadas Universidades estrangeiras (p. ex., Edimburgo). E não numa estrutura, criada com insuficiente reflexão e sem uma verdadeira necessidade científica, que se limite a agrupar para repetir, onerar e, quiçá, controlar o que já existe.

Queremos ainda enfatizar que a diferença é um alto valor; é ela e não a uniformidade que constitui um distintivo da Universidade. As convergências fazem-se entre o que é diferente e não entre o que é igual ou uniforme. Mais, os eventuais dilemas, na matéria em apreço neste ponto, devem ser resolvidos pelo lado da cooperação e liberdade, coligando e convergindo em pé de igualdade e não de subalternidade, não ameaçando a autonomia e identidade com as espadas da fusão e diluição.

8. Modelo(s) de organização

Se queres submeter tudo a ti mesmo, submete-te primeiro à razão.

Sêneca, 4 a.C. – 65 d.C.

Conforme foi expressamente vincado por vários oradores (p. ex, Roger Dillemans e Seabra Santos) da Conferência *Preparar o Futuro*, comemorativa do Centenário da UP, a obsessão pela uniformidade e uniformização é um erro crasso. Há que valorizar a diversidade e a diferença inter-universitárias e intra-universitárias, porquanto são uma mais-valia; há que procurá-las e conservá-las e não enveredar pelo caminho simplório de querer, a todo o custo, copiar e imitar modelos alheios e descambar para a uniformidade.

Não se pode abstrair do contexto e das circunstâncias. O que é bom e útil num sítio pode não ser aconselhável e redundante, muitas vezes, em negativo e inútil noutra local. O essencial e fundamental não se cultiva e colhe no campo da uniformidade. Nem no da concentração e centralização.

Dá a impressão que mudar por mudar é um mandamento ou moda da ordem do dia. Muitas coisas são propostas apenas para seguir e estar em sintonia com a onda do frenesi reformista. Mudar tornou-se em si mesmo uma finalidade e não um meio para um fim bem amadurecido e consciencializado.

Assiste-se a fugas e saltos para a frente, sem a devida contabilidade dos custos, dos benefícios e prejuízos, das conveniências e inconveniências, dos ganhos e perdas resultantes dos passos dados. Enaltece-se a atitude e a virtude da mudança, tecem-se-lhe loas proclamadas com trombetas; os que pedem a formulação e demonstração concretas e precisas das vantagens são alvo de rótulos depreciativos. As causas de fundo e as consequências sólidas e palpáveis das ‘inovações’ são escondidas ou escamoteadas.

Foi e é assim nos casos da passagem da UP a Fundação de direito privado, na criação da Escola Doutoral e no CRSCUP-Centro de Recursos e Serviços Comuns da UP. Qual é o contributo que estas medidas e outras similares (já estabelecidas ou pensadas e anunciadas) dão para a agilidade e melhoria do funcionamento e governo, para a elevação da qualidade do serviço prestado aos estudantes e outros utentes, para a coesão da instituição, para o reforço do envolvimento, da motivação e produtividade dos docentes e funcionários não docentes, para o aprimoramento da realização da missão da UP?

Apetece citar Napoleão Bonaparte (1769-1821), que, por amarga e desgraçada experiência própria, sabia bem do que falava: *“O que caracteriza a demência é a desproporção entre os propósitos e os meios”*.

A confusão, a indefinição e a perturbação ocasionadas por estes passos irrefletidos - ditados ou soprados, repete-se, por forças e correntes, quiçá, estranhas à Universidade e, porventura, pelo desejo (academicamente criticável) de se colocar ao seu serviço e ser bem visto pelos seus olhos - têm-se multiplicado na proporção dos regulamentos que geram.

A passagem a Fundação, tão enaltecida pela flexibilidade e rentabilidade dos seus mecanismos económico-financeiros, nada de significativo trouxe até ao presente. Deixando de lado o questionamento da bondade ou não deste instituto jurídico, a verdade manda dizer que a Fundação acarretou complexidade na malha burocrática de administração e gestão superior à do modelo anterior, porquanto a tomada de decisões obriga à intervenção de mais órgãos. Ou seja, as dúvidas e reticências quanto à conveniência e à justeza dessa mudança avolumam-se, em vez de se dissiparem.

A Escola Doutoral não surgiu do reconhecimento de uma lacuna de natureza científica, carecida de ser ultrapassada ou preenchida; não nasceu de nenhuma necessidade real de melhorar a qualidade dos cursos de doutoramento realizados nas Faculdades. Está por fazer a prova cabal e convincente da sua utilidade. Assim sendo, o terreno é fértil para alimentar a crença de que a criatura seja fruto de caprichos ou motivações ou problemas

e interesses pessoais ou grupais dos seus proponentes e criadores, o que é inaceitável como fundamento para a tomada de decisões e para o exercício de responsabilidades institucionais. Sejam assertivos e francos: a sua criação arbitrária, contrariando a opinião maioritariamente transmitida a membros do Conselho Geral aquando das audições das Faculdades, legitima a suposição de que se assemelha a um fraque encomendado, feito à medida de alguém necessitado de protagonismo numa qualquer função. É mais um ataque do centralismo às unidades orgânicas, levado a cabo por ‘concentristas’ e ‘reformistas’ (quem sabe?!) pouco afeiçoados à lecionação, intentando esvaziá-las o mais possível.²⁵

Por idêntico diapasão alinham os questionamentos concernentes à Proposta do CRSCUP – Centro de Recursos e Serviços Comuns da U. Porto. Reproduzimos aqui, no essencial, a tomada de posição sobre o assunto, expressa na reunião do Senhor Reitor com os Diretores das Faculdades (5 de Janeiro de 2011):

“Vigora na Universidade a tradição de acabar por aprovar todos os documentos e projectos apresentados pelo Sr. Reitor, não obstante alguns reparos mais ou menos firmes ou veementes. Por via disso, não raras vezes somos, mais tarde, confrontados com danos irreparáveis, não servindo de nada exhibir então arrependimentos pela não tomada de posições coerentes na altura oportuna.

Quando, há anos, foi apresentada a proposta de criação do IRIG-UP, chamei a atenção para o perigo de se estar a criar uma outra Reitoria, um **poder paralelo e desmesurado** face ao existente. No entanto acabei por votar favoravelmente a proposta.

Desta vez não vou incorrer no mesmo erro.

²⁵ É consensual que Portugal padece hoje de um surto de centralismo exacerbado, jamais observado na história recente do País. Infelizmente a doença estende-se à periferia, sendo os seus efeitos notórios na Universidade do Porto, contando aqui com agentes transmissores do vírus e ativamente empenhados na sua propagação.

Sou decisiva e frontalmente contra o *Plano Estratégico* e a *Proposta de Regulamento Orgânico* do CRSCUP - Centro de Recursos e Serviços Comuns da U. Porto, por várias e pertinentes razões, que vou enunciar de modo inequívoco e incisivo, embora com parcimónia.

- O CRSCUP, **tal como se apresenta** nos referidos documentos, para além de constituir uma Super-estrutura pesadíssima, em termos de funções e pessoal, subverteria a configuração e organização da Reitoria e da Universidade, tomaria de assalto os serviços e entidades existentes e com provas dadas, seria uma fonte de conflitos e tensões, esvaziaria as unidades orgânicas e não cumpriria satisfatoriamente as tarefas que se atribui, dado o distanciamento que o caracteriza em relação aos utentes que se propõe servir. Como instrumento de gestão seria extremamente negativo. Como peça de uma estratégia é altamente desaconselhável, mas revelador dos caminhos que a UP está a trilhar.
- O ‘plano’ inerente à implementação do gigantesco CRSCUP é mais uma parte do enredo que montou na UP um ‘ativismo’, um intervencionismo e uma agitação permanentes, instrumentalizando-a e convertendo-a em laboratório experimental de debilitação, adulteração e perversão da ideia matricial da Universidade, ao serviço de agendas nem sempre clara e explicitamente definidas e assumidas.
- A corda está já excessivamente esticada, correndo o risco de rebentar em 2011. Assim, parece-nos recomendável que, na presente conjuntura, a UP concentre as suas energias na consolidação e conservação do existente e fundamental, obviando as ameaças de desagregação que espreitam no horizonte. Ora isto requer, nomeadamente, que o Senhor Reitor fale para dentro da Universidade, com o intuito de acordar a motivação e paixão dos protagonistas da UP, em vez de os asfixiar, enredar e fustigar a toda a

hora com uma crescente teia de burocratização, regulamentos e normativos desestabilizadores e desvirtuadores da sua função.

Eis as razões da posição face ao CRSCUP - Centro de Recursos e Serviços Comuns da U. Porto, repito, **tal como se apresenta**. E eis igualmente os votos e o apelo que formulo no sentido de que 2011, ano de celebração do nosso centenário, constitua um período de unidade, de bom relacionamento e convergência de esforços no seio da UP. De vez em quando, como aconselham os engenheiros bem avisados, é preciso parar e medir o caminho andado”.

Uma coisa é a reestruturação e reforço de alguns serviços (p. ex., os Serviços Jurídicos), com o intuito de os ligar mais às Faculdades e de os habilitar a prestar-lhes um apoio de qualidade e expedito; outra é a obsessão de concentração, colocando distantes os meios que requerem estar próximos dos locais e atores que perfazem e asseguram o grau de existência da Universidade, para garantir a resposta pronta e adequada aos seus anseios, problemas e necessidades. A primeira virá por bem e suscitará aplauso; a segunda não traz nada de bom, pelo que origina oposição e reparos como os que aqui se tecem.

Não é esvaziando, enfraquecendo e empobrecendo o funcionamento das Faculdades e dos serviços nela sediados que se melhora o nível de proficiência e prestação da Universidade e que esta ascende ao tão apregoado lugar no ranking das 100 melhores universidades do mundo. O caminho de procura de mais eficiência não é esse. Tal como não se atinge mais coesão e unidade, eliminando a diversidade e instituindo a uniformidade.

Nem sequer o empolado alvo da racionalização, da poupança de gastos e da obtenção dos ditos benefícios qualitativos (como?) e quantitativos constitui argumento válido, susceptível de colher valimento, sem serem conhecidos os

encargos com a empresa que 'apoia' o projeto e os inerentes à operacionalização do CRSCUP.

Exige-se clareza, explicitação, frontalidade e transparência de intenções e posições: a implementação do CRSCUP, com a extensão e abrangência anunciada, é ou não mais uma indisfarçável evidência do centralismo e 'concentrismo', irmanados e apostados em retirar às unidades orgânicas a autonomia real e substancial, estatutariamente atribuída? Este é ou não um fim reiterado e tentado de muitas maneiras?

Na ausência de respostas convincentes, há uma certeza em toda esta visão de gestão: se o CRSCUP, tal como o Senhor Reitor o apresenta e deseja, for para a frente, a qualidade do serviço prestado aos utentes (estudantes, docentes, funcionários não docentes e público em geral) sofre uma queda assinalável. Intencionalmente ou não a Universidade do Porto assume uma deriva na sua missão: doravante passa de uma instituição preocupada com o bem público e pautada pela qualidade e excelência (tão enfaticamente afirmadas!) dos processos e resultados de educação, de formação, de investigação e produção de conhecimento para uma entidade de mercado, comércio ou negócio, cujo sucesso depende não do nível elevado de atendimento e satisfação dos 'clientes', mas, sim, da minimização das despesas e da maximização dos lucros.

Afinal, talvez isto ajude a clarificar a razão e o sentido da passagem a Fundação.

Mudemos de linha, sem mudar de assunto. Os pretendentes das fusões e de idênticas formatações atiram ao ar uma expressão muito reluzente: a da conveniência de reunir e aumentar a 'massa crítica'. É em nome dela que 'justificam' a ambição de criar super-estruturas, juntando as existentes. Esquecem o conhecido axioma de que "*o tamanho não é documento*". E ignoram também os dados dos *Relatórios do Desenvolvimento Humano*, elaborados pelo PNUD (ONU), relativos às últimas décadas, que assinalam a derrocada das corporações grandes e pesadas e a notória emergência de

instituições pequenas, muito mais hábeis e flexíveis. Ou seja, a dimensão e o tamanho não são mais garantia de qualidade, produtividade e excelência; é exactamente o inverso. De resto, igualmente os resultados alcançados pela UP nos anos recentes, com índices de crescimento e melhoria constantes em cada Faculdade e nos centros de investigação, não aconselham a deriva ‘concentraciária’ do gigantismo e das fusões. Mudar por mudar só pode provir de teimosia ou da disponibilidade para satisfazer uma qualquer pulsão ou estranha solicitação. Ou para inglês ver!²⁶

Voltemo-nos para outra frente. Sabe-se que há vozes a recomendar um governo da Universidade inspirado nos parâmetros próprios de uma empresa e na respetiva cadeia hierárquica. (Uma das recomendações da adopção do modelo empresarial aconselha que os Diretores das Faculdades sejam nomeados pelo Reitor e sejam da sua ‘confiança’, prática e termo que nos recordam tristes tempos idos).

A este intuito, mais ou menos velado, contrapõe-se que a lógica da produtividade de uma empresa não se aplica à Universidade. As empresas dedicam-se à produção de coisas. A Universidade é uma instituição ‘humanógena’; consagra-se à produção da ‘coisa’ mais portentosa e difícil de alcançar: seres verdadeiramente humanos. É uma instituição científica, devotada à produção e transmissão de conhecimentos. Este tipo de produção tem uma engrenagem mais complexa do que a de uma empresa; o seu êxito não passa pelo alinhamento, o encaixe e a uniformidade das peças. Ao invés, a diferença, o contraditório, o questionamento, a oposição, a contestação, a divergência, a crítica etc. são pressupostos essenciais.

A apologia do modelo empresarial pode ser justificada por adesões e inclinações ideológicas; porém a sua recusa assenta em argumentos racionais

²⁶ A autoria da expressão - “*é para inglês ver!*” - é atribuída a D. João VI. Na fuga da família real para o Brasil (1807-1808), sendo escoltado por navios de guerra da Inglaterra (uma potência desejosa de arrear e substituir Portugal em terras brasileiras), foi entusiástica e festivamente recebido em Salvador da Bahia (Janeiro de 1808). A recepção levou o Príncipe Regente a proferir a dita expressão.

e em preocupações quanto à realização eficaz e subida da missão universitária, sem esquecer o atentado aos direitos de independência e liberdade, consignados tanto na Carta Magna de Bolonha como nos estatutos da UP. De resto, vários e ilustres oradores (estrangeiros e nacionais) da conferência do Centenário da UP deixaram bem clara a sua posição de defesa da identidade e especificidade – e não de diluição – da Universidade e dos seus modelos de organização e governação.

Diversos e respeitados estudiosos dos modelos de organização universitária enfatizam que o fato de as universidades lidarem com o saber lhes confere características que garantem uma capacidade invulgar de sobrevivência através dos tempos. Entre essas características contam-se a diversidade organizacional e - pasme-se! - a fragmentação; são precisamente estas que permitem suprimir, agregar, dividir ou acrescentar novas unidades ou áreas de saber, sem sequer fazer estremecer a instituição.

Além disso, o processo de produção das universidades é ‘intensivo’ em conhecimento e não noutros artefatos, o que obriga a descentralizar e a distribuir o poder de decisão por um grande número de unidades e de atores, os peritos profissionais.²⁷

Ao arrepio das opiniões experimentadas e avalizadas, os órgãos de governo da UP convocam outros ventos para levar a nau por diante. Não os acompanhamos. Oxalá nós estejamos enganados e eles, por um qualquer milagre, estejam certos!

²⁷ Van Vught, F. (1989): *Governmental Strategies and Innovation in Higher Education*. London: Jessica Kingsley Publishers.

9. Do Governo da Universidade

Não se deve jamais deixar uma desordem prosperar para evitar uma guerra, porque uma guerra não se evita, somente se posterga com desvantagens para si mesmo.

Niccolo Machiavelli, 1469-1527

O RJIES – *Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior* já foi, várias vezes, trazido à colação nestas páginas. E não por boas razões! Para além de, de uma maneira subtil, predefinir o perfil dos futuros Reitores e quase os designar, o RJIES estabeleceu um reino de confusão, inversão, sobreposição e até conflitualidade de poderes. Os Estatutos da UP também deram um razoável contributo nessa direção. São várias e gravosas as consequências, carecidas, portanto, de uma revisão.

No concernente ao Reitor, não se pode meter a cabeça na areia e fazer de conta que não existe a possibilidade da função se acantonar e reduzir progressivamente ao papel de gestor, entregando a outros órgãos o governo da Universidade. A possibilidade é manifesta e pode evoluir para realidade, se o Conselho Geral tiver rédea solta e enveredar por um exercício pautado, não pelo sentido de moderação habitualmente atribuído à designação e ao funcionamento de um órgão incumbido de ‘conselho’, mas pela chamada a si de atitudes e iniciativas eivadas de um protagonismo exagerado e perturbador. A confusão neste plano alastra, exigindo clarificação e esclarecimento urgentes.²⁸

A isto acresce uma inquietante situação de latente mal-estar, arredando para a periferia das discussões e tomadas de decisão as Unidades Orgânicas e os seus legítimos representantes. De um lado situam-se e afirmam-se os órgãos

²⁸ F. Seabra Santos, intervenção na conferência *Preparar o Futuro*, comemorativa do Centenário da UP, 25 de Março de 2011.

centrais (Reitoria e Conselho Geral); do outro são colocadas as Faculdades e os seus Diretores (pelo menos, algumas e alguns). Está instalado um clima de clivagens, de desconfiança, estranheza, suspeição e até hostilidade e divisão, uma 'relação' de desconsideração, exclusão e isolamento. Os Diretores, quando não são encarados como obstáculos a contornar e evitar, são confrontados com fatos consumados. É verdade que, algumas vezes, são ouvidos, mas reduzidos à condição de meros castiçais e para cumprir uma formalidade inócua. A sua opinião, se for desfavorável às propostas apresentadas, é ignorada e ultrapassada, não conta.

Deste modo inverte-se a ordem natural e real do funcionamento da Universidade. Os verdadeiros atores da concretização da sua existência, das suas realizações, prestações e resultados, aqueles que lhe dão ser, vida, voz e alcance estão maioritariamente nas Faculdades: docentes, estudantes e funcionários não docentes.

Obviamente tudo isto tem raízes no RJIES e no método de eleição do Reitor. Este dimana do Conselho Geral que o elege, sentindo-se, portanto, mais ligado a esse órgão e menos à comunidade académica, diminutamente representada naquele Conselho. Em verdade, a legitimidade do Reitor é total perante o Conselho Geral e residual perante a enorme maioria da academia. O resultado é a instauração de um progressivo afastamento e mesmo divórcio.²⁹

Este clima existe e assume uma expressão mais ou menos evidente, com tendência para alastrar. Não é uma invenção da imaginação ou de uma qualquer propensão para o criticismo ou maledicência. É um tumor deveras maléfico; está a formar-se como um icebergue: por enquanto emerge à superfície a parte mais pequena. Importa extirpá-lo enquanto é tempo, em vez de persistir na criação e reforço de um ambiente que potencia o seu desenvolvimento e alastramento.

²⁹ Afinal a crise da representatividade e qualidade da democracia também se regista no terreno universitário!

Para tanto é curial que o Reitor não se preste, intencionalmente ou não, a ser agente da ‘governamentalização’ da Universidade, isto é, não circunscreva a sua ação a intérprete e aplicador das orientações e intenções que informam o RJIES e outras ordens e normativos governamentais. Tem que estar e falar mais com e em nome dos atores da Universidade. Pode alguém ser e sentir-se dono de uma empresa (uma concepção assaz arcaica), mas ninguém é ‘dono’ de uma Universidade, a não ser de alguma privada.

Guy Neave e Van Vught (1994) realçam que a história da instituição universitária e a emergência de diversos modelos de autonomia são parte da luta secular e duradoira da Universidade para pertencer a uma *República da Erudição*, para ser parte do universo do saber. E isto em oposição à continuada insistência e insinuação dos governantes e de outros poderes: quem está ao serviço do saber também deve servir o príncipe ou, pelo menos, não deve contestar demasiado as suas ordens.³⁰

Na sua caminhada as universidades habituaram-se a tomadas de decisões num longo processo de maturação resultante das discussões e dos equilíbrios entre os pares e as unidades em que se agrupam (faculdades, departamentos e mesmo disciplinas). Na cúpula – o Reitor – não reside um poder absoluto, apostado e obcecado em impor, a todo o custo, as suas (ou de outrem) ‘ideias’, sendo assim fator de permanente instabilidade; mas residem, sim, a capacidade de liderança e o carisma para buscar consensos e uma habilidade político-académica para orientar a nau institucional, sem criar demasiadas tensões ou conflitos.

Este entendimento do ‘governo’ universitário confronta-se com a aleivosia e atoarda, hoje em curso, de que as universidades são ineficientes e que a sua eficiência pode ser aumentada por intervenções externas, vindas do topo e retiradas de práticas de gestão de outros tipos de organização,

³⁰ Neave, G. and van Vught, F. (1994): Conclusions. In Neave, G. and van Vught, F. (Eds.), *Government and Higher Education Accross Three Continents: The Winds of Chang*, pp. 264-319. Oxford: Pergamon Press.

nomeadamente pela adopção de metodologias mais empresariais. Já atrás se deu resposta cabal a esta tentativa de perversão da matriz da Universidade. Um docente universitário, consciente e cioso da autonomia e liberdade académicas, não se conforma a ser tratado e a ser forçado a agir como membro de uma empresa, nem a assistir impávido e sereno à redução da sua instituição a uma fábrica de graduados.³¹

Gianni Agnelli (1921-2003), o conhecido industrial e inovador da FIAT, num discurso proferido nas comemorações dos 900 anos da Universidade de Bolonha destacou os ideais da procura da verdade e do conhecimento como trave-mestra da Universidade. Esta passagem da sua intervenção vem em nosso auxílio e intima-nos a resistir: *“as universidades sempre foram instituições livres, mesmo em sociedades governadas por déspotas; não eram movidas pelo interesse porque a sua tarefa não era imposta do exterior, mas escolhida por elas e consistia na procura do saber. E desde sempre foram internacionais em espírito”*.³²

³¹ Oliver Fulton: *O mal-estar dos académicos*, Seminário da Universidade do Porto.

³² Agnelli, G. (1988): Industry's expectations of the university. *CRE-action*, 83, p.11-17.

10. Formação versus instrução

Talvez por ter sido criada primeiro, a luz mantém o privilégio de mostrar ou esconder o mundo. (...) Só as cores e as formas criadas pela luz fornecem a verdadeira dimensão das coisas. Sem a luz, sem os objectos criados pela luz, o homem está condenado ao incógnito de suas entranhas. Talvez por isso os cegos nos despertem tanta pena.

Ronaldo Monte

Na Sessão Solene comemorativa do Centenário da UP, o Magnífico Reitor reafirmou a “*formação de excelência*” como uma das dimensões centrais e constitutivas da missão da Universidade. Ou seja, os conceitos de ‘*formação*’ e de ‘*excelência*’, emblemas tradicionais, continuam a ser caros à Universidade.

Mas... será mesmo assim? Não estaremos perante mais uma proclamação desmentida pelos fatos? A aspiração de ‘*formar*’ não estará a ser soterrada pela tentação de ‘*funcionalizar*’?

O conceito de ‘*excelência*’ tem atravessado os tempos, mantendo e exaltando o sentido com que era preenchido na Antiguidade Clássica: a prestação culminante ou exponencial da arte unificadora do saber, da técnica, da ética, da estética, da virtude. Estas noções são expressões e representações da missão que almejamos para a Universidade e para cada Faculdade. Por isso mesmo somos obrigados a olhar para o terreno de plantio da ‘*formação*’, arado e cultivado na presente conjuntura da Universidade e do contexto que a inclui e transcende.

Que conceito de ‘*formação*’ está a ser adoptado na Universidade, no lugar do que foi formulado por Wilhelm von Humboldt (1767-1835)?

Até um míope consegue enxergar. O lema *time is money* invadiu a formação universitária. As universidades são formatadas como fábricas de velocidade acelerada, para produzirem ninhadas de formandos o mais rapidamente possível. Transformam-se em *escolas-turbo* e os estudantes em *sprinters*.

Aos estudantes é transmitido o volume de conhecimento e a ‘cultura’ convenientes para os interesses dominantes e não para a sua formação humana. É abandonado tudo quanto tem objetivos para além do dinheiro e lucro e requer muito tempo.

Ora a referência da formação, como bem público e social, não é o mercado, mas sim a pessoa e a sociedade. E esta requer indivíduos ‘bem formados’ nas várias dimensões e implicações da profissão e cidadania. A orientação pelo produto e a obsessão de controlo e planeamento conduzem a um empobrecimento e desumanização da formação, a uma *meia-formação* ou a uma formação *hemiplégica*, colocando em perigo a sua finalidade primeira: a autonomia, a auto-determinação da personalidade e o uso da razão (bitolas formuladas por Kant e outros Iluministas).

Vivemos numa dieta de formação. Impera um formação *bulimista*, expressão de uma sociedade inconstante e volátil e de um tempo mesquinho, marcado pela palidez de pensamento. Não se respira o espírito da liberdade.

Deste rápido sobrevoo decorrem **perguntas inquietantes**:

Que tipo de formação queremos para a jovem geração? Que noções e modelos de Homem temos em mente? Renunciamos à formação de personalidades moralmente responsáveis? Conformamo-nos ao rebaixamento das Universidades a Escolas Técnicas e ou Profissionais? A formação em vigor inspira-se na personalização ou na reificação? Dedicar-se à qualificação de pessoas ou à degradação destas a coisas?³³

A voz da lucidez, da decência, da deontologia e da ética ordena dizer que a política (!) em vigor substitui a formação pela instrução; pior ainda, por

³³ *Ser uma coisa é não significar nada / Ser uma coisa é não ser susceptível de interpretação.* (Alberto Caeiro, heterónimo de Fernando Pessoa)

uma má instrução. Normalmente a culpa recai sobre o Processo de Bolonha; mas talvez deva ser assacada à má, restritiva, falsa ou pérfida leitura que fizeram da Magna Carta de Bolonha os agentes da implementação do Processo.³⁴

O Processo de Bolonha pode ser visto a partir de várias posições. Uma coisa é vê-lo em abstracto: merecem concordância geral os princípios e fins nele genericamente enunciados e confessados. Outra coisa é apreciar as motivações subliminares e inconfessáveis e a concretização do processo caso a caso, em função da pertença do analista a uma determinada área; esta, com a respectiva especificidade de saberes, de convicções e afinidades com o modelo de desenvolvimento económico em vigor, condiciona obviamente a visão, sempre parcial do avaliador.

Seja como for, com o Processo de Bolonha veio uma ideologia da ‘formação’ ligada quase exclusivamente a um entendimento utilitarista, interpretada à luz dos padrões e necessidades do mercado e da oferta de empregabilidade. Inspira-se na moda dos concursos televisivos. Ignora que a formação integral do ser humano é muito mais do que a aquisição de conhecimentos e competências técnicas para o desempenho de funções laborais. A pessoa não é apenas um “recurso” humano.

Enfim o Processo de Bolonha liga-se indelevelmente a:

- um esvaziamento do cerne humanista e iluminista da formação;
- animosidade contra a espiritualidade e erudição;
- aprisionamento e imbecilização da mente.

³⁴ Bolonha’, na versão portuguesa e com o pacote de medidas, leis e ‘reformas’ que o governo adicionou ao processo, é a cereja no topo do bolo servido em três dulcíssimas e complementares variantes:

Bolonha, uma *bula* em que tudo é determinado, prescrito e imposto de fora, hierarquizando e distinguindo as áreas académicas com diferentes soluções no tocante à extensão da formação obrigatória, desconsiderando e asfixiando assim algumas (p. ex., as sociais e humanas) com um apertado garrote orçamental;

Borlonha, uma *borla* que isenta os estudantes de um esforço e empenhamento por aí além e o Estado do devido investimento financeiro;

Burlonha, uma *burla* em todos os capítulos, ao serviço de uma agenda oculta no plano económico e de uma pobreza cultural e espiritual, conveniente aos suseranos desta hora.

Com efeito a ‘Formação’ subentende a capacidade ou competência para diferenciar, distinguir, qualificar, valorar as coisas e os fatos. Enquanto a ‘instrução’ significa ver tudo igual, como um alcoólico a quem todas as bebidas sabem ao mesmo, conquanto tenham álcool.

A formação, melhor dizendo, a **instrução em vigor**, oficial e oficiosamente apregoada e instituída, é um arremedo de ‘formação’, marcado por **anorexia ética e moral**, indiferença ética, unilateralidade no pensamento e acção.

Ora, diz Daniel Goeudevert, a “*instrução (graduação académica) sem formação leva ao conhecimento sem consciência*”. Assim sendo, assiste razão ao teólogo suíço Hans Küng, quando proclama que estamos a viver um “*período da moral perdida - ou da desmoralização ou desorganização moral*”. E que urge deitar mão a um modelo educativo que ajude a reverter a situação.

A talhe de foice, é reconfortante encontrar este lema da Faculty of Education, Kasetsart University, Bangkok: *To educate graduate who are striven for intellectual competence and moral excellence – formar graduados que se esforcem por atingir competência intelectual e excelência moral.*

Infelizmente este é um lema do qual nos estamos a afastar irremediavelmente.

Sejamos incisivos: A noção de formação, que está sendo paulatinamente inculcada, atraiçoa o conceito de ‘Formação’, porquanto visa tornar os indivíduos gordos e obesos de conhecimentos, mas não repara que eles ficam magros e até esqueléticos em termos de ética, moral, consciência, sabedoria, lucidez e humanidade.

Ora, quando olhamos em redor, constatamos que o défice de responsabilidade civil, criminal e moral é maior do que o défice financeiro e causador deste; tende para uma desordem existencial, conducente a achar tudo “normal” e encolher os ombros.

Precisamos certamente de investir no progresso científico e tecnológico. Mas **precisamos** igualmente - ou ainda mais - de **investir no progresso cívico, ético e comportamental**. Esta necessidade foi posta particularmente

em evidência pela crise económica e financeira que surgiu nos EUA e se propagou à Europa. Não constitui isto um assunto relevante da Universidade? Não incumbe a esta pronunciar-se sobre o tema e intervir neste campo?

O discurso oficial da instrução instila-nos uma ‘lógica’ ou mentalidade de fábrica, apostada em impor o primado e a exclusividade do *homo faber* sobre todas as outras facetas constituintes do ser humano. Os indivíduos estão a nascer, a crescer e a ser educados como máquinas robotizadas. A espiritualidade e a erudição experimentam uma acentuada recessão.³⁵

A ‘instrução’ própria deste tempo

- Degrada a pessoa para capital humano;
- Favorece a obediência cega;
- Garante um certo entontecimento no interesse da ‘funcionalidade’.

Logo carecemos de uma ‘formação’ contrária a este tempo para

- Ver o mundo com outros olhos;
- Tomar decisões fundamentadas, assumir responsabilidade;
- Questionar o sentido das coisas e dos fatos;
- Reforço da personalidade;
- Fomentar a empatia, solidariedade e preocupação com os outros;
- Servir de fermento da coragem para dizer **NÃO**;
- Capacitar a pessoa para estabelecer uma ordem consigo e com o mundo;
- Encorajar a reclamar outra ‘formação’ que não favoreça a indigência espiritual e que estimule o progresso intelectual e moral.

Necessitamos de uma formação que corresponda a esta imploração de Eckhart von Hochheim (c. 1260 - c. 1327): “*Deus, livrai-me de deus!*” Uma

³⁵ Tomemos emprestada de Frei Bento Domingues mais esta contundente anotação e sopesemos bem o seu final: “*O ser humano não é só Homo faber, máquina de trabalho. Precisa de tempo para a liberdade, para a festa e para a criatividade. Por desgraça (...) até as melhores instituições se podem transformar no que há de pior.*” (In: Uma grande polémica da Quaresma, jornal *Público*, p. 33, 3 de Abril de 2011).

Formação que nos livre dos deuses menores e rasteiros que este tempo venera.

“A gente só enxerga o que está preparada para ver” – observa Bernardo Carvalho, escritor brasileiro. A instrução universitária em voga não prepara para ver o Mundo dominado pela obsessão da instantaneidade, pelo espetáculo do instantâneo.

Precisamos, pois, de repor uma formação discordante dos tempos atuais. Que habilite a questionar a orientação absurda do presente e faça surgir um novo olhar sobre o mundo e o ser humano, tal como adverte Frei Bento Domingues.³⁶ Que instale em novos horizontes e patamares de excelência, com reptos para a realidade. Uma formação que enraíze nos estudantes o apego a várias necessidades emergentes:

- Necessidade de uma *revolução axiológica*;
- Necessidade da assunção e da *projeção de noções e conceitos do Homem*, assim como das abordagens e usos do seu corpo;
- Necessidade de uma *investida ética* apostada em restabelecer e alargar os círculos da solidariedade e compaixão, da pulsão altruísta e paixão pela Humanidade e pelos outros, em diminuir as bandas da ignorância moral, do egoísmo e da hipocrisia da caridade, da humilhação e do estigma;
- Necessidade de *superação e transcendência*, de abertura e disponibilidade para a admiração, a altura, contemplação, espiritualidade, a ‘arte’, criação, estética, excelência, a ‘performance’, o encantamento, o empolgamento, o espanto, o ilimitado, o divino, o integral, o sagrado, o sonho, o supra-mundano.

³⁶ “Se a crise financeira e económica de consequências globais não for aproveitada para questionar e alterar a orientação absurda da nossa civilização, se não fizer surgir um novo olhar sobre o mundo e o ser humano, se não levar a um novo caminho, só resta continuar de alienação em alienação, na rota da autodestruição”. (Frei Bento Domingues, jornal *Público*, 11 de Janeiro de 2009).

II. LINHAS DE AÇÃO



O nosso maior risco não é que as nossas aspirações sejam demasiado altas e não as consigamos concretizar, mas que sejam demasiado baixas e as alcancemos.

Michelangelo, 1475-1564

1. Esclarecimento

O humor é muito mais do que um estado de espírito; é sobretudo uma visão do mundo.

Ludwig Wittgenstein, 1889-1951

Está instalada e promete toldar o horizonte dos próximos anos uma pesada crise. Ela diz-se económica e financeira; mas é sobretudo de desorientação ética, moral, política e social, afetando o País e as suas instituições, nomeadamente a Universidade.¹

Esta circunstância torna incerto que os planos traçados encontrem condições e meios para ser cumpridos. Por isso os planos de longo ou médio prazo, como este, devem voltar-se para a criação e manutenção de ambientes que sustentem em alta a motivação, mobilizem o ânimo e suscitem a adesão e empenhamento dos atores institucionais. Devem ser abertos a correções de curso e deixar a ementa das ações para programas de âmbito mais restrito, como são os anuais. Sobretudo devem cultivar a firmeza das convicções e a humildade das intenções.²

Isto aconselha que nos próximos planos de atividades anuais seja importante e conveniente proceder a uma análise de pontos fortes e pontos fracos, com o intuito de não perder de vista o compromisso com o desiderato da melhoria constante do funcionamento e dos resultados da Faculdade, assim como de apontar vias que levem nesse sentido.

¹ Aplica-se-nos que nem uma luva esta mordaz sátira de Guerra Junqueiro (in *Pátria*, 1896): *"Um povo imbecilizado e resignado, humilde e macambúzio, fatalista e sonâmbulo, burro de carga, besta de nora, aguentando pauladas, sacos de vergonhas, feixes de misérias, sem uma rebelião, um mostrar de dentes, a energia dum coice, pois que nem já com as orelhas é capaz de sacudir as moscas..."*

² Revemo-nos nesta posição da Madre Teresa de Calcutá (1910-1997): *"O que eu faço é uma gota de água no oceano. Mas sem ela, o oceano será menor"*.

As linhas de ação, aqui anunciadas, inscrevem-se no estrito respeito pelos Estatutos da Faculdade, querem contribuir para a concretização das metas neles estabelecidas e esperam a complementação de ulteriores iniciativas. Estas orientações são balizadas por uma preocupação dominante: para manter o número atual de estudantes, quer na graduação, quer na pós-graduação, para usufruir e, quiçá, reforçar o gratificante índice de procura da Faculdade e para continuar a honrar o bom nome que ela soube edificar, aquém e além-fronteiras, não se pode esmorecer no esforço de levantar e sustentar ainda mais alto as bandeiras que a enaltecem e distinguem no panorama acadêmico e no conceito do vasto leque do sistema e dos protagonistas desportivos.

Um plano estratégico enfrenta a realidade, não se conforma a ela, antes visa superá-la, rir-se da fealdade da sua cara e em cima dela idealizar e pintar algo que valha a pena e concite apreço ético e estético.

Para tanto e em face do putrefacto estado do Mundo, ocasionado pelos gabirus e Proteus peritos em driblar a licitude e em esconder a fraude, a rapina e a sujeira, exibamos um ar de riso e sorriso enraizados nos princípios, valores e afetos que nos povoam e sustentam a alma. Tiremos lá de dentro a vontade, os sonhos, ideais e utopias e com essa tinta pintemos a cor resplandecente da nossa missão. Esta só pode ser a de irradiar humor e luz, para desmoralizar os trifulhas e configurar uma outra versão da realidade, feita de esperança, generosidade e solidariedade.

2. As pessoas em primeiro lugar

Estai sempre prontos a responder a quem vos pede a razão da esperança que vos habita (...) Não apagueis o Espírito. Não desprezeis as profecias. Examinai tudo, guardai o que é bom.

Sagrada Escritura (1 Pedro 3, 15; 1 Ts 5, 19-21)

De todos os lados sopram ventos e pressões, de teor pragmatista e utilitarista, a proclamar que o fim último da vida não é a felicidade, mas antes a eficácia e a produtividade. As instituições académicas não escapam a esta condenação e, por conseguinte, estão sendo desfiguradas e transformadas numa arena de árdua, amarga, dura, alucinante, febril e desumanizante competição e disputa pela superioridade e pelo rebaixamento do outro, como condição de sobrevivência. A ordem do dia é feita de um discurso que recria novas versões e protótipos do Minotauro, com uma fome insaciável de carne e vítimas humanas e indiferentes ao seu fado.³

Ao fim e ao cabo vê-se definhar a olhos vistos o princípio de Protágoras (cerca de 492 a.C. - cerca de 422 a.C.) de que “o homem é a medida de todas as coisas”,⁴ sendo o seu lugar ocupado por uma máxima chocante que

³ O Minotauro é um monstro, metade homem e metade touro; foi morto por Teseu, herói semi-lendário e semi-histórico.

⁴ A frase completa é a seguinte: “O homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são enquanto são, das coisas que não são enquanto não são”. Nesta formulação, cujo significado continua hoje enigmático, a palavra ‘coisa’ (Protágoras usa o termo grego ‘chrémata’) designa aquilo de que nos servimos e também os bens e valores. O vocábulo ‘medida’ (do grego ‘métron’) traduz o domínio sobre qualquer coisa. Por sua vez, ‘homem’ diz respeito à humanidade, cuja essência pertence a toda a pessoa.

gradativamente desponta da realidade com força de imposição: a máquina torna-se doravante a medida de todas as coisas humanas.⁵

Contra isso impõe-se reagir e dizer que os docentes e funcionários não docentes não podem consumir a vida como se fossem animais ou máquinas de luta e competição, no fundo, viver sem ter vivido, sem ter experimentado o autêntico e supremo sentido da transitoriedade e precariedade da vida. São seres portadores do direito de conceber e configurar a sua existência e a dos outros como um projeto de beleza e arte. É precisamente o cumprimento desse desígnio civilizacional que justifica as instituições e a proficiência dos seus quadros, ao serviço do bem público e da Humanidade.

Tentamos fazer boa leitura da pertinente anotação de Frei Bento Domingues, citada atrás: *“O ser humano não é só Homo faber, máquina de trabalho. Precisa de tempo para a liberdade, para a festa e para a criatividade. Por desgraça (...) até as melhores instituições se podem transformar no que há de pior”*. Não caíamos neste atoleiro.

Somos, pois, desafiados a enfrentar os ditames da conjuntura, tentando superar contradições e obter sínteses, à luz da noção de que a felicidade, a realização pessoal, a ética, a estética e a excelência se casam em comunhão de bens. Em nosso auxílio invoquemos este lembrete de Fernando Pessoa: *“Se a nossa vida é provisória, que seja linda e louca nossa história, pois o valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis”*.

Esta citação regula, ilumina e guia os nossos passos. À frente de tudo colocamos as pessoas, os seus humaníssimos e justíssimos anseios de realização e felicidade, por elas serem o mais valioso património da instituição. Somos ‘parciais’; tomamos partido pelas pessoas. Pelo mesmo

⁵ Aos que nos acusam de excesso, por denunciarmos o ataque cerrado aos servidores públicos e os intuitos que se escondem na dita ‘gestão por objetivos’ e na parafernália de procedimentos burocráticos de avaliação, respondemos como o pensador e escritor francês Jean Racine (1639-1899): *“O vício, tal como a virtude, cresce em pequenos passos”*. Sim, pouco a pouco, vai-se instalando um gigantesco sistema de exclusão e eliminação das pessoas e de depreciação daquilo que perfaz a nossa Humanidade.

diapásão alinham os Estatutos da Faculdade. Eles constituem a referência balizadora das linhas de ação que aqui se esboçam e dos posicionamentos assumidos atrás e em diversas instâncias.

Nesta orientação enraíza parte da nossa crítica aos órgãos de gestão instituídos a partir do RJIES, porquanto eles filiam-se numa linha de centralização e concentração de poderes, a tender para o unipessoal. Além de ser questionável no plano da sua democraticidade, este modelo de direção e gestão é de eficácia duvidosa. Como se sabe, o número de docentes da Faculdade é pequeno e os meios também são escassos. Esta circunstância recomenda que o maior número possível de elementos seja mobilizado e envolvido nas ações a desenvolver, sob pena de ficar comprometido o alcance das metas propostas.

Ou seja, numa atitude contra a corrente oficial em moda, advogamos e queremos um *modelo de gestão e funcionamento* da FADEUP com maior envolvimento e participação tanto de todos os órgãos de governo como dos ‘governados’, visando assim conciliar a pluralidade e riqueza de perspectivas nas tomadas de decisão, promover a coesão interna e as dinâmicas de trabalho mais interativas e pró-ativas, ultrapassar alguma inércia residual e mobilizar todos os recursos humanos disponíveis, em ordem a renovar e revigorar o projeto institucional. Em conformidade com isto, alguns itens deste documento foram redigidos por docentes diretamente responsáveis pela área em apreço e outros solicitados a prestar a sua colaboração (p. ex., desenvolvimento da atividade científica, instalações e obras, melhoria dos serviços).

3. Vinculação a princípios e valores

A punição que os bons sofrem, quando se recusam a agir, é viver sob o governo dos maus.

Platão, 427 a.C. – 347 a.C.

Além de seguir os posicionamentos atrás afirmados, a Direção da Faculdade, como também já foi mais ou menos dito, inspirar-se-á nos princípios e valores vertidos nos Estatutos, obrigando-se a:

- Prosseguir uma *política universitária*, assente não em bases de preferências pessoais e em posições de gestão e organização ideológicas e sectárias, mas tendo como inspiração e referência os fins superiores da instituição, o seu desenvolvimento e o cumprimento integral da sua missão educacional, científica, cultural e social;
- Envolver a comunidade institucional tanto na definição como na consecução das metas estabelecidas da forma mais consensual possível, mas sem postergar e diluir o sentido de responsabilidade de quem tem a função de dirigir;
- Aproximar a administração e gestão daqueles que concretizam o ensino, a investigação e os programas de extensão;
- Empenhar-se na preservação e elevação do engajamento e mobilização, da auto-estima e da dignificação dos atores institucionais;
- Afirmar e defender os valores matriciais da autonomia e liberdade académica na investigação e na orientação curricular, bem como as recomendações e posições oriundas da Comissão de Ética da UP;
- Apoiar objetivamente o aprimoramento dos docentes, dos funcionários e dos estudantes, reconhecer e valorizar, interna e

externamente, a sua dedicação e motivação, o seu empenho, entusiasmo, envolvimento e comprometimento.

4. Defesa da existência da Faculdade como unidade orgânica autónoma

Quem poupa o lobo, mata a ovelha.

Victor Hugo, 1802-1885

A FADEUP é, nos termos dos Estatutos da Universidade do Porto e da Faculdade, uma unidade orgânica de ensino e investigação, com auto-governo, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira.

Esta situação não consente derivas e evasivas ou salamaleques; deve ser defendida, sem concessões ou titubeações, com coragem, frontalidade e determinação, face a qualquer manobra do autoritarismo e da ‘razão’ da força ou imposição, a tentações e ameaças de junções de unidades orgânicas que animam, aberta ou surdamente, alguns dos protagonistas do governo da Universidade. Não se trata apenas de honrar e cultivar o apego a um passado e presente que tanto custaram a alcançar.⁶ Trata-se, sobretudo, de contrariar forças que, em nome de entendimentos e modelos enviesados de gestão e eficácia, fazem a apologia da uniformidade e a condenação da riqueza da diversidade e das diferenças. A diversidade é um fator de competitividade, de emulação e, logicamente, de aumento da produtividade e subida da qualidade. (Os argumentos avançados na Parte I dispensam ser aqui repetidos ou alongados).

De resto é o próprio conceito de Universidade que exige o respeito pela diversidade de olhares, áreas e instituições académico-científicas. Ademais a relevância, importância, complexidade, pluralidade e polimorfismo do

⁶ O passado é uma ‘coisa’ preciosa, logo muito cara. Atente-se nesta sábia apreciação de Oscar Wilde (1854-1900): “Nenhum homem é suficientemente rico para comprar o seu passado”.

fenómeno ‘desporto’ constituem um objeto suficientemente justificativo e merecedor da ocupação de uma unidade orgânica como a FADEUP.

A defesa aqui em causa compreende também a denúncia de tentativas de redução e até de eliminação de alguns serviços (p. ex., secretarias e bibliotecas) nos pólos universitários. A supressão e a concentração de tais serviços são mais uma expressão do centralismo e uma prova de que, afinal, a questão da melhoria da qualidade da formação e investigação e do atendimento dos estudantes é sacrificada à voracidade de outros apetites e mistificações de uma religião da gestão. Ademais requer-se conhecer os custos de algumas fusões e centralizações de serviços já operadas e os ganhos de qualidade daí resultantes. Para não questionar se a Universidade também se revê como uma agência cooperante do FMI e da crise social, atirando fria e impavidamente pessoas para o desemprego.

Enfim, **somos forçados, de há alguns anos a esta parte, a viver em persistente estado de alerta, desassossego, instabilidade e vigilância, perante ameaças, a toda a hora repetidas ou insinuadas, oriundas de órgãos centrais da Universidade.** E assim temos que investir e concentrar, nesta frente de ação, atenções, esforços e energias que fazem falta para abordar e, tanto quanto possível, minimizar e eliminar os pontos fracos e aprimorar os pontos fortes da Faculdade. Para não falar no desagrado e incómodo de um clima de crispação, de relações tensas, desconfianças e suspeições, desgastante, desagregador, fraturante e perturbador.

Isto é absolutamente inaceitável, tanto mais que transforma a feitura do plano estratégico num formalismo inócuo ou mesmo numa inutilidade e a exigência da sua apresentação ao Senhor Reitor e ao Conselho Geral da UP numa brincadeira de mau gosto, uma vez que a realidade de referência e as cartas do jogo podem ser alteradas e viciadas a qualquer instante, ainda por cima sem o conhecimento e consentimento de todos os ‘jogadores’.

Pugnar pelo estabelecimento de garantias e seguranças de preservação da autonomia da Faculdade não é tarefa fácil; obriga a escrever e proferir

palavras duras, a assumir atitudes nada simpáticas, atrai antipatias, rótulos e estigmas de coloração negativa. Todavia, não havendo outro caminho, também não há escolha; para dignificar a função e honrar a confiança dos docentes, funcionários não docentes e dos estudantes, de agora e do passado, é por ele que seguiremos. Não se trata de rigidez de conduta. *“A rigidez - lembra Guerdjef, pensador russo do início do Séc. XX - é boa na pedra, não no indivíduo. A este cabe a firmeza, o que é muito diferente”*.

5. Reforço e clarificação da missão da Faculdade

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.

Fernando Pessoa, 1888-1935

Primeiro:

Segundo os seus Estatutos, a FADEUP tem como missão o ensino, a formação, o estudo, a inovação e a investigação no domínio do desporto, bem como em atividades afins e correlatas, voltadas para a educação, a exercitação, a recreação, a reeducação e reabilitação, o desenvolvimento e aperfeiçoamento, a performance e transcendência da condição e da corporalidade humanas e dos seus limites.

Esta é uma marca distintiva da Faculdade que lhe outorga uma posição ímpar e uma notável credibilidade e respeitabilidade no universo das instituições congêneres. A FADEUP constitui uma referência incontornável no panorama académico e científico da área, tanto no entorno nacional como no contexto internacional, particularmente no espaço lusófono. Some-se, sem favor, o apreço que usufrui junto da opinião pública e das principais organizações do sistema desportivo, aquém e mesmo além-fronteiras. Sem esquecer que a procura, como primeira opção, para o Curso de 1º Ciclo é de 2.4 por vaga, com preenchimento de todos os lugares disponibilizados logo na primeira fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior e com uma média de entrada superior a 15,00 valores. Por via disto a Faculdade cumpre uma função insubstituível e é um fator do prestígio e da extensão nacional e internacional da UP.

Este património é para manter, consolidar e aumentar. Tanto mais que converge para este desígnio a seguinte passagem dos Estatutos: “Baseada na sua história de sucesso até ao presente, a FADEUP encara os desafios da

globalização e as expectativas da sociedade, comprometendo-se a prosseguir o esforço de afirmação e consolidação como escola de pensamento, de formação e investigação, com posição de destaque, liderança e vanguarda no cenário académico nacional e internacional, cooperando desta maneira na projeção do País e da Língua Portuguesa”.

Este postulado encerra várias consequências e exigências, comportando outras tantas linhas de ação, apresentadas nos itens seguintes.

Segundo:

A defesa e afirmação da Faculdade requerem a apologia e a observância consequentes da sua matriz epistemológica, indissociável da concetualização polissémica e polifórmica do desporto, bem como das instrumentalizações deste ao serviço da promoção do Homem e do seu Corpo.

Ora isto intima a olhar, com severidade crítica, as derivas do *ativismo* e *higienismo*, importadas e cultivadas por académicos atentos aos modismos e hábeis a tirar partido deles para o financiamento de linhas de investigação. Todavia este pragmatismo, até certo ponto compreensível, não pode levar a afrouxar a vigilância epistemológica, nem a fazer cedências a uma consciência pouco esclarecida acerca das consequências daí resultantes para a reconfiguração e fragilização da área.

Nas relações entre a putativa ‘*atividade física*’ e a saúde constrói-se, regista-se e faz-se ouvir um discurso falho de alicerces filosóficos, de bom senso e de racionalidade, conforme às circunstâncias, modas e conveniências em alta.

As sociedades ocidentais, estribadas no ideal do domínio absoluto sobre a natureza, tanto a extrínseca como a intrínseca, tornaram-se progressivamente um campo de intervenções realizadas por peritos credenciados e apostados em impor o primado da rasoira científica e tecnológica em todos os campos, inclusive no corpo. No caso deste, forjam-se especialistas em torno de uma lengalenga sobre a diabolização dos perigos

da vida urbana, causadora do aumento do volume físico dos indivíduos, apontando como remédio a mobilização geral contra o sedentarismo, a hipodinamia e os desvios e excessos alimentares. Com isto veicula-se a certeza de formar o corpo ideal, de servir a saúde e melhorar a produtividade e o bem-estar. Ou seja, assiste-se a um poderoso movimento ideológico (e económico!) que visa erigir o *higienismo* e o *ativismo físico* em pilares da construção do corpo e da organização e prática do lazer.

O *frenesim neo-higienista e intervencionista* socorre-se da divulgação alarmante de listas de fatores de risco, convida toda a gente a mexer-se, a correr, caminhar, andar e subir escadas; vende a ilusão de que cada um pode, por livre arbítrio e labor pessoal, ter o *design* e a forma do corpo que escolher e a saúde que perseguir e, por esta via, atingir a felicidade e a realização máximas. Para tanto apregoa-se, prescreve-se e comercializa-se o exercício, a assídua e intensa ‘*malhação*’ do corpo, complementados, se necessário, com regras dietéticas e proibições várias, com intervenções e correções cirúrgicas. Os ‘*health centers*’, ‘*spas*’, academias, clínicas e afins proliferam em todo o lado, oferecendo fórmulas sagradas de vida feliz e saudável, em programas feitos à medida dos desejos, das aspirações, da idade, do sexo, do peso, da altura etc.

O *intervencionismo* vai mais longe, contagiado e insuflado por laivos de *perseguição e foros de cruzada*. Em todo o lado surgem ordens e regulamentos a mandar olhar de soslaio, a exorcizar e expulsar o gordo ou a gorda, potencial ou real, que há em nós. Para que a beleza da magreza se liberte desse espartilho e o magro possa nascer, ser exaltado e circular sem peias.

Neste desatino inclinamo-nos mais para Esparta do que para Atenas. Renunciamos a tentar alcançar o equilíbrio entre a rigidez e dureza das normas, dos comportamentos e hábitos espartanos e a abertura, flexibilidade, sabedoria e tolerância dos atenienses. Varreu-se-nos da memória e atenção que - como assinalou Golda Meir (1898-1978), em tempos

primeira-ministra de Israel - “não foi a libertação do medo, mas o equilíbrio do medo, que tornou possível a sobrevivência da nossa civilização”.

Assumindo, intencional mas não falsamente e por razões didáticas, o exagero, oferece-se propor que não devíamos descartar a hipótese de, na avalanche e enxurrada do *ativismo*, haver indícios de *religião*, *fundamentalismo*, *fanatismo* e *alienação*. Com efeito não faltam os viciados em ‘malhação’, em ‘atividade física’ ou ‘ginástica aeróbica’, que se consagram de modo obsessivo e devotado à tarefa de ‘reforma’ ininterrupta do seu corpo. Os especialistas, quais inflamados e mandatados sacerdotes ou delegados de propaganda médica, abençoam, aconselham e vendem esse produto em nome de fins de purificação, enquanto a gananciosa e nada ingênua sociedade de consumo e consumidores lhes pisca o olho, esfrega as mãos e bate palmas de aplauso e contentamento. Também aqui os ventos sopram a favor dela.

Vem muito a propósito recordar que os *taliban*, quando tomaram Cabul em 1996, nomearam um zeloso vice-ministro para a *Promoção da Virtude e a Prevenção do Vício*. A insigne e divinamente iluminada autoridade punia publicamente os ‘desvios’ com lapidações, enforcamentos e decapitações. Igualmente não é de olvidar a célebre chamada de atenção de Martinho Lutero (1483-1546): “A medicina cria pessoas doentes, a matemática pessoas tristes e a teologia pecadores”. Agora tudo parece fundir-se no mesmo resultado. *Mutatis mutandis!*..

Há certamente unilateralidades e parcialidades nas tintas desta análise. Importa, contudo, que nos interroguemos se não estamos possuídos de uma mentalidade – ou a colaborar na sua laboração – que vê em tudo ameaças. No sol, na comida, na bebida, nos temperos, no descanso, no sexo, no tabaco etc, em tudo vemos maus agoiros e prenúncios, coisas hostis e nocivas ao corpo. Perspetivamos assim a vida como um ambiente repleto de malefícios assustadores e terrificantes que devem ser vigiados, contidos a alguma distância e impedidos de invadir o território corporal.

Isto prova que a ambiguidade e a ambivalência tomaram conta de nós. É muito diminuta ou quase nula a capacidade para traçar, com clareza e razoabilidade, a ténue linha de separação entre a norma e a transgressão, para distinguir e decidir aquilo que nos convém e aquilo que nos prejudica, o que faz bem e o que faz mal, o que é natural e bom e o que é artificial e mau. Perdeu-se o sentido da harmonia, do equilíbrio e das proporções; a vida torna-se inodora, insípida e monocromática, ao proclamar e enfatizar sobremaneira a ânsia e o desejo de a regulamentar, fiscalizar e uniformizar e ao diminuir o sal que lhe dá gosto, sabor e saber, significado e sentido.

O desconcerto e a indefinição, a insegurança e o temor daí advenientes comandam os nossos passos. Da dúvida e do medo, como fonte de alerta, de prudência, estímulo e qualificação da conduta, resvalamos para rituais de auto-flagelação e anulação, para jogos de simulação e engano. Fica óbvio que não sabemos ainda balizar a liberdade, seja no geral, seja no caso particular do corpo e dos aspetos a ele concernentes. Ciclicamente regressamos ao ponto de partida, inventando novos pretextos para patentearmos a nossa incompetência e frustração.

Enquanto noutros domínios o terrorismo é um pesadelo iminente ou latente, a gordura implantada no corpo e nos acréscimos de peso e centímetros da cintura representa a derrota da desatenção ao estilo de vida e das defesas somáticas, o fracasso da vigilância, o terror concretizado, a vitória deste, a invasão, a anexação e usurpação das nossas existências por inimigos perversos e traiçoeiros.

As implicações estendem-se. O corpo, por ser um material e terreno de enorme plasticidade e visibilidade, é alvo fácil e benquisto para implementar a tentação e a estratégia de registo, de domesticação e observação de todos os nossos passos. Isto é, pode treinar-se eficaz e exemplarmente nele o controlo que a tecnologia possibilita e a ausência de sensatez e de um pensamento filosoficamente bem fundado – e por isso néscio e sem escrúpulos – não põe em causa. Desta sorte a intervenção no corpo é percursora ou reveladora de

novos mecanismos e instâncias de constrangimento e censura, individuais e sociais, que acabarão por condicionar o que podemos ver, ouvir, ler e outras necessidades vitais e existenciais.

Ou será que o fervoroso ânimo controlista se dá por satisfeito exclusivamente com o corpo? Não parece. Até onde isto nos levará, quer na normatização e conformação do corpo, quer na de tudo quanto perfaz a nossa vida? Não estará a norma da saúde a habitar paredes meias, quando não deitada na cama, com a demência, a insanidade e loucura?

Devemos censurar, combater e perseguir a(o)s gorda(o)s e admirar, valorizar e amar apenas a(o) magra(o)s? Não estamos a resvalar para a identificação da magreza com o bem, o cuidado e o mérito e a gordura com o mal, o desleixo e a vergonha? Não há nisto reminiscências da feroz e vergonhosa cruzada inquisitorial?

Vê-se bem, aquilo que se passa no tocante ao corpo, ao seu *design* e modelação, ao combate à inatividade e ao panorama obesogénico, à formulação, apresentação, recomendação e consumo de dietas, de cuidados, serviços e medidas deste jaez serve de paradigma para ilustrar, de modo evidente, a dualidade dos critérios que balizam o esboço da condição humana na sociedade de mercado neoliberal e do respetivo consumo. O relativismo de princípios e valores é exuberante e patente.

Estamos reféns de angústias, ansiedades, inseguranças, desesperanças e receios nos vários planos existenciais. Atormentados por uma série, a toda a hora recriada, de fantasmas, esquecemos que estes moram dentro de nós e que não adianta procurá-los no sítio errado. A desorientação alastra, à medida que engordam os equívocos que a sustentam.

Zygmunt Bauman caracteriza a sociedade pósmoderna e '*líquida*' de consumidores como uma "sociedade incerta acerca da sobrevivência de seu modo de ser". Isto leva-a a desenvolver uma "mentalidade de fortaleza sitiada" e a ver como "inimigos que cercam suas muralhas" os seus próprios "demónios interiores", ou seja, "os medos reprimidos e ambientes que

permeiam a vida diária, a ‘normalidade’, mas que, para tornar suportável a realidade diária, devem ser esmagados e empurrados para fora da cotidianidade vivida e fundidos a um corpo estranho – um inimigo tangível dotado de um nome, um inimigo que se possa enfrentar, e enfrentar novamente, e até esperar vencer”.⁷

Em vez de tentarmos delimitar e erradicar as causas dos problemas e angústias, somos ‘preparados’ e instrumentalizados para darmos o aval a soluções que prometem ‘reduzir’ a probabilidade de sermos vítimas dos incontáveis perigos que ameaçam a nossa segurança e a dos que nos são próximos ou familiares.

Povoados de ansiedades, entregamo-nos a reconhecer e vigiar sintomas de doenças aterradoras, a tomar precauções e a adotar regras e comportamentos para afugentar o stress, a pressão alta, as taxas elevadas de colesterol e diabetes, a evitar comidas gordurosas e a ingestão de calorias em demasia, o sexo sem preservativo, a inalação de fumo, a encurtar a exposição ao sol, a beber muita água e ser moderado no consumo de outras bebidas, sobretudo das alcoólicas - e não sei quantas coisas mais.

Ou seja, o progresso científico e tecnológico e a melhoria das condições de vida tornaram-se uma ameaça para esta, desencadeando tormentos, desconfianças e reservas e a necessidade de a submeter a uma nova ordem. É como se, para vermos e nos mantermos vivos, tivéssemos que prescindir da visão das cores, amputar a própria vida ou sacrificar uma dimensão primacial dela. Obviamente para nosso bem, conforto e tranquilidade!

Face à ausência ou escassez de virtude e sabedoria, o filósofo Hans Jonas (1903-1993) recomenda o uso do medo como método heurístico para conhecer e apreciar o bem, com o intuito de sair das bandas da ignorância e da imprudência, de prever e evitar o pior; e assim converte o *princípio* e *imperativo da responsabilidade* numa espécie de ética. Do mesmo teor é a

⁷ Zygmunt Bauman: *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*, p. 163, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2008.

posição de Jacques Rancière, pensador pós-marxista, que vê o medo como aliado e *cúmplice da razão*, como meio de tomar consciência dos desequilíbrios, das desordens, desregulações e perigos e como princípio natural das sociedades, coadjuvando na substituição da brutalidade e do caos dos fatos negativos e reprováveis pela estética das ficções positivas e desejáveis.

O medo é, pois, um sentimento vital, uma fonte de conhecimento, esclarecimento e regeneração, um estímulo enérgico, predisponente e eficiente, um motor da vontade e da ação para prevenir e proteger de riscos, para originar efeitos bons e diminuir e corrigir males. Nesta conformidade constitui um dever antecipar e apontar ao máximo os perigos imersos nos mais distintos comportamentos e atitudes, assim como provocar um *temor adequado* a essa representação. Adequado, justo e equilibrado, note-se bem!

Mas isto não se compagina com tramas e enredos tendentes a perverter e transformar os receios em terror e pânico, a romper com “toda a possível mediação entre medo e razão”, a criar um próspero, lucrativo e venturoso mercado de medicamentação, amedrontamento e policiamento das vidas, a aumentar a incerteza, a angústia e fobia, a sensação de vulnerabilidade e dependência dos sujeitos, ao invés da pretensão iluminista da sua emancipação. Porque este clima gera “a ausência de um sentido para a civilização” e a impossibilidade de imaginar o futuro. Acima de tudo joga o homem “para fora do ser sem o saber”, diminui-lhe a capacidade de autonomia. E ao subtrair-lhe a condição e vocação de “ser-para-a-liberdade” induz a submissão à desnaturação, humilha-o e rebaixa-o para o estado de decadência e obediência que engendram nele a resignação à *servidão voluntária*, isto é, a uma deprimente e “estranha síntese, impensável conjuntura, inominável realidade”.⁸

⁸ Adauto Novaes: *ENSAIOS SOBRE O MEDO*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

Esta constatação convida-nos a desconfiar do recurso grosseiro ao alvoroço do veneno do medo e a recusar o seu aproveitamento como estratégia e ferramenta de atuação em qualquer campo.

Entendamo-nos, para não adubar confusões: o medo não é negativo, nem tampouco vergonhoso; “a vergonha está em construir uma política que usa o medo para dominar”. Ninguém de sã consciência, de esclarecida razão e reta intenção pode aceitar e conformar-se a um estado de manipulação e terrorismo psicológico. Pelo que, como lembra Adauto Novaes, temos que retomar o sonho da filosofia para penetrar nas causas do medo, com o intuito de o fazer desaparecer e de desmistificar os ganhos ilusórios que dele decorrem.⁹

Eis, em traços largos, o cenário no qual se institui um *totalitarismo de cariz securitário e sanitário*, semelhante ou, no mínimo, pouco distante da ideologia hitlerista que via nas imperfeições um motivo suficiente para varrer os seus portadores da face da Terra! E que parece estar assimilado por muita gente, por força da profusão publicitária ao seu serviço, sem que a maioria das pessoas se incomode mais com a sua origem, motivação, justificação e com as drásticas consequências. Ébrios ou entontecidos pela vertigem, é com passada estugada que vamos cumprindo etapas, umas atrás das outras, na nossa gloriosa caminhada rumo ao abismo da demência.

O florescimento e uso da razão eram o meio advogado pelo Humanismo e Iluminismo para o homem se desamarrar das grilhetas da menoridade e atingir o objetivo superior da autonomia, da emancipação e da maioridade. Mas isso já lá vai! Na presente conjuntura de trevas brancas a promoção do sumiço e do definhamento da razão serve, na perfeição, a consumação de fins e interesses escuros, indignos e rasteiros, uns mantidos calados e inconfessos e outros afirmados e exibidos sem qualquer reboço e com toda a desfaçatez.

⁹ Adauto Novaes, *ibidem*.

A alienação e a manipulação alastram! Estamos manifestamente a cair em exageros, tanto no geral como no particular. O capital do medo virou um fecundo manancial de exploração e um negócio rentável em todos os setores, incluindo o movimento em prol da preservação da saúde e do prolongamento da vida. Encontramo-nos perante uma irracionalidade e loucura iguais ou talvez maiores do que a da indiferença face a comportamentos e estilos de vida indutores de risco.

A compulsão para fazer exercícios físicos, a sujeição a múltiplas e prolixas intervenções cirúrgicas de modelagem e reciclagem do corpo, o horror ao envelhecimento e à quietude, a exigência de ativismo, a obsessão pela boa forma, pela estetização, pelo aspeto jovem e pela luta contra a gordura e as rugas, a busca psico-patológica da magreza e a tentativa de alcançar, a todo o custo, a longevidade atiram para o esquecimento a ponderosa observação de José Saramago: “Fugir da morte pode tornar-se num modo de fugir da vida”. Acresce, como anotou Séneca (4 a.C. – 65 d.C.), “*as dores ligeiras exprimem-se; as grandes dores são mudas*”. Ora tudo sugere que estamos a cuidar das primeiras e a descurar as segundas.

Ao cabo e ao resto, sobejam evidências e sinais que põem a nu a insciência, a dementação e a servidão em que naufragamos e reclamam pela urgente reposição do equilíbrio e sensatez. Pede-se, em voz gritante, o regresso e o socorro do saber de orientação, da contestação, da insatisfação e inquietude. É altura de sopesar o caminho andado. O cultivo hodierno do corpo é louvável enquanto método contrário à negligência destrutiva da corporalidade. Todavia fecha ou estreita o rumo aberto pela ciência da modernidade e enreda-se nas malhas da crença ilimitada na tecnologia e na redução e submissão do humano ao tecnológico. Mais ainda, objetiva os modos de subjetivação desta época, reproduz o que circula como representação coletiva, isto é, o imaginário do nosso contexto e tempo.

A ênfase dada ao *ativismo e intervencionismo físico* traduz a centralidade e prevalência da imagem, o *predomínio da exterioridade sobre a interioridade*, o

concomitante declínio desta, a inflação do eu e a depreciação do outro, a migração progressiva dos conflitos e problemáticas internas para o corpo e para o exterior do sujeito, a cultura da fuga ou evitamento da dor, da dificuldade e contrariedade, a fragilidade ou mesmo uma espécie de anulação da atividade espiritual e psíquica. Confirma e expressa a insistência na destruição do eterno e do sagrado.¹⁰

A adesão total ao *aqui e agora* e a absolutização da máxima '*carpe diem*' deixam pouco ou nenhum espaço para o transcendente; retalham os grandes problemas e conduzem à concentração em assuntos de menor escopo, que podemos abordar, tentar controlar e resolver, mas não se espriam aparentemente para além da nossa existência física. Ademais, face à imposição, em todos os campos, do frenesim e da voracidade da mudança e ao golpe mortal desferido no valor da durabilidade, a longevidade corporal surge como a única realidade com expectativa de aumento progressivo. É, pois, mais rentável investir na vida corpórea do que em causas imortais, atualmente em situação de declarada falência. Tudo o que não seja investir no prolongamento da existência terrena apresenta-se como um mau, desaconselhável e pouco atraente negócio.

Por outras palavras, caiu em desuso o projeto de construção da ponte entre a brevidade da nossa vida e a eternidade do universo, árdua e laboriosamente empreendido durante milénios em todos os contextos culturais. Deste jeito é também desvalorizada e até abandonada a indagação filosófica acerca da ideia da verdadeira felicidade, resultante da associação dos nossos atos e práticas a 'coisas' maiores e mais duradoiras do que o trajeto corpóreo – e que este não contém.¹¹

¹⁰ Maria Helena Fernandes: *Narrativas do corpo – Textos de psicopatologia fundamental*, p. 8-10, Editora Universitária, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

¹¹ Zygmunt Bauman: *IDENTIDADE – Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: ZAHAR – Jorge Zahar Editor, 2005.

Aqui e agora, como sempre, é nosso dever cuidar dos vivos. Estar vivo e acordado. Por isso incumbe-nos

- denunciar o enviesamento das análises, medidas, recomendações e estudos pretensamente científicos e inovadores;
- despertar da dormência e letargia e convidar para o desassossego e para a reflexão;
- espicaçar contra o veneno da acefalia, do conformismo e resignação e contra o efeito anestesiador das verdades feitas, encomendadas e publicitadas, das loas e cantatas impingidas, dos absurdos produzidos e da imbecilidade propagada e regularizada;
- levantar e assumir a indeclinável obrigação de não pactuar com modas e processos tresloucados de estultificação, infantilização e menorização dos indivíduos.

Sejamos lúcidos. A onda do *ativismo físico* despromove e oblitera o modelo tradicional da prática desportiva e a sua ênfase educativa. Em correspondência com o relativismo característico desta era, tudo o que mexe é positivo e louvável (como todo o ruído é música e todo o rabisco é uma obra de arte). O figurino plural do desporto, que no passado sempre integrou o conceito lato da saúde, vê-se agora submergir, quase exclusivamente recoberto e afundado por bitolas sanitárias, caindo no menoscabo os seus valores originais e fulcrais, de índole antropológica, cultural, ética e estética. O que era secundário passa a central; e o que era essencial é relegado para a periferia e para o descaso. De categoria filosófica e pedagógica o desporto resvala para categoria médica. Esquece-se que ele não surgiu a mando ou rogo da biologia dos músculos, ossos e articulações, mas sim como parte do processo de civilização e humanização dos humanos.

Concluamos este item, pontuando alguns marcos de orientação:

- **Não pode ser atirado para as calendas gregas um confronto sereno e sério com as inspirações culturais e humanistas do desporto e da respetiva área de formação, investigação e conhecimento.** O desafio

e a necessidade de, em pouco tempo, ter que se alcandorar a níveis de produção científica idênticos aos de outras áreas, levou as Ciências do Desporto a contrair casamentos, de quase exclusiva comunhão de bens, com parceiros de cotação em alta, como sejam os biológicos e afins. Ao seguirem este rumo, algumas vezes **entregaram-se a perfilhar, de modo apressado e ruinoso, unilateralidades e ligeirezas de conceitos.**

Nisto insere-se o **culto pouco refletido do corpo**, evidenciado pela **colagem à estapafúrdia expressão ‘atividade física’** e pela incorporação desta no léxico académico, assim como o **emprego apoucado do termo ‘excelência’**, cingindo-o a dimensões quantitativas, fisiológicas e motoras e amputando os outros aspetos substantivos e qualificativos, inerentes à complexidade antropológica e axiológica que ele encerra.

- Não há nenhum mal ou erro epistemológico em associar o desporto, a educação física escolar e outras modalidades de exercitação corporal à saúde. Antes pelo contrário, desde que o conceito de saúde não seja metido no viés do reducionismo biologista.

No desporto também se cuida da saúde e ‘condição física’, mas vai-se mais alto. Tal como não preparamos a comida só para nos alimentarmos, mas para estimular, desenvolver e refinar a nossa sensibilidade gustativa, dando assim à culinária um estatuto de cultura e arte; também **não fazemos desporto só para nos mexermos, mas para darmos aos nossos movimentos e sentimentos uma roupagem cultural, civilizacional, cívica, estética e ética.** É precisamente nisto que se funda o desporto.

- **Não é a ‘atividade física’ em abstrato que importa recomendar!** Ela é tudo e nada ao mesmo tempo, uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma. O que importa fomentar são as múltiplas formas do desporto e outras criações culturais assentes no movimento humano.

- **A ênfase dada à aliança do par ‘atividade física ou exercício – saúde’ implica** (ou pode implicar) **o esquecimento e abandono das dimensões culturais, sociais, educativas, axiológicas, éticas, estéticas, coordenativas, psicológicas etc que constituem o cerne do desporto** (e de outras culturas motoras) e justificam a sua criação e prática.
- Por mais epidémico e grave que seja, o panorama da inatividade e do *ambiente obesogénico* não aconselha uma *deriva higienista e sanitária*, reveladora de confrangedora passividade mental. **Carecemos de mais labor pedagógico e não tanto de ativismo físico, de mais moral em ação e não tanto de alarmismos, de mais reflexão filosófica e não tanto de prescrições médicas.** Carecemos de intervir no solo do ânimo; e para tanto urge considerar e mobilizar o extraordinário papel educativo do desporto, por ser uma pedagogia do esforço e da vontade, por albergar em si, sob aparências e execuções físicas e motoras, prestações e atos anímicos, espirituais e volitivos.
- Falemos de saúde e atividade, de obesidade e inatividade; porém **falemos sobretudo de educação e formação, de ensino e aprendizagem, de treino e performance, de excelência, excelssitude e virtude, de cultura e humanização!** O desporto veio com esse fim.
- **Impõe-se retomar o discurso do desporto como um reino da estética**, incrementar ensaios e estudos destinados a estabelecer metas e padrões pedagógicos e didáticos, balizadores dos processos de ensino, aprendizagem e treino desportivos. Trata-se de recuperar uma herança assaz valiosa; de ir atrás, para apreender e trazer para o presente o papel da técnica, da arte, das normas, da estética e da ética na estruturação do Humano. E a relevância outorgada ao desporto para a consecução desta finalidade.
- Sejam assertivos e incisivos: o desporto funda-se e legitima-se em mitos, símbolos e valores; ritualiza-os, atualiza-os e concretiza-os,

gerando assim relevantes externalidades sócio-culturais. Não foi criado a pedido primeiro do funcionamento do nosso sistema biológico e fisiológico, mecânico e motor, embora lhe seja imanente e deva ser caro, estimado e importante. **É uma criação destinada a configurar bitolas simbólicas e filosóficas, inspiradas e comprometidas na procura de resposta à questão central e fundamental da existência:** a da *salvação da vida*.

6. Excelência na formação e investigação

O que tem de ser feito deve ser bem feito.

S. Francisco de Assis, 1181/2-1226

É chocante o caos que reina no nosso País, no tocante à formação na área do desporto, da educação física e afim. O número de instituições autorizadas a funcionar neste domínio é exorbitante; a qualidade de muitas é inaceitável, por não corresponder a padrões satisfatórios e no entanto mantêm-se em atividade; a confusão conceptual é gritante; os níveis de conhecimento e competência dos graduados não são tidos em conta no acesso ao desempenho de funções, com manifesto prejuízo para os que provêm de Escolas pautadas pelo rigor e exigência; as recomendações das comissões de avaliação não são implementadas etc.

Caiu-se num pântano de desregulamentação e desresponsabilização total, gerador de galopantes défices de empregabilidade, aos quais não é possível escapar. Os efeitos deste atoleiro, potenciados pela crise económico-financeira, atingirão a Faculdade, nomeadamente através da provável diminuição da procura das pós-graduações, acarretando prejuízos de considerável grandeza.

Perante este panorama não há outra resposta a dar, a não ser a de persistirmos em aprofundar, com redobrado afinco, a reputação de subida consideração que a FADEUP usufrui na opinião pública em geral e na comunidade académica e desportiva em particular. O mandamento da busca da excelência tem sido e continuará a ser a bússola da caminhada, para que permaneça viva e bem nítida a linha da fronteira de demarcação em relação à mediania e mediocridade, atrás afluídas e indevidamente toleradas no País.

Os Estatutos da Faculdade caucionam a designação deste item e o axioma que o encabeça, ao inscreverem e preconizarem o propósito de “formar quadros com uma visão clara, científica, cultural, crítica, global e racional, com dinamismo, versatilidade e flexibilidade, capazes de pensar de maneira holística e sistêmica, dotados da capacidade de estruturar e construir o conhecimento, de abordar autónoma e criativamente os problemas, conscientes da necessidade de formação contínua e recorrente, comprometidos e aptos a contribuir para o avanço e melhoria do campo profissional e da área de estudo e formação”.

O mesmo é dizer que a FADEUP se compromete a oferecer uma formação de excelência, tanto na graduação como na pós-graduação, implicando várias medidas convergentes para esse efeito.

O Conselho Pedagógico, independentemente do plano de ação peculiar por ele definido, está incumbido da supervisão da coordenação dos diferentes ciclos de estudo, formação e investigação, mantendo estreita articulação com os diretores dos mesmos. Para tanto o Presidente do CP, simultaneamente vogal do Conselho Executivo, não acumula com a direção de qualquer curso, exceptuando-se o caso do primeiro ciclo, porquanto se atribui a este curso uma função basilar no edifício de toda a formação.

É de vincada pertinência consagrar uma atenção renovada ao 1º Ciclo, visando obviar a desqualificação e a perda de importância resultantes do Processo de Bolonha, bem como evitar que a superficialidade e ligeireza se instalem em detrimento da qualidade e profundidade dos processos, alvos e temas do ensino e aprendizagem. Isto exige que a sua coordenação seja percebida como uma função maior e de superior significado estratégico, o que pede uma consagração, motivação e dedicação intensas e profundas.

A Faculdade, embora consciente da importância da formação pós-graduada, encara o curso de 1º Ciclo com uma especial atenção, o que é visível através de alguns indicadores, nomeadamente: i) praticamente todos os professores catedráticos intervêm neste ciclo de estudos com um significativo número

de aulas; *ii*) estrategicamente o Diretor deste curso é o Presidente do Conselho Pedagógico; *iii*) a prioridade na ocupação das salas e noutros locais para aulas é do 1º ciclo; e *iv*) praticamente todas as iniciativas da Faculdade são abertas aos Estudantes de Licenciatura, o que demonstra a consideração dada à formação inicial.¹²

Não faz qualquer sentido criar hiatos de qualidade na formação geral da Faculdade embora consideremos, face a mensagens diretas ou subliminares produzidas por responsáveis políticos ou outros a este respeito, que as aulas são cada vez mais um elemento de menor valia na academia.

O nível de excelência no curso do 1.º Ciclo como nos cursos de 2.º e 3.º Ciclos convida a avivar a relação íntima entre o ensino, a aprendizagem, o trabalho autónomo e orientado, por um lado, e a investigação, por outro. Aspira-se a um modelo interativo e integrativo, quer entre as dimensões referidas, quer entre os diferentes ciclos.

Não obstante a centralidade ocupada pela formação inicial no cômputo das preocupações da Faculdade, a pós-graduação tem sido alvo de fortes investimentos, especialmente no que tange à parcela relativa do tempo de lecionação por parte dos docentes. A oferta e a procura de vagas nos diversos cursos de 2º e 3º Ciclos têm vindo paulatinamente a crescer, verificando-se neste momento o dobro das vagas do 1º Ciclo e aproximando-se a procura dos 2.3 candidatos por vaga. As razões para este incremento podem ser variadas, sobressaindo, talvez, a consciência de que os cursos vulgarmente designados por mestrado e doutoramento são o normal corolário da formação de um jovem estudante.

Uma das bandeiras da Faculdade tem sido a da formação, pública e sobejamente enaltecida e reconhecida, de Professores de Educação Física

¹² Na medida do possível, deve encarar-se, no âmbito de uma reorganização curricular, a hipótese de criar uma disciplina semestral, destinada a abordar áreas ocupacionais emergentes e humana e socialmente relevantes, onde se vão perfilando importantes saídas profissionais. Exemplos de tópicos: 'Corporate wellness'; ginástica laboral; gestão de stress pelo exercício; gestão do peso corporal; cancro e exercício; recuperação pós-clínica etc.

para o ensino básico e secundário. Essa bandeira não pode ser arreada, pelo que se aposta em revalorizar o esforço de reflexão e investigação em torno desse eixo.

Com efeito o Curso de 2º Ciclo em Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário tem uma grande procura, o que atesta a atração dos estudantes pelas questões da Escola, demonstrando que o ambiente escolar não pode ser encarado um assunto irrelevante para a Universidade.

Do mesmo modo deve ser repensada a formação de quadros destinados ao sistema desportivo, correspondendo a uma orientação que marcou indelevelmente a trajetória da Faculdade como uma instituição expressamente vocacionada e direcionada para o desporto. Esta referência carece de ser reavivada, não podendo ser depreciada e até sacrificada a modismos passageiros. Somos a instituição académica e universitária do desporto, logo o sítio onde este se deve sentir em casa, no seu *habitat* natural.

Uma das causas que nos deve continuar a galvanizar é a de desenvolver investigação de forma intensa, com qualidade, competitividade, nível internacional e com elevado índice de impacto. Neste sentido importa ter presente que os Estatutos da Faculdade estipulam que se estimule e valore, com equidade e igual apreço, a procura e comprovação dos diferentes e relevantes tipos de saber. Consequentemente nenhum docente está dispensado de participar na produção de conhecimento, tendo cada um que assumir um contrato de participação, segundo as suas capacidades, competências, inclinações e preferências, no empreendimento que a todos vincula. Ou seja, uns podem e devem desenvolver projetos e publicar em revistas de língua inglesa ou outra, porém outros podem e devem elaborar ensaios e reflexões com publicação em língua portuguesa. Uns e outros podem e devem atingir a qualidade e elevados índices de impacto. Todos devem vincular-se a compromissos claramente definidos e repartidos.

O enunciado anterior aponta para o estabelecimento de planos anuais de eventos e ações científicas e de metas de publicação, envolvendo a Faculdade e os grupos ou áreas disciplinares, criando um clima de responsabilização e de sadia emulação.

A Faculdade é conhecida pelas suas relações privilegiadas e respeitadas com o Comité Olímpico de Portugal, a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto e o Instituto do Desporto de Portugal, as Federações, Associações e Clubes Desportivos, a Liga de Futebol Profissional e inclusive os *media* desportivos. Este relacionamento é para ser mantido. O mesmo deve continuar a acontecer nos programas e ações de extensão, indissociáveis da formação e investigação e da disponibilização e divulgação editorial de práticas e conhecimentos nela gerados.

É oportuno reproduzir um esclarecimento, já atrás afluído. Atribuímos ao vocábulo ‘excelência’ o conceito com que os gregos o pensavam e subentendiam: uma culminância da *arété*, da arte unificadora do saber, da performance máxima, da virtude, da magnificência e excelsitude.

7. Desenvolvimento da atividade científica e afim

*Felix qui potuit rerum cognoscere causas.*¹³

Virgílio, 70 a.C. - 19 a.C.

A produção de conhecimento constitui-se como uma tarefa inalienável da Faculdade. Além do conhecimento normalmente designado por científico e referendado ou legitimado pelos processos clássicos (*peer-review*, indexadores), a Faculdade produz outros tipos de saber, talvez não tão reconhecidos como o anterior pelos critérios em moda, mas com uma função social bastante mais alargada. Os índices de produção científica têm aumentado de forma segura ao longo dos últimos anos, assim como o número e a importância das intervenções públicas dos seus docentes.

O número de projetos financiados tem crescido de forma acentuada quer em quantidade, quer nos valores monetários envolvidos.

Por exemplo, o RAC - Relatório da Atividade Científica referente ao ano 2010 revela em toda a extensão a produção de conhecimento da Faculdade de Desporto e mostra, por comparação aos relatórios dos anos anteriores, a continuidade do crescimento. Desse documento importa destacar o seguinte:

- Projetos de investigação nacionais em execução: 24
- Projetos de investigação iniciados: 10
- Projetos internacionais em execução: 2
- Projetos de investigação em parceria com empresas: 2
- Número de artigos referenciados no ISI-W.S.: 76
- Número de artigos noutras revistas nacionais e internacionais: 122

¹³ *Feliz o que consegue perscrutar a causa das coisas.*

- Número de livros ou capítulos de livros nacionais ou internacionais: 50
- Número de publicações registadas no SIGARRA: 2412
- Número de publicações no Reportório da UP, com acesso livre a texto integral: 1455.

Há fundadas razões para esperar que a produtividade neste domínio não esmoreça e continue a atingir metas satisfatórias. Para tanto conta-se com as atribuições e fins, com a ambição, com as balizas e com as estratégias e expectativas estabelecidas pelas duas unidades de investigação da Faculdade, a saber:

- CIAFEL – Centro de Investigação em Atividade Física, Saúde e Lazer
- CIFI²D Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto.

As linhas de ação, que se seguem, são da responsabilidade dos Coordenadores destes Centros.

1. CIAFEL - Centro de Investigação em Atividade Física, Saúde e Lazer

*Labor omnia vincit improbus.*¹⁴

Aforismo latino

Na prossecução dos seus objetivos, estatutariamente definidos, e no enquadramento do seu plano estratégico derivado da avaliação e financiamento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, apresenta-se um plano de atividades nas seguintes áreas de intervenção:

Projetos de investigação e desenvolvimento

¹⁴ *O trabalho incessante supera as dificuldades.*

O CIAFEL tende à manutenção dos projetos em vigor, financiados, quer a nível nacional (FCT) quer a nível Internacional, especialmente ao abrigo do 7º Programa Quadro da CE. Neste domínio, espera-se candidaturas a novos programas e o desenvolvimento de novos projectos. É visão do CIAFEL o apoio, em função dos seus recursos, de projetos sem financiamento mas com qualidade, nomeadamente os que suportam o programa doutoral em Actividade Física e Saúde.

Produção e divulgação científicas

É objetivo do trabalho do CIAFEL a produção e divulgação científicas. Neste sentido, tal como tem acontecido nos anos anteriores, espera-se uma produção científica adequada, quantitativa e qualitativa, de artigos e outras produções científicas em revistas com qualidade científica dentro dos padrões utilizados internacionalmente. Dar-se-á continuidade aos seminários e ciclos de palestras em Actividade Física e Saúde. A revista *Archives of Exercise in Health and Disease* continuará a ser publicada online, iniciar-se-á no corrente ano o seu volume número dois, com publicação de três números, abrindo uma porta de publicação e internacionalização dos trabalhos desenvolvidos pelo CIAFEL, em particular, e pela Faculdade, em geral.

Formação

O CIAFEL manterá a ação de formação contínua em “Actividade Física e Saúde” bem como a coordenação e colaboração nos Cursos de 2º Ciclo de Actividade Física e Saúde e de Actividade Física para a Terceira Idade. No corrente ano está previsto a abertura de nova edição do Programa Doutoral em Actividade Física e Saúde. Espera-se, dependente de autorização superior, que possa ser aberto no corrente ano a primeira edição do Programa Doutoral em Fisioterapia. No âmbito das suas atividades de formação é

expectável a produção de um conjunto de dissertações de doutoramento resultado do trabalho desenvolvido até então.

Transferência e valorização do conhecimento

O CIAFEL terá em atenção a necessidade de aproximação ao “mundo real” no sentido de uma efetiva valorização e transferência do conhecimento, seja pela via do desenvolvimento de patentes em colaboração com outras instituições, seja pelo aproximar de projetos às empresas que para tanto possam estar interessadas em colaborar. Neste domínio continuará a prática desenvolvida até agora da oferta de programas de intervenção comunitária com a abertura para colaborações mais próximas com as instituições do setor da saúde, nomeadamente os hospitais.

Internacionalização

Um dos objetivos prioritários do CIAFEL é a internacionalização. Para isso apostamos numa qualificação dos alunos de doutoramento, no âmbito dos seus financiamentos, para estágios no estrangeiro. Esta mesma oportunidade é sugerida aos diferentes colegas no sentido do desenvolvimento/participação em projectos comuns bem como na participação de conferências no estrangeiro.

Estrutura e recursos humanos

O CIAFEL fez nos últimos anos importantes investimentos no domínio da sua estrutura física. Mantém-se a possibilidade, em menor escala, de alguns investimentos em equipamento. Em termos de recursos humanos, o CIAFEL mantém a opção de contratação de novos bolsеiros ao abrigo dos projetos em que se encontra envolvido.

2. CIFI²D - Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto

Faz-se ciência com os factos, assim como se faz uma casa com pedras; mas uma acumulação de factos não é ciência, assim como um monte de pedras não é uma casa.

Henri Poincaré, 1854-1912

Introdução

O Plano de Atividades do CIFI²D tem por base os objetivos estratégicos entretanto delineados e as áreas e linhas de investigação criadas aquando da sua constituição.

Conforme assumido no momento da sua criação, enquanto unidade de investigação localizada na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, o enquadramento científico do CIFI²D situa-se naturalmente no domínio das Ciências do Desporto, apelando todavia a outras disciplinas que contribuam para o enriquecimento da análise pluridisciplinar dos seus objetos de pesquisa.

Procurando maximizar os recursos estruturais e funcionais que lhe estão adstritos, na certeza de que daí resultará uma produção de mais elevada qualidade, o CIFI²D decidiu eleger um conjunto de problemas transversais ao Desporto, agrupados em cinco áreas - i) Desporto, Educação e Cultura; ii) Desporto, Estrutura e Função; iii) Desporto, Genética e Comportamento Motor; iv) Desporto, Excelência, Bem-Estar e Desenvolvimento Humano; e v) Desporto, Treino, Formação e Performance -, os quais se inscrevem entre os principais assuntos e temas de interesse da comunidade científica nacional e internacional, reclamando a colaboração de especialistas de diversas disciplinas científicas (psicologia, sociologia, biomecânica, biologia, etc).

Ou seja, em lugar de privilegiar a adopção de visões essencialmente unidisciplinares (partindo exclusivamente da psicologia, sociologia, fisiologia, etc), para estudar problemas que têm uma natureza

multidimensional e multidisciplinar, foi opção do CIFI²D organizar-se estrutural e funcionalmente em função destes mesmos problemas, promovendo a interação e a partilha de abordagens e perspetivas provenientes de visões e posicionamentos distintos mas complementares.

No que concerne aos fins que se propõe perseguir, importa recordar que o CIFI²D procura promover e realizar pesquisa e formação de investigadores no domínio do desporto, bem como a transferência e aplicação dos conhecimentos e saberes existentes para os diferentes contextos e ofícios do desporto. Mais especificamente, o CIFI²D propõe-se realizar:

- investigação em várias áreas do desporto e afins;
- formação e treino de estudantes pós-graduados, especialistas e técnicos nacionais e estrangeiros;
- educação contínua e difusão científica;
- consultoria, avaliação e diagnóstico nas diversas áreas que percorre;
- serviços e intervenções na comunidade.

Nesse sentido, os principais objetivos estratégicos e operacionais que constituem o plano de actividades que o CIFI²D se propõe realizar ao longo de 2011 decorrem em grande medida do anteriormente exposto.

Objetivos estratégicos e operacionais

Considerando o impacto direto e indireto exercido pelos resultados da avaliação externa patrocinada pela FCT às unidades de investigação em geral e ao CIFI²D em particular, foi definido como principal objetivo estratégico para o presente ano tentar obter uma classificação de *Muito Bom* no próximo processo de avaliação promovido pela FCT, que previsivelmente ocorrerá durante este ano.

Em estreita relação com o anterior, foram igualmente definidos como importantes objetivos estratégicos a perseguir pelo CIFI²D:

- Fomentar o desenvolvimento da sua competência científica e tecnológica;
- Promover a internacionalização da sua actividade científica;
- Reforçar a sua capacidade operacional interna;
- Elevar a qualidade do ensino pós-graduado, em particular do Programa Doutoral em Ciências do Desporto (PD-CD).

O CIFI²D tem consciência de que grande parte do seu futuro dependerá do modo como conseguir promover e incentivar a realização e divulgação de investigação de qualidade internacional, constituindo-se, portanto, essa como uma das principais tarefas a privilegiar nos próximos anos.

Nessa medida, e na sequência da avaliação a que foi submetido por parte do painel de avaliação da FCT, foi desencadeado um processo de reflexão e análise da missão, dos objetivos, da constituição e modo de funcionamento do CIFI²D, visando a sua melhoria e a maximização das possibilidades de vir a obter uma classificação externa bem mais elevada do que a obtida no primeiro processo de avaliação a que foi submetido.

Importará reconhecer a este propósito que, aquando do processo de avaliação a que foi submetido, o CIFI²D se encontrava ainda em fase do seu processo de constituição (o que, de resto, foi destacado pelo próprio painel de avaliação nos seus comentários finais, ao não só afirmar que o CIFI²D, durante o período sujeito a avaliação – i.e., de 2003 a 2006 - não funcionava formalmente como unidade de investigação, estando ainda em processo de formação, mas também ao recomendar a sua reavaliação dois anos depois, o que todavia não foi concretizado, por razões que nos são alheias).

Em conformidade, na origem das medidas entretanto efetuadas, bem como das que pretendemos ainda concretizar, situam-se não só a análise da nossa experiência a partir do momento em que decidimos constituir o CIFI²D, mas também naturalmente as sugestões e recomendações que nos foram transmitidas pelo painel de avaliação anteriormente referido.

De recordar que a primeira recomendação efetuada pelo painel de avaliação - consistente aliás com a nossa perspetiva - centrou-se na necessidade de definir melhor quais os membros efetivos do CIFI²D, já que muitos dos inicialmente indicados como membros efetivos não estavam em condições de dedicar a maior parte da sua atividade académica à investigação e correspondentes publicações.

Nesse sentido, com base na manifestação da (in)disponibilidade de cada um dos membros para dedicar a maior parte da sua atividade académica à realização de investigação e correspondente publicação, bem como na análise das suas publicações nos últimos três anos, o número de membros efectivos do CIFI²D foi reduzido para aproximadamente metade do número inicial, passando os restantes membros à categoria de membros associados da unidade.

A segunda recomendação do painel de avaliação orientou-se para a importância de formular melhor as questões de investigação a perseguir, o que tem vindo a ser desenvolvido, tanto no âmbito de cada um dos vários grupos (que têm vindo a procurar circunscrever a sua atenção a um número mais reduzido e definido de questões) como no da própria unidade (que tem procurado incentivar mais a colaboração entre os membros dos vários grupos, em torno de questões de natureza mais transversal e pluridisciplinar). Dessa forma, procuramos congregar mais esforços em torno de um menor número de questões de investigação, potenciando assim as possibilidades de conseguir elevar a qualidade da investigação produzida na unidade e da sua posterior divulgação em revistas mais conceituadas.

Um terceiro ponto destacado pelo painel de avaliação relaciona-se com o tipo de publicações científicas dos membros do CIFI²D, designadamente com o fato de a maior parte ser em língua portuguesa e espanhola, sendo poucas as realizadas em língua inglesa, mas também com o reduzido, ou mesmo inexistente, fator de impacto das revistas em que foram publicadas.

Embora continuando a defender a importância de também publicar noutras línguas que não apenas a inglesa, em especial na língua portuguesa (seja em revistas nacionais, seja também do Brasil), desde que fomos avaliados até agora, temos vindo a tentar (e a conseguir) aumentar o número de artigos publicados em revistas de língua inglesa, bem como a dar prioridade ao envio de manuscritos para revistas com mais elevados fatores de impacto. Do mesmo modo, temos vindo a colocar como regra que os nossos estudantes de doutoramento, em especial os admitidos ao novo Programa Doutoral desenhado de acordo com os princípios postulados pelo denominado Processo de Bolonha, redijam os estudos que integram as suas teses em inglês e os submetam a revistas internacionais indexadas, o mais possível, com elevados fatores de impacto.

Finalmente, o painel de avaliação recomendou que, com base nas extensas colaborações internacionais que mantemos, fosse criado um pequeno Comité de Aconselhamento, constituído por investigadores de renome internacional e com o qual nos pudéssemos reunir regularmente e aconselhar no sentido de adoptar as melhores opções estratégicas para a unidade.

Considerando a pertinência desta medida, que está aliás consagrada nos seus estatutos, o CIFI²D procurará criar as condições necessárias para a entrada em funcionamento do seu Conselho Consultivo que será constituído por um conjunto de convidados nacionais e internacionais especialistas nas diversas áreas de investigação abrangidas pelo CIFI²D e terá como missão fornecer apoio e aconselhamento relativamente à evolução da unidade de investigação. Mais, reconhecendo as vantagens que poderão decorrer para o CIFI²D da ação de um Conselho Consultivo constituído por individualidades de reconhecido mérito, exteriores ao Centro, que, ao fornecerem uma visão de fora, exigente e imparcial sobre as áreas, linhas de investigação e funcionamento da nossa unidade de investigação, contribua

para a melhoria da sua qualidade e reconhecimento, tencionamos promover a sua visita, pelo menos, uma vez por ano.

Em termos operacionais, o CIFI²D procurará concretizar as seguintes ações:

- Desenhar, coordenar e concretizar projetos de investigação e estudos no âmbito dos seus domínios e interesses de investigação;
- Promover e colaborar na divulgação do conhecimento científico, através de apoio à sua publicação, realização de seminários, congressos e outros eventos, nacionais e internacionais;
- Apoiar a formação contínua dos seus membros, especialmente através do seu envolvimento em atividades do PD-CD;
- Estimular a cooperação com outras instituições e a participação em redes científicas, nacionais e estrangeiras;
- Gerir os recursos que lhe forem atribuídos pela FADEUP, FCT e outras entidades, procurando maximizar a sua utilização em prol da concretização dos seus principais objectivos.

Mais especificamente, em relação aos pontos anteriormente referidos, procurar-se-á realizar o seguinte:

a) Projetos de Investigação

Para além de dar sequência aos vários projetos de investigação e estudos financiados e não financiados atualmente em curso, pretendemos submeter, pelo menos, dez outros projectos de investigação ao próximo concurso patrocinado pela FCT. Adicionalmente, pretendemos participar em projetos a submeter a outras agências de financiamento, designadamente internacionais, procurando assim não só aceder a importantes fontes de financiamento para a nossa investigação mas também aprofundar e consolidar importantes colaborações com grupos de investigação internacionais no nosso domínio de investigação.

b) Divulgação do conhecimento científico

Para além de seminários de âmbito mais circunscrito, a realizar no âmbito das atividades do PD-CD já em 2011 (e de entre os quais poderemos destacar, por exemplo, os centrados na Maturação Biológica, com a participação externa dos Profs. Gaston Beunen da Universidade de Lovaina e Duarte Freitas da Universidade da Madeira, e no Desporto e Genética, com os Profs. John Blangero, Vincent Diego e Tom Dyer da *Southwest Foundation for Biomedical Research*, dos EUA), o CIFI²D estará igualmente envolvido ativamente na organização da vigésima nona edição do *Congresso Mundial de Biomecânica do Desporto* (que se realizará entre 27 de Junho e 1 de Julho) e do *3º Congresso Internacional dos Jogos Desportivos* (que se realizará entre 13 e 15 de Julho). Mais ainda, prevê-se igualmente a organização, para o final do ano, de um seminário sobre as questões do Género e Desporto, também com a participação de especialistas internacionais.

Em todos estes eventos científicos haverá lugar à participação de membros do CIFI²D, quer no plano da respectiva organização quer no plano da apresentação da sua investigação. Para além disso, membros do CIFI²D estarão igualmente envolvidos na organização de outros Congressos internacionais (por exemplo, no *XIII European Congress of Sport Psychology*, a realizar no Funchal entre 12 e 17 de Julho, onde igualmente terão oportunidade de apresentar a sua investigação), estando previsto que apresentem resultados da sua investigação em mais importantes reuniões científicas a realizar em 2011. Com efeito, para além das já anteriormente referidas, a investigação produzida no âmbito das atividades do CIFI²D será igualmente apresentada noutros importantes congressos, como sejam, por exemplo, o *European Congress of Sport Sciences* (a realizar em Liverpool, Inglaterra) a Conferência "*Sports and coaching: Pasts and Futures*" (Manchester, Inglaterra), o *7º Congress on Science & Football* (Nagoya, Japão), o *58th Annual Meeting of the American College of Sports Medicine* (Denver, EUA), a *AIESEP International Conference* (Limerick, Irlanda), a *10th*

Conference of the European Sociological Association (Geneva, Suíça), a 1st International Conference of the European Association for the Philosophy of Sport (Praga, República Checa), o 39th Annual Meeting of the International Association for the Philosophy of Sport (Rochester, EUA) ou a 19th Conference of the European Association for Sport Management (Madrid, Espanha).

Quanto a publicações, embora o resultado final dependa em grande medida de variáveis que nem sempre são controláveis, a análise dos planos de atividade dos membros do CIFI²D sugere que o número de artigos a publicar neste ano volte a ser superior ao do ano anterior, continuando portanto a verificar-se um aumento na produção científica da unidade. Do mesmo modo, a expectativa é positiva no que se refere à qualidade das revistas onde serão publicados, porquanto é claramente perceptível uma mais vincada prioridade dedicada a revistas internacionais indexadas com factor de impacto.

c) Formação contínua

Considerando a conjuntura atual, não se perspetiva que, pelo menos ao longo do ano 2011, o CIFI²D tenha condições para suportar a formação contínua dos seus membros, a realizar em instituições e locais externos à Faculdade. Nesse contexto, para além do apoio à realização de outros tipos de eventos (como sejam, por exemplo, os congressos e seminários anteriormente indicados), procurará o CIFI²D criar condições para que, em particular no âmbito das atividades lectivas do PD-CD, os seus membros tenham possibilidade de aumentar os conhecimentos e competências em determinados domínios, como seja o das metodologias de análise de dados. Em conformidade, procurará promover a realização de um curso sobre a Análise de Dados Longitudinais em que participará o Prof. Dan Bauer, da Universidade da Carolina do Norte (EUA), um académico de elevado prestígio internacional. Do mesmo modo, também em relação a outros

domínios da análise de dados se procurará criar condições para que especialistas internacionais se desloquem à nossa Escola e lecionem pequenos cursos acessíveis aos nossos estudantes de doutoramento mas também aos docentes neles interessados. Finalmente, pretendemos ainda convidar alguns colegas estrangeiros para se deslocarem à nossa Escola e connosco partilharem as suas visões e experiências sobre questões mais relacionadas com o desenho e o desenvolvimento de projetos de investigação.

d) Cooperação inter-institucional

É notória a existência de antigas e consolidadas relações pessoais e institucionais entre os membros do CIFI²D e especialistas nacionais e internacionais de elevado prestígio, não só no espaço dos países de língua oficial portuguesa mas também no espaço europeu e norte-americano. Atendendo aos enormes benefícios que temos colhido dessas colaborações, é naturalmente objetivo do CIFI²D continuar a investir na sua manutenção e, inclusivamente, reforço. Todavia, atendendo aos atuais desafios que se nos colocam, é fundamental que o CIFI²D procure que estas colaborações também se materializem, o mais possível, em projetos de investigação que, posteriormente, possam dar origem a publicações de reconhecida qualidade. Nessa medida, deve constituir-se como prioridade para o CIFI²D que as referidas colaborações originem o desenho e desenvolvimento de projetos de investigação conjuntos com qualidade suficiente para merecer financiamento externo e, dessa forma, contribuir para o desejado reforço dessas colaborações.

Para além disso, pretende o CIFI²D continuar a promover a colaboração com colegas geograficamente mais perto de nós, embora de áreas relativamente distintas da nossa, convictos da importância que daí poderá decorrer para a melhoria da nossa qualidade, tanto no âmbito da investigação como no da

docência. Assim, no âmbito da constituição das Comissões de Orientação dos estudantes de doutoramento admitidos a partir de 2009 no PD-CD, temos procurado envolver colegas de outras Faculdades da Universidade do Porto, designadamente das Faculdades de Ciências da Nutrição e da Alimentação, Economia, Engenharia, Farmácia, Medicina, Psicologia e Ciências da Educação, bem como do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, sendo a experiência claramente positiva até ao momento, razão pela qual tencionamos continuá-la.

Finalmente, ainda no que se refere à questão da cooperação inter-institucional, importará destacar que tenciona o CIFI²D criar condições para que os estudantes do PD-CD, sempre que possível, tenham a possibilidade de realizar parte da sua formação em instituições estrangeiras de reconhecida qualidade no domínio da investigação e da docência e com as quais temos boas relações, procurando assim corresponder a um dos objetivos da Universidade do Porto e das recomendações da Associação das Universidades Europeias relativamente à formação doutoral (e que passa pela internacionalização das experiências dos seus estudantes). Nesse sentido, estão a ser dados os passos necessários para que alguns dos nossos estudantes de doutoramento possam posteriormente solicitar a menção de Doutoramento Europeu (neste momento, há já dois estudantes com o processo em curso), ou mesmo obter o seu Doutoramento em co-tutela com outra Universidade (neste momento, existe já uma estudante nesta situação com a Universidade de Lovaina, Bélgica).

8. Internacionalização, cooperação e mobilidade¹⁵

Sempre chegamos ao sítio onde nos esperam.

O Livro dos Itinerários

Começemos por enunciar uma ementa de razões fundadoras da Universidade como instituição internacional ou da internacionalização como princípio estruturante da Universidade.

A Universidade faz parte do projeto de construção da identidade cultural local, regional e nacional. Todavia a identidade de algo, seja pessoa, seja instituição, seja povo ou país, requer como referência imprescindível a ‘alteridade’, isto é, o outro, o estranho, o distante e longínquo. Por isso e por ser incumbida da formação de quadros superiores, a Universidade é, desde tempos remotos, uma instância de horizontes amplos, não fechada sobre si, mas aberta a espaços abrangentes e latos, ou seja, é uma instituição de cariz internacional.

A história ensina-nos que, mesmo na Idade Média e noutras eras marcadas por guerras e perseguições religiosas e ideológicas, por dificuldades de circulação e comunicação, por aversão ao estrangeiro, nas Universidades mais famosas (Bolonha, Coimbra, Salamanca etc.) pontificavam mestres e lentes, nomes famosos da ciência, do pensamento e das artes de antanho, provenientes de outros países e regiões.

Também os estudantes, oriundos naturalmente de famílias nobres e ou de classes abastadas e possidentes, fizeram formação em universidades estrangeiras, tendo levado delas conhecimentos, princípios, visões, ideias de reformas e inovações para os seus reinos e países.

¹⁵ Não se aborda aqui a internacionalização, cooperação e mobilidade a cargo dos Centros de Investigação, referidas no item anterior ‘desenvolvimento da atividade científica e afim’.

A própria palavra ‘Universidade’ tem subjacente a dimensão internacional e universal. Ela visa proporcionar uma formação ‘universitária’. E para isso não apenas congrega o universo, tão diverso e multifacetado, dos saberes. Também almeja formar cidadãos com mentalidade e com visão universal; isto é, quer contribuir para a formação da cidadania planetária.

De resto quem estuda o conceito e a matriz filosófica da ‘Formação’ (por exemplo, a construção conceitual elaborada por Humboldt), verifica que esta, para ser autêntica, verdadeira, profunda, racional e humanista, não fica refém de horizontes e fronteiras fechadas e restritas. Pelo contrário, pressupõe a abolição de formatações e cadeias mentais de qualquer tipo.

Assim, para servir o projeto da identidade cultural local, regional ou nacional, a Universidade tem que ser forçosamente internacional e universal; tem que ter janelas abertas para o mundo. E quanto mais pequena for uma cidade, uma região ou uma nação, tanto mais precisa de uma Universidade com ambição e visão universal e internacional. Porque somente, desse jeito, essa região, cidade ou nação pode romper o isolamento e o desconhecimento e assomar à varanda do mundo.

Não há, pois, antinomia entre o serviço prestado à comunidade local, regional e nacional e a abertura ao mundo. Há uma relação de reciprocidade, a tal ponto que, sem a ligação ao espaço internacional, uma Universidade também não serve condignamente o interesse local e nacional.

Pode até dizer-se que uma Universidade, se não cultivar a dimensão universal e internacional, não logra ser uma genuína e legítima Universidade. Não passa de um esboço ou arremedo de Universidade, de uma escola técnica ou profissional em ponto maior.

A exigência de cuidar bem da dimensão internacional é, particularmente, importante e de fina estratégia nestes tempos de globalização ou mundialização crescente. Como se sabe, hoje as instituições e as funções de qualquer tipo não são mais avaliadas e valoradas segundo critérios indígenas, mas, sim, segundo bitolas internacionais. A qualidade de um produto, de um

bem ou serviço, tal como o perfil de competências e saberes de qualquer quadro são apreciados e definidos segundo parâmetros internacionais.

Não se subestime também o enorme contributo que as Universidades podem dar para a causa do entendimento entre os povos, de um mundo mais justo, mais tolerante, mais solidário, mais equitativo, mais ético e estético. Ora isso passa pelo convívio dos docentes e estudantes, mediante a sua mobilidade pelas Universidades dos mais diversos e longínquos países. É nas Universidades que germinam, se disseminam, transmitem e ganham contágio as ideias mais generosas e sublimes em relação à Humanidade. As Universidades são, enfim, sede privilegiada do diálogo intercultural, intersocial e intercontinental.

Acresce que, no presente e no futuro, as Universidades são avaliadas e consideradas atraentes em função do número de estudantes estrangeiros que nelas estudam e realizam cursos e estágios de maior ou menor duração. É vital e constitui cartão de visita de uma Universidade o número de estudantes estrangeiros que a frequentam.

Por conseguinte a internacionalização não é apenas uma tarefa de serviços alocados na Reitoria de uma Universidade. É parte maior da missão de toda a Universidade e por isso deve galvanizar todas as Faculdades, Escolas, Departamentos e áreas disciplinares. Todos e todas se devem envolver na concretização dessa missão num clima de profícua complementaridade.

Da cooperação

A cooperação com Universidades do Brasil foi, é e continuará a ser a menina dos olhos da Faculdade. Estranha-se que, de quando em vez, surjam pequenos indícios ou sinais de que a UP pareça estar a perder algum protagonismo nesta frente, diminuindo o enfoque na parte da sua missão comprometida com a função de defesa e preservação da nossa língua, da nossa identidade cultural, dos nossos interesses económicos e

geoestratégicos. A concentração obsessiva no holofote e na moda dos rankings, na perseguição do objetivo de figurar entre as ‘melhores’ (que conceito é este e em que se baseia?!), Universidades da Europa e do Mundo, pode levar a um encandeamento e a descurar o relacionamento com outras frentes não negligenciáveis, nomeadamente a da lusofonia.

Este assunto é pertinente, sensível e propenso à dissensão. Merece, portanto, uma abordagem alongada.

Sem qualquer sombra de dúvida, é desejável o incremento do relacionamento com as mais reputadas Universidades da Europa e do Mundo; e devem ser francamente elogiados o esforço feito e os resultados conseguidos pela UP neste domínio. Essa relação deve ser tão natural como o ato de respirar. É um pressuposto, um requisito, uma condição *sine qua non* da louvável ambição da UP em figurar, no cenário universitário, como *príncipe inter pares*. Mas o alargamento e o reconhecimento do papel da UP no cultivo, na divulgação e salvaguarda dos superiores e urgentes interesses do nosso País aconselha a não desatender outros espaços, nos quais possa exercer influências de vários alcances e não ser tratada como súbdita de suseranos. Não se olvide que algumas Universidades do Brasil também se contam entre as putativas melhores Universidades do Mundo!

Uma razoável dose de pragmatismo não faz mal nenhum, antes pelo contrário. Para a Inglaterra os EUA são o parceiro natural, fato que encontra expressão em muitos domínios, nomeadamente na política internacional e na economia. Porque não há-de ser o Brasil o parceiro natural de Portugal? Porque é que, por exemplo, na votação do Conselho de Segurança, realizada em Março acerca das operações militares na Líbia, Portugal alinhou com os EUA, em vez de ter acertado o seu voto com o do Brasil e de outras grandes potências emergentes?

A importância que se concede à cooperação com a comunidade lusófona é facilmente compreensível num contexto de globalização e competitividade que força a cerrar fileiras em defesa das afinidades e continuidades

linguísticas, culturais e sentimentais. A defesa da língua portuguesa é um objetivo patriótico, inserido no entendimento da política universitária como integrante da política ocupada da *res publica*; não carece, pois, de extensas justificações. No entanto, para lograr convencer os complexados ou os distraídos, incautos, surdos e mudos ao verbo da razão, pode recorrer-se a Fernando Pessoa: “A minha Pátria é a língua portuguesa”. E também a Miguel Torga: “A missão dum português culto de hoje, além da obrigação concreta de criar o futuro, é compreender o sentido do que fez outrora. Realizar as façanhas que o momento exige, e dar volta ao mundo com o pensamento. Ora nas estações desse itinerário mental, a mais demorada deve ser o Brasil. É ele o maior troféu do nosso adormecido espírito de aventura; e é ele que deve ser o pendão das possíveis aventuras do nosso espírito acordado”. (...) “O Brasil amei-o sempre, foi o meu segundo berço, sinto-o na memória, trago-o no pensamento”.¹⁶

Enfim, apetece exclamar como António Ferreina, no alvor do Século XX:

*Floresça, falle, cante, ouça-se e viva
A portuguesa língua, e já onde for,
Senhora vá de si, soberba e altiva!*¹⁷

Escolher o Brasil como parceiro privilegiado (a par de outros parceiros com enorme importância na nossa errância histórica e com subido significado na perpetuação do nosso legado como povo e país, p. ex., países lusófonos, China, Índia, Tailândia) é uma grande inovação e reforma; é ter um sentido apurado da conservação do passado e da antecipação do futuro. Isso, sim, é servir o nosso País e o seu porvir.¹⁸

¹⁶ MIGUEL TORGA: *Traço de União*, edição do autor, Coimbra, 1969.

¹⁷ FAUSTO DE BARRETO e CARLOS DE LAET: *Anthologia Nacional ou Collecção de Excerptos dos Principaes Escriptores da Língua Portuguesa do 20º ao 16º Século*, 14ª Edição, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1929.

¹⁸ A Tailândia é um país com grande significado estratégico no Sudoeste asiático. Ademais não pode deixar de se registar o profundo carinho e o alto apreço em que são tidos Portugal e os Portugueses na Tailândia. Em Junho virá a Portugal a Princesa da Tailândia para

A relação entre as Universidades de Portugal e do Brasil deve estabelecer-se como uma necessidade de primeira grandeza, premente, irrecusável. Brasil e Portugal, tal como os restantes países lusófonos, têm que construir um relacionamento que honre e redima o passado e dê ao futuro um sentido de cada vez maior e mais profunda afetividade, fraternidade e solidariedade. Já fomos reinos unidos; a sede do reino já esteve sediada no Rio de Janeiro (com D. João VI); tivemos uma rainha (D. Maria I) nascida no Brasil. Porque é que não devemos alimentar o sonho de virmos a estabelecer um tipo semelhante de convergência e união? Nas nossas veias corre o mesmo sangue, misturado de muitas maneiras; os nossos lábios pronunciam a mesma língua; da nossa boca saem as mesmas canções doridas e românticas, chamem-se elas fado ou samba; os nossos olhos derramam lágrimas por causa da mesma saudade que nos inunda o coração.

Ora isto manda-nos seguir por diante, na procura de um destino que nos torne cada vez mais unidos e fraternos, mesmo que vivamos na distância. Portugal precisa, como de pão para a boca, de firmar proximidades e cumplicidades com o Brasil em várias frentes. É de vital importância para a sua existência. E para conseguirmos isso não podemos esquecer que as relações universitárias desempenham uma relevante e insubstituível função precursora e facilitadora, porquanto abatem as reservas e os preconceitos que, aqui e ali, colocam pedras na via da nossa caminhada conjunta.

Temos que fazer a nossa parte, doar o melhor de nós para colocar a Universidade ao serviço da construção de um destino que nos justifique e

comemorar os 500 anos do tratado de amizade celebrado entre os dois países. Os Portugueses chegaram à Tailândia em 1511, tendo participado ao lado dos tailandeses nos combates de defesa da capital (Ayouthaia) daquele país, feito celebrado em *Os Lusíadas*. Em sinal de reconhecimento foi-lhes concedido um local para se instalarem; criaram uma povoação que atingiu rapidamente a população de, pelo menos, 3000 habitantes. É uma grande emoção visitar as ruínas daquela vila.

Em Bangucoque são visíveis as igrejas fundadas por missionários portugueses, sem esquecer que subsistem famílias com nomes lusitanos.

Em suma, naquelas bandas ser português é motivo de enorme orgulho e de elevada consideração. Cremos que a preservação deste capital faz parte da nossa missão, mesmo sabendo que muitos dirigentes políticos e outros têm isso em pouca monta.

dignifique, de um e outro lado do Oceano Atlântico. Para que o mar, como disse Fernando Pessoa, nos una e não nos separe.

A Faculdade de Desporto foi pioneira e tem estado no pelotão dianteiro, no seio da UP, na procura da internacionalização, estabelecendo contactos, parcerias e protocolos de cooperação com instituições similares, situadas na Europa, África, América e Ásia e particularmente no mundo lusófono, envolvendo a mobilidade de docentes e estudantes, assim como o desenvolvimento de projetos de investigação, a elaboração conjunta de publicações e a realização de conferências, congressos e simpósios.

Este processo está bem consolidado e quase que caminha, pelos próprios pés, sem necessidade de impulsos adicionais. Todavia, apesar dos meritórios ensaios efetuados nos anos transatos, falta dar um passo conclusivo e decidido para a edificação de cursos de dupla e múltipla titulação com parceiros estrangeiros, começando por aqueles que nos são mais familiares e vizinhos: Brasil (USP, UFRGS, UFMG) e Espanha (Universidade da Estremadura, Cáceres, e Universidad de Murcia).

Outras vertentes da cooperação estão a ser preparadas com a Universidade de Vila Velha e a Universidade Federal do Acre, Brasil, participando no desenho e na leccionação de cursos de pós-graduação.

Também a aposta da cooperação com Moçambique (Universidade Pedagógica), com a Tailândia (Universidade de Burapha e Universidade Kasetsart)¹⁹, com o Dom Bosco College, de Goa, é para ser incrementada e

¹⁹ Em finais de Janeiro de 2011 visitamos a Universidade de Burapha, Bang-Saen. Reunimos com o Reitor e o Vice-Reitor para as Relações Internacionais e tivemos vários encontros com a direcção e os colegas da nossa área. Apraz registar o seguinte: há alguns anos iniciamos os contactos com esta Universidade e incitamos os colegas a lutar pela autonomia académica da área, uma vez que constituíam um pequeno departamento integrado na Faculdade de Educação. Pois bem, neste momento, está criada a Faculdade de Ciências do Desporto, com edifício próprio em fase de conclusão. A direcção e os colegas da nova Faculdade fizeram questão de afirmar que foi devido ao nosso incentivo e exemplo que conseguiram essa realização.

No plano da cooperação a prazo imediato ficaram acordados um programa de mobilidade de estudantes, a deslocação, por períodos de 2-3 semanas, de docentes da nossa Faculdade para leccionarem em áreas estratégicas carecidas do seu apoio, a abertura da nossa

levada por diante. Importância estratégica será, do mesmo modo, atribuída à cooperação já iniciada com Universidades do Peru e às solicitações advenientes da Argentina (Universidade de Santa Fé). As alterações introduzidas na direção e no funcionamento do gabinete incumbido das relações internacionais estão e vão dinamizar as relações existentes.

Da mobilidade

A aposta na internacionalização da Faculdade, para além dos importantes contributos proporcionados pelos Centros de Investigação e por inúmeras iniciativas pessoais, passa pela mobilidade, sendo esta uma aposta estratégica da Faculdade.

Para uma Faculdade com a dimensão da nossa os números têm um enorme significado, pois demonstram o conceito e a visibilidade da instituição no estrangeiro. Em termos de rácio, a Faculdade de Desporto é a 5ª da U.Porto no que tange a mobilidade estudantil. Por exemplo, no 1º Ciclo há relações com 11 países (*IN* e *OUT*), duplicando esse número quando considerados os restantes ciclos de estudo.

Trazem-se à colação alguns dados do Relatório de Atividades 2010, para evidenciar o crescimento da mobilidade e justificar a importância estratégica atribuída a esta linha de ação, parte integrante da missão da Faculdade:

Faculdade à realização de estudos de doutoramento por jovens docentes daquela instituição, a criação de uma rede de investigação em Ciências do Desporto com sede na Universidade de Burapha, integrada por instituições de vários países da Ásia (Tailândia, Camboja, Vietname, Laos, China, Malásia, Indonésia) e pela nossa Faculdade.

Na Universidade Kasetsart, em Bangucoque, tivemos reuniões e vários encontros tanto com a direcção da Faculdade de Educação e o Director das Relações Internacionais, como com os responsáveis e colegas do Departamento de Educação. Também aí o interesse pela intensificação da cooperação com a nossa Faculdade é altamente desejado e apreciado.

Vários docentes solicitaram a realização de estágios entre nós e ficou acordada a organização, a curto prazo, de um seminário que lhes possibilite a criação de um programa de formação, estudo e investigação no âmbito do exercício e prática desportiva da terceira idade. Igualmente ficou estabelecido que os nossos docentes, aquando da deslocação à Universidade de Burapha, cumpram um programa de cooperação na Universidade Kasetsart.

- Número de estudantes de mobilidade:
 - *In*: 121
 - *Out*: 30
- Número de docentes de mobilidade:
 - *In*: 63
 - *Out*: 13
- Número de docentes/investigadores estrangeiros a lecionar ou investigar regularmente na Faculdade: 38
- Disciplinas oferecidas em regime de apoio tutorial e em inglês: 11 (a saber: Aprendizagem Motora; Metodologia – Desporto e Populações Especiais; Metodologia - Treino Desportivo Natação; Atividades Aquáticas Não Competitivas; Metodologia Treino Desportivo – Ginástica; Todas as disciplinas de Estudos Práticos).
- Número de protocolos existentes com instituições estrangeiras: 80
- Novos acordos assinados em 2010 no concernente ao Programa Erasmus: 5
- Número de acordos com as ‘melhores’ instituições na área: 10
- Estudantes estrangeiros, não ligados a programas de mobilidade:
 - 1º Ciclo: 11
 - 2º Ciclo: 45
 - 3º Ciclo: 53

No que respeita ao 1º Ciclo e no que se refere ao Programa ERASMUS, verificamos que houve uma diversificação das nacionalidades (*IN*), o que nos parece bastante positivo. Assim tivemos entre nós 41 Estudantes dos seguintes países: Espanha, Grécia, República Checa, Hungria, Taiwan, Peru e EUA.

Regista-se o aumento do número de estudantes que procuram a Faculdade e a vinda, pela primeira vez, de uma estudante de Taiwan, bem como de um estudante dos EUA.

O fato de algumas aulas teóricas serem dadas em regime tutorial e em inglês constitui um pólo de atração para os estudantes que não falam português. É de salientar que, em geral, todos estes estudantes fazem um esforço no sentido de aprenderem a nossa língua.

A propósito dos nossos Estudantes de 1º Ciclo que procuram universidades de outros países para realizar parte dos seus percursos académicos, oferece-se dizer que o número tem sido mais ou mesmo constante ao longo dos últimos anos. Em 2010 foram 21. As dificuldades económicas vividas pelas famílias, a par de alguma apatia e quebra do encanto pelo estrangeiro, tornam difícil aumentar o número de estudantes *OUT*. Por isso importa procurar formas novas de motivar os estudantes a participar nos programas.

A mobilidade de Docentes também sofreu um significativo incremento ao longo do último ano. Em 2010, no âmbito do programa Erasmus recebemos 14 Professores em 2010 (e mais 63 docentes ou investigadores noutros âmbitos). Há 14 Professores da Faculdade que participam em atividades *OUT*.

A outra *face* da mobilidade *OUT* consubstanciou-se em alguns projetos de grande interesse científico que decorrem no âmbito da União Europeia e sem qualquer apoio financeiro do Conselho Executivo

De acordo com os últimos dados da Reitoria da U.Porto, via Serviço de Relações Internacionais, somos a 2ª Faculdade da U.Porto com maior Mobilidade *OUT* no âmbito do Programa Erasmus. Apenas a Faculdade de Letras possui um número superior.

A Mobilidade com Países Lusófonos e Latino-Americanos, com particular destaque para o Brasil, ocupa um lugar muito especial nas relações institucionais da Faculdade e dos seus docentes, pelo que é natural que estudantes destas paragens geoculturais nos procurem intensamente.

Em 2010 verificou-se um aumento significativo de estudantes *IN* do Brasil, muitos vindos através de protocolos gerais sediados na Reitoria da U.Porto.

Assim recebemos um total de 63 estudantes brasileiros, que se integraram muito bem na Faculdade, tendo obtido bons resultados académicos, participando na organização de eventos, e colaborando com alguns laboratórios na realização de estudos de investigação.

Quanto a estudantes *OUT* a procura continua com tendência para aumentar, mesmo sem ajuda financeira. No ano passado, 11 aproveitaram a oportunidade concedida.

Assinale-se, por fim, a realização em 2012, em Belo Horizonte, Brasil, da *XIV edição do Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa*. A Faculdade é e quer continuar a ser pioneira deste movimento e do alcance que o transcende e justifica.

Em síntese, os números referentes à internacionalização, cooperação internacional e à mobilidade são muito satisfatórios. A crise económico-financeira, que se abateu sobre o País, torna difícil melhorá-los. Todavia o desafio e a vontade de prosseguir esta linha de ação, com dinamismo e redobrado optimismo, não sofrem esmorecimento.

9. Publicações

Publicamos para não passarmos a vida a corrigir rascunhos.

Jorge Luís Borges, 1899-1986

O prestígio da Faculdade deve-se muito à qualidade e quantidade de publicações de autoria coletiva ou individual dos seus docentes. Esse aspeto não pode ser descurado; ao invés, merece ser objeto de um plano estratégico, elaborado pelos coordenadores dos diferentes cursos e pelos responsáveis pelos grupos ou áreas científicas, visando estabelecer prioridades e metas em função das necessidades académica e socialmente percebidas e relevantes.

Neste contexto é igualmente curial imprimir um novo fôlego à *RPCD-Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, por ser um dos emblemas da Faculdade e pela subida consideração e importância que adquiriu nacional e internacionalmente, particularmente no espaço lusófono. Assinale-se que o adjetivo ‘portuguesa’ quer significar a pertença muito mais à língua do que ao nosso País. É nesta conformidade que se inscrevem a reformulação do corpo editorial e o reforço do número de especialistas brasileiros que o integram. Deste modo ela fica mais ágil para atender a crescente procura de autores oriundos do Brasil, dada a superior aceitação e avaliação que a *RPCD* usufrui no Brasil, nomeadamente junto das entidades credenciadoras dos pesquisadores.

Voltemo-nos para uma questão muito sensível, que é a da pressão – inserida na onda da competitividade e dos rankings – para publicar artigos em revistas de língua inglesa. Isto afeta não apenas a avaliação e credenciação dos docentes junto da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, tendo a ver com a avaliação das candidaturas a bolsas e projetos, como também

condiciona a avaliação das unidades de investigação e, por arrasto, a acreditação dos cursos a elas associados.

Importa assumir uma posição inequívoca em relação a dois pontos: o ‘*impacto*’ e a excessiva ou até exclusiva valorização da publicação dos ditos ‘*papers*’ (prioritária ou obrigatoriamente em inglês) em periódicos bem credenciados.

No tocante ao *impacto*, há cada vez mais gente ilustre a pôr em causa o seu entendimento corrente: o índice de citações pelos pares que publicam nas mesmas revistas. Regista-se uma espécie de pescadinha de rabo na boca. Pergunta-se se isto é realmente *impacto*, uma vez que os *papers* não ultrapassam o universo de leitura e citação circunscrito aos especialistas na matéria. Mais, advoga-se que o *verdadeiro e importante impacto* reside na influência, no acolhimento e na utilização que um artigo ou livro exercem e encontram na reflexão e atividade dos diversos grupos sócio-profissionais. O valor social (fator de legitimação do conhecimento) de um *paper* ou de uma qualquer laboração científica ou teórica não se mede tanto pelo seu teor científico e pelas citações feitas pelos agentes do mesmo campo, mas sim através dos seus usos pelos não cientistas e não teóricos.

Registe-se que no espaço europeu, nomeadamente na área de engenharia, os *papers* não usufruem da valorização em moda na FCT. É muito mais valorada uma conferência num congresso internacional, a começar pela de abertura, seguindo-se a de encerramento e outras. Também um livro e um capítulo de livro colhem valorização superior à de um *paper*.

Não se infira destas anotações que alinhamos com a desconsideração e desvalorização dos *papers* em inglês, porquanto eles balizam uma não negligenciável estratégia de inovação, investigação e internacionalização. Porém não admitimos, de bom grado, que eles sejam erigidos em critério supremo da avaliação.

É urgente proceder a uma clarificação e extrair dela consequências:

A finalidade predominante do labor académico e científico é a competição através da publicação de *papers* em inglês ou estes são apenas uma – manifesta, objetiva e assaz louvável – das provas do cumprimento da missão institucional? Quais são as outras e qual o apreço que lhes é creditado? As publicações são um fim em si mesmo? Não se está a caminhar nessa direção? Publica-se apenas para ser lido pelos pares, tanto quanto possível estrangeiros, ou também para difundir conhecimentos susceptíveis de orientarem o labor e as práticas nas diversas atividades sócio-profissionais, no contexto nacional? Será curial conformar e sujeitar os centros de investigação das Faculdades à visão e à lógica de funcionamento e avaliação dos laboratórios associados?

Requer-se um equilíbrio sensato que discrimine e valora positivamente e justamente tudo quanto expresse um nível profícuo e subido de realização da irrecusável obrigação de produtividade científica e teórica, bem como de intervir intelectualmente na pluralidade do horizonte universitário, profissional e social.

Esta Faculdade tem uma notória posição de destaque no cenário internacional da área. Sobretudo é superiormente respeitada e assume uma indiscutível função de referência nos Países de Língua Portuguesa, sem esquecer a elevada consideração que usufrui na extensa comunidade de língua castelhana. Ora isto deve-se ao merecimento, à quantidade e à qualidade dos trabalhos desenvolvidos e publicados pelos seus docentes, tal como à excelência de muitos quadros (mestres e doutores) nela formados.²⁰ Por conseguinte seria um suicídio se não valorizasse e, para cúmulo, menosprezasse e repudiasse a publicação no nosso idioma.

Não sejamos ingénuos, nem – muito menos – façamos de conta que não percebemos!

²⁰ De resto, basta consultar os Relatórios da Atividade Científica anualmente elaborados pela Faculdade para se ajuizar do seu labor altamente positivo. Igualmente vão no mesmo sentido os relatórios e gráficos elaborados e divulgados pela Reitoria da UP (p. ex., o relatório “*Papers ISI – Web of Science 2005-2009*”, difundido no dia 16 de Fevereiro último).

Por um lado, a desvalorização de publicações (e cursos) em língua portuguesa (ou castelhana), face à língua do mercado global, faz parte do intento de desvinculação da Universidade do projeto de construção da cultura e da identidade nacional, regional e local. Conjuntamente com a insana exaltação dos *rankings*, serve também a agenda do comércio internacional e o seu guloso intuito de entregar ao mercado o ensino superior, de estabelecer e impor uma nova espécie de empresas multinacionais: as *universidades globais*, com ramificações em toda a parte, condenando ao apagamento as instituições nacionais.

Por outro lado, a linguagem (tanto a oral como a escrita) representa a forma das ideias, do pensamento e do raciocínio. Esta asserção não pode deixar de levar a lamentar o chocante e deprimente estado de degradação da norma linguística no seio da Universidade e aquilo de profundamente inquietante que isso revela, facilmente constatável na leitura de muitas monografias de licenciatura, dissertações de mestrado e doutoramento, assim como nos textos e intervenções dos docentes. Está a resvalar-se para a absurdidade.

Tudo isto manda perguntar: a defesa e a elevação da língua portuguesa não são assunto de superior importância para a nossa existência como povo autónomo e independente? Não constitui a língua portuguesa um capital cultural (convertível em capital económico) que importa afirmar, conservar e alargar? A Universidade e a FCT não têm parte nessa política? É sensato não valorar devidamente as publicações com grande e evidente impacto na diversificada, larga e crescente comunidade de falantes (cerca de 280 milhões) da nossa língua?

Adicione-se a propósito que, em reunião realizada na Reitoria da UP em 18.03.2011, os reitores de várias Universidades angolanas referiram-se ao Português como “língua da unidade nacional”, “língua nº 1” e “língua da universalidade”. Enfim, eles valorizam a língua portuguesa, nós depreciamo-la. Se deixarmos de publicar em português, perdemos uma estratégica

oportunidade de intervir e exercer influência num espaço económico tão importante.

Quais são os ganhos de privilegiar e cair nos braços exclusivos do inglês? É oportuno fazer o balanço dos proveitos e perdas e encontrar um equilíbrio sensato. A conjuntura de crise portuguesa e europeia convida a redefinir o nosso lugar e papel no cenário internacional; exige respostas maduras, coerentes e explícitas. Não podem ser adiadas e formuladas em termos dúbios e equívocos.

Assim, a Faculdade vai pugnar, junto das entidades financiadoras e avaliadoras das unidades e dos projetos de investigação, pela valorização das publicações em língua portuguesa. E vai desenvolver uma *linha editorial* vocacionada para a edição de livros que sirvam de apoio e orientação quer ao ensino e aprendizagem em áreas curriculares dos seus planos de estudo, quer aos agentes de ensino, formação e treino na pluralidade das práticas desportivas.

10. Avaliação dos docentes

Sou avaliado, logo existo!

O figurino, oficial e oficioso, da avaliação do desempenho dos docentes filia-se no espírito do inominável SIADAP. Para além da perversão e subversão do exercício das funções dos docentes, constitui uma péssima medida de gestão, por instalar um clima nocivo à harmonia, motivação e produtividade dos implicados, levanta questões merecedoras de abordagem ética e, porventura, de outra índole. O tom dos discursos dos responsáveis institucionais, paladinos do tipo de avaliação decretada, bem como a amplitude da burocracia dos regulamentos legitimam a dúvida: trata-se de avaliação ou de perseguição? Que frustrações, inclinações, propensões, complexos e apetites, durante longo tempo abafados e acumulados, estão a vir ao de cima em tais posições apologéticas?

Vamos continuar a denunciar e a suscitar a revisão desta insanidade. Por outras palavras, pugnaremos aberta e ativamente pela revisão, no mais curto espaço de tempo possível, da teia de burocracia que informa os regulamentos. De resto estão já criadas condições sócio-políticas para combater e erradicar esta enfermidade. Quanto ao regulamento da Faculdade procuraremos revê-lo na medida das dificuldades e inconvenientes da sua implementação.

A verdadeira avaliação de todos e cada um dos docentes é feita pelo RAC - Relatório da Atividade Científica, elaborado e tornado público anualmente. Esse meticuloso e inequívoco documento fornece elementos essenciais e bastantes para aquilatar o labor individual e institucional, sem anular o salutar ambiente de emulação reinante e propício ao incremento e reconhecimento da produtividade de cada um.

Significa isto uma rejeição pura e simples da avaliação?

Não; mas significa a repulsa em relação aos moldes em que se apresenta, decalcados do modelo imposto aos docentes do ensino básico e secundário, com as nefastas e perturbadoras sequelas que isso acarretou para o funcionamento da escola e o processo da educação. A propósito transcrevem-se excertos de uma posição do sociólogo António Barreto, intitulado *A VERDADE, SIMPLEMENTE*:

“Na impossibilidade humana de "gerir" milhares de escolas e centenas de milhares de professores, os esclarecidos especialistas construíram uma teoria "científica" e um método "objectivo" com a finalidade de medir desempenhos e apurar a qualidade dos profissionais. Daí os patéticos esquemas, gráficos e grelhas com os quais se pretende humilhar, controlar, medir, poupar recursos, ocupar os professores e tornar a vida de toda a gente num inferno. (...)

O sistema de avaliação é a dissolução da autoridade e da hierarquia, assim como um obstáculo ao trabalho em equipa e ao diálogo entre profissionais. É um programa de desumanização da escola e da profissão docente. Este sistema burocrático é incapaz de avaliar a qualidade das pessoas e de perceber o que os professores realmente fazem. É uma cortina de fumo atrás da qual se escondem burocratas e covardes, incapazes de criticar e elogiar cara a cara um profissional. Este sistema, copiado de outros países e recriado nas alforjas do ministério, é mais um sinal de crise da educação”.

Assaz concordante com esta posição é a que foi assumida pela comissão de elaboração do regulamento da Faculdade e que foi, em 10 de Fevereiro de 2011, transmitida ao Senhor Reitor. Transcreve-se o essencial:

“O Regulamento foi objeto de longas e criteriosas reuniões e ponderações, visando minorar os efeitos negativos do frenesi reformista que tomou conta da Universidade e se expressa, de modo particularmente evidente e pernicioso, na tipologia da avaliação imposta. Ao invés de favorecer as tão propaladas animação e inovação, a sobrecarga de regulamentos (uns já em curso e outros que estão para vir) vai acabar por tolher o dinamismo, ferir a

motivação e paixão dos docentes e desvirtuar a sua função. Assim o cumprimento - zeloso mas contrafeito - da tarefa é acompanhado pela afirmação do posicionamento institucional sobre a matéria em apreço, que abaixo se formula.

Tomamos esta atitude, porquanto, em nosso entender, se aplica à Avaliação do Desempenho dos Docentes a burocracia onerosa apontada por Honoré de Balzac (1799-1850): *“A burocracia é um gigantesco mecanismo operado por pigmeus”*. E não olvidamos o aviso de Voltaire (1694-1778): *“É muito perigoso ter razão em assuntos sobre os quais as autoridades estabelecidas estão completamente equivocadas”*.

1. A Comissão de elaboração do Regulamento expressa a sua discordância em relação ao valor máximo de 30%, estipulado no ponto 3 do Artigo 9º do Regulamento de avaliação de desempenho dos docentes da U.Porto, tanto para a vertente de transferência de conhecimento como para a vertente de gestão académica. Além de considerar esta disposição depreciativa e penalizadora, interroga-se no concernente à gestão académica acerca dos motivos que estão por detrás de tal orientação: quer-se forçar os docentes a retirar-se do exercício de funções de gestão e entregar esta a outros atores? Se assim é, como fica a tão apregoada redução de custos e meios? Não estão os docentes à altura de gerir e orientar as suas instituições? Os fatos provam sobeja e exuberantemente o contrário! Quão bizarro é o conceito de gestão que pode estar acoitado, intencional ou ingenuamente, por detrás da disposição regulamentar!

2. É próprio da natureza das coisas que elas sejam diferentes umas das outras. No entanto para todas elas está a ser hoje recomendado o mesmo figurino. E assim surgem receitas para configurar a Universidade segundo os ditames de uma visão e *gestão*, com alcance curto e distorcido. É patente a

tentação de absolutizar nela o *paradigma produtivista* (melhor dizendo, *consumista*), de querer proletarizar e despir de estatuto intelectual os seus docentes. O *SIADAP – Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública* que, com o seu inominável regime de cotas, trata os funcionários como objetos sem alma e sentimentos, sofre uma ligeira metamorfose para avaliar os docentes com uma parafernália de instrumentos que modificarão o cerne, a essência e o alvo do seu exercício profissional. Os enormes desperdícios de tempo e o concomitante desvio de energias para atender os requisitos da avaliação vão irremediável e radicalmente alterar as funções e metas fulcrais dos professores.²¹

Até agora vigorava um sistema de avaliação que, não sendo perfeito, se centrava no essencial da atividade e profissionalidade dos docentes, no *ethos* da sua autonomia e liberdade científicas e criadoras. Doravante espreita o perigo do periférico e do secundário passarem a central, com sequelas funestas para as dimensões intelectual, cultural, espiritual e humanista da docência universitária.

Face a este quadro impõe-se avivar no conjunto dos deveres o de dizer NÃO à adesão acrítica, demissionária, passiva e silenciosa a tudo quanto atente contra a dignidade das pessoas e o clima sadio das instituições, a tudo quanto promova a queda no absurdo.

O percurso dos docentes universitários está sobejamente balizado por avaliações. Pode ser melhorado, mas não precisava da introdução de obstáculos destinados a desviá-los do seu itinerário lógico e principal e a enredá-los em empecilhos destruidores da sua condição. A não ser que se assuma explicitamente que o docente universitário deve ser pura e simplesmente equiparado ao operário ou proletário de uma linha de

²¹ A oposição ao iníquo e eticamente deplorável SIADAP, que rege a avaliação dos funcionários não docentes, tem sido e será frontal e nitidamente afirmada em todos os fóruns apropriados, designadamente na Comissão de Ética da UP. Não deixaremos de levantar a voz contra esta medida aleivosa, injusta, imoral e inaceitável, sempre que se oferecer a ocasião para o fazer.

montagem, tendo que registrar continuamente o número dos parafusos e artefatos produzidos. E que se defenda uma competição sem limites que roube o lugar à sedução pela beleza no relacionamento e trato humanos.

Ademais uma avaliação geradora de conflitualidade, animosidade, desconfiança e falta de lealdade não cria um bom ambiente. Logo atenta contra a dita e almejada produtividade, até porque há nela factores de sobra potenciadores de uma pluralidade de consequências graves em vários campos, a saber:

- A saúde física e mental dos implicados,
- O relacionamento e trato humanos,
- O modo de nos vermos e contemplarmos os outros,
- O funcionamento das instituições,
- O significado e sentido da existência,
- Os princípios e valores estruturantes da cultura, da sociedade e da pessoa,
- A participação da Universidade na destruição do Humanismo e na instauração de um modo de vida assente no cinismo, na insanidade e no desvario infernal.

Não é próprio do bom senso aderir a coisas que detestamos e reprovamos. Se elas nos suscitam depreciação é porque não são positivas. O inferno, tanto quanto se concebe, não é coisa boa; por isso mesmo não queremos ir para lá, tudo fazemos para evitar a queda nesse abismo de fogo e tortura.

Enfim, não caminhamos de livre vontade nem, muito menos, de alma jubilosa para o cumprimento da tarefa em causa. Somos empurrados nessa direção, convictos de que num dia não longínquo surgirá um clamor a rotular de insanidade esta hora de breu e absurdidade”.

Como ficou sobejamente claro, a nossa posição não é favorável à febril irracionalidade que afeta o estilo de gestão hoje tão incensado. Em vez de uma gestão pautada por critérios de consideração pelas pessoas, temos

medidas e leis informadas por uma índole persecutória que atafulha as instituições de procedimentos causadores de perversão da matriz da função docente e com abaixamento da motivação e paixão pelo exercício profissional. Ao fim e ao cabo este frenesi prefigura uma má gestão e traduz-se em decréscimo da putativa e almejada produtividade e eficácia.

Este figurino obrigatório desafia-nos a tentar reduzir ao mínimo os aspetos gravosos que ele contém. Assim procuraremos implementar um modelo de avaliação que contribua para a melhoria da qualidade da atividade docente e do desempenho da instituição. Para tanto importa avaliar de modo justo e equilibrado as diferentes dimensões das funções assumidas pelos docentes, de modo que cada um possa empenhar-se ao máximo na valorização máxima dos seus pontos fortes e compensar as eventuais lacunas noutras áreas. Importa também instituir um ambiente dissipador de reservas e desconfianças em relação às intenções e ao modo como o processo será conduzido. No fundo trata-se de levar à prática os princípios consagrados no Preâmbulo do Regulamento, a saber:

“A avaliação de desempenho dos docentes, não obstante as motivações que presidiram à sua imposição, deve ser realizada como um impulso à reafirmação da responsabilização e do comprometimento dos docentes com os fins da instituição. Ou seja, na sua implementação trata-se de superar a justificada desconfiança desta medida, de a expurgar de formalismos excessivamente onerosos e de a aproveitar para reavivar a vinculação social e humanista da Faculdade, assim como os deveres irrecusáveis dos docentes face ao cumprimento da missão institucional.

É certo que a carreira académica está balizada, em todo o seu trajeto, por avaliações assaz ponderosas e repletas de consequências. Porém isso não invalida que se encare a avaliação, agora regulada, como uma oportunidade de sopesar o caminho andado, corrigir desvios e estabelecer acertos e metas para o futuro.

O essencial da avaliação não é, portanto, a sujeição da instituição e dos seus atores ao controle e à conformidade com interesses e desideratos estranhos à sua matriz. Mais importante é reunir e considerar dados e indicadores, visando melhorar as atividades académicas, apreciar e valorar o contributo de cada um, fortalecer a autonomia, a criatividade e o grau de empenho dos docentes.

Por outras palavras, a avaliação deve procurar compreender a totalidade da Faculdade e do labor dos seus agentes, à luz da missão e das finalidades institucionais. Para tanto o foco da análise deve incidir sobre o conjunto de obrigações de produção, transmissão e divulgação de conhecimentos e orientações com alta relevância científica e social, de formação de quadros exemplares enquanto cidadãos e profissionais, assim como de intervenção no espaço público e universitário.

A preocupação de objetividade e rigor não se atém só ao que é susceptível de quantificação, mensuração e numeração, já que nem tudo é redutível a cifras e números. Há 'coisas' condicionantes, determinantes, relevantes e excelentes - nomeadamente atitudes, posturas e comportamentos cívicos e éticos, tomadas de posição, contribuições para a imagem e prestígio nacionais e internacionais da Faculdade, a fidelidade à instituição, relações interpessoais etc. - que, na educação em geral e no âmbito universitário em particular, não devem ser negligenciadas, ignoradas e desvalorizadas.

Enfim, importa enfatizar e assegurar que a avaliação não caia na tentação de controlar e proletarizar os atingidos, de reduzir a sua liberdade intelectual e o espírito criador e inventivo. Deve, sim, constituir um instrumento para elevar a consciência dos desafios e da necessidade de participar ativamente na sua resolução, gerar novas possibilidades de reflexão e renovação da Faculdade e levar a assumir a quota-parte de cada um nesse projeto sempre inconclusivo e inacabado. Isto requer que se avalie, de maneira justa e equilibrada, os diferentes aspectos, ofícios e papéis da função dos docentes, convidando cada um a empenhar-se na realização máxima das suas

potencialidades, a vincular-se a compromissos claramente definidos e repartidos, num clima de sadia emulação. É igualmente curial prover um ambiente dissipador de reservas em relação aos alvos e ao método como o processo será conduzido.

Ademais a avaliação assume a orientação dos Estatutos da Faculdade, ao estipular que se incentive e valora, com equidade e igual apreço, a procura e comprovação dos diferentes e necessários tipos de saber, tendo em atenção a especificidade desta área como campo de conhecimento, de aplicação e intervenção.

Deste modo, a avaliação contribui para aprofundar a *cultura da exigência*, da proficiência e enaltecimento do mérito, da qualidade e excelência em todas as vertentes, assente em critérios transparentes.

Esta premissa, válida em qualquer tempo, é particularmente justificada numa situação de asfixiante garrote financeiro e sobrecarga de tarefas. Todos se devem sentir obrigados a ter uma relação de lealdade e verdade com a Faculdade, a corresponder ao prestígio que ela confere.

Face ao crepúsculo deontológico que hoje invade todos os locais, é vital para o setor universitário, pela sua primazia e simbolismo social, exigir que nele todos passem na prova e no crivo do respeito pela ética, nas muitas facetas que esta dimensão encerra. De resto o conceito de ‘excelência’, um emblema tão caro à Universidade, exalta o sentido com que era preenchido na Antiguidade Clássica: a prestação culminante ou exponencial da arte unificadora do saber, da técnica, da ética, da estética, da virtude. Estas noções são expressões e representações da missão da Faculdade; logo todas elas devem concitar um desempenho acurado e afincado e uma avaliação condizente, para se alcançar o nível almejado”.

Em síntese, contra o fervor, o ímpeto e o zelo controladores e a sanha persecutória, que se escondem por detrás do síndrome da avaliação, bem como contra o latente perigo destrutivo que ela encerra, repete-se a advertência de van Vught, inserta na Parte I: “*Os docentes e os investigadores...*

*confrontados com uma regulamentação detalhada e restrições à sua forma de actuar, podem sentir-se desiludidos por não poderem seguir os caminhos sugeridos pela sua consciência profissional. Podem desinteressar-se de novas descobertas, aborrecer-se com os trabalhos de rotina e perder interesse na inovação.*²²

Igualmente tem aqui inteiro cabimento a fala do Pe Manuel Velho, citada por José Saramago: *”Para a força hia um homem: e outro que o encontrou lhe dice: Que he isto senhor fulano, assim vai v. m.? E o enforcado respondeo: Yo no voy, estes me lleban”*.²³

Perante isto assumamos o dever moral de protestar e até uivar, se a isso nos virmos forçados.²⁴

²² *Ibidem.*

²³ José Saramago, *Memorial do Convento*. Círculo de Leitores, Lisboa, 1999

²⁴ *Uivemos, disse o cão*. (Livro das Vozes, in *Ensaio sobre a Lucidez*, José Saramago. Editorial Caminho, Lisboa, 2004).

11. Formação Contínua

Qual é o destino do homem? 'Formar-se'; revestir-se de formas sempre novas.

Wilhelm von Humboldt, 1767 – 1835

Esta dimensão da missão da Faculdade tem vindo a aumentar nos últimos tempos, mas tem ainda pela frente algum campo de crescimento a percorrer. O objeto da instituição, o número de docentes e as muitas tarefas que eles assumem constituem um forte constrangimento à expansão deste domínio. Sem olvidar que a formação contínua não pode ser vista como uma panaceia para os problemas de financiamento e como sinónimo do alargamento da abertura à sociedade. Nem deve convergir para o intento ou deriva de fazer da Universidade um nicho de mercado e negócios.

Há que dizer ainda que, se fosse tomado à letra, o apelo ao aumento da aposta nesta oferta, as outras dimensões bem mais condizentes com a matriz essencial da missão universitária seriam negligenciadas e, quiçá, marginalizadas. Quando se estica a pele da superfície, deixa-se algo a descoberto e diminui a espessura da profundidade.

Porventura, será possível alargar a formação contínua a cursos não conferentes de grau, com 15 ou mais ECTS, abrindo aos eventuais candidatos a frequência de cadeiras em funcionamento nos outros cursos.

Seja como for, a expansão da formação contínua, devidamente ponderada, sem correr o risco de encerrar a Universidade em mais um colete da gestão acorrentada ao credo neoliberal, passa pela avaliação equilibrada desta frente de ação, bem como pela valorização de potencialidades e competências de alguns docentes que, de outro modo, seriam desaproveitadas.

12. Eventos Científicos

A ignorância traz muito mais certezas do que o conhecimento.

Charles Darwin, 1809-1892

A divulgação de conhecimentos perfaz um imperativo indissociável da missão da Faculdade, justificativo e recompensador do labor que nela se realiza. Ela concretiza-se através de vários canais (publicações, formação contínua, prestação de serviços etc.); mas é nos eventos de caráter vincadamente científico que reveste uma forma de excelência. Neste capítulo pode fazer-se mais e melhor, racionalizando os meios disponíveis.

A oferta e o funcionamento de tantos e tão diversificados cursos de 2º e 3º Ciclos implicam a passagem pela Faculdade de não poucos investigadores de renome internacional, para além da proficiência científica e teórica imanente e decorrente de tais cursos. Esta circunstância permite à Faculdade calendarizar uma série de simpósios e seminários, distribuídos ao longo do ano, susceptíveis de animar, dinamizar e realçar a atividade, a vida e a imagem científicas da instituição.

Na mesma linha de profundo significado insere-se a realização de congressos e debates com repercussão e eco nacionais e internacionais (a título de exemplo, *O Corpo no Cristianismo*, *Congresso Mundial de Biomecânica do Desporto* e *Congresso Internacional de Jogos Desportivos*, no decurso de 2011).

Os resultados destes eventos são acrescidos, porquanto formam complementarmente uma base de sustentação da produção editorial da Faculdade.

Neste capítulo requer-se uma atempada e melhor congregação e programação das ações das unidades de investigação e dos cursos de 2º e 3º ciclos.

Cabe também neste item a ideia de criar as *Conferências FADEUP*, à semelhança do que acontece noutras instituições. Trata-se de sessões abertas a toda agente, sendo nelas abordados temas da mais variada natureza, naturalmente ligados a assuntos cativantes do interesse e da atenção do público. Elas seriam filmadas para serem colocadas na Web e teriam com conferencistas nomes situados ‘dentro e fora do quadrado’ habitual de preletores. Pouco a pouco impor-se-iam como referência na cidade e no país. A ideia vai ser lançada à terra, esperando que faça o caminho e encontre condições para germinar e frutificar.

13. Reestruturação científica

Tolo é aquele que naufragou seus navios duas vezes e culpa o mar.

Publilius Syrus, Séc. I a.C.

A renovação da estruturação e organização científicas da Faculdade perfazem uma tarefa que o Conselho Científico deve abraçar com a serenidade e o discernimento que são próprios desse órgão. Para tanto urge sopesar o modelo em vigor, no concernente aos resultados que alcançou e às potencialidades que ainda mantém, bem como ao eventual definhamento ou esgotamento das suas possibilidades. Até ao presente a lógica de agrupamento (gabinetes) pela docência sobrepôs-se, com vantagens para a coordenação das tarefas de lecionação, à dos grupos disciplinares e áreas científicas. Um novo modelo, se necessário, deverá assumir o passado como uma herança e alargar as janelas de oportunidade e resposta para os desafios do presente e do futuro previsível.

Uma eventual reestruturação deve também cuidar e sopesar a vinculação das vagas de Professores Catedráticos e Associados. A vinculação a áreas científico-disciplinares, até agora vigente, acarreta disparidades e incongruências nas probabilidades de promoção na carreira docente, ocasionando que possam atingir uma posição superior docentes com curriculum vitae menos valioso do que outros. Isto convida a encarar a hipótese de outra distribuição das vagas existentes.

14. Instalações e obras

O que é óbvio nem sempre é conhecido, e o que é conhecido nem sempre está presente.

Samuel Johnson, escritor inglês, 1709-1784

A construção do edifício da Faculdade fez 15 anos em Fevereiro de 2011. O custo do mesmo orçou na casa dos 9 milhões de euros. Em termos técnicos estima-se que o custo de manutenção de um edifício ande por ano na ordem dos 3 a 5% do custo inicial do mesmo. Significa isto que, para os gastos da conservação do prédio da FADEUP, deviam ser disponibilizados anualmente 270/450 mil euros.

Devido a constrangimentos financeiros, sobejamente conhecidos, o investimento da Faculdade em manutenção não tem existido, salvo intervenções de carácter urgente e pontual, muitas delas derivadas infelizmente de problemas de construção do edifício.

Deste modo julgamos que se tornam absolutamente inadiáveis, a partir de 2011, intervenções de fundo no edifício, tendo em conta a diminuição da segurança para os utilizadores de alguns espaços, o perigo de derrocada de algumas partes e um exponencial agravamento de custos *a posteriori*.

Todavia a Faculdade não dispõe de dotações orçamentais para suportar um encargo de tal vulto. Esta dificuldade estende-se certamente à Reitoria da UP; ela tem sido, repetidas vezes, chamada a disponibilizar meios para remediar a degradação da situação. Ora isto não tem sido conseguido na dimensão fundamental, pese embora o espírito diligente e a manifesta boa vontade do Vice-Reitor responsável pelo pelouro das obras, que, além de ter concedido ajudas importantes (instalação de 100 painéis solares e reparação de partes do telhado), tem planos prontos e ideias claras e positivas para a desejada e necessária intervenção.

Registe-se que ainda não houve oportunidade para reparar os tetos falsos dos ginásios, em estado de visível precariedade, para rever os sistemas de deteção de incêndios e de intrusão, bem como o equipamento do posto de transformação.

Nesta conformidade diligenciaremos para que se concretize o que já está programado e contratualizado: o conserto dos tetos e telhados e a montagem de painéis de energia solar que permitam diminuir significativamente as despesas de consumo energético.

No tocante a equipamentos dos gabinetes e laboratórios, é preciso que todos se inspirem nas boas práticas existentes do CIAFEL, elaborando projetos de prestação de serviços e ou de investigação científica e candidatando-os ao financiamento externo. Esta fonte deve ser progressivamente utilizada.

15. Melhoria dos serviços

Sabedoria é saber o que fazer. Habilidade é saber como fazer. Virtude é fazer.

David Starr Jordan, 1851-1931

Serviços Administrativos

A Direção da Faculdade está e vai continuar atenta à necessidade de inovação dos Serviços Administrativos. Assim, após a sua eleição, avançou com uma reestruturação baseada na aprovação de um novo organograma de funcionamento. A implantação total das mudanças acontecerá ao longo de 2011, visando

- A melhoria do funcionamento e da inserção de dados no SIGARRA;
- Fundir os Serviços de Alunos e das Provas Académicas, reconstituindo-os como Serviços Académicos;
- A produção de Manuais de Procedimentos dos Serviços Administrativos;
- A organização de dossiês legislativos e regulamentares de cada serviço.

Nos últimos anos, devido a inúmeras tarefas de adequação a novos regulamentos e à falta de pessoal (em número e especialização), foi muito difícil a atualização em permanência da informação no SIGARRA, tal como o aproveitamento desta ferramenta que, embora revele algumas fraquezas, tem enormes potencialidades. Ao longo de 2010, com prolongamento em 2011, criaram-se práticas destinadas a informatizar o mais possível a relação dos Estudantes com os Serviços Académicos, reduzindo o ‘atendimento ao balcão’, libertando os funcionários desse Serviço para dar sequência às suas tarefas normais.

Aproveitou-se o fato de duas Estudantes do Curso de 2º Ciclo em Comunicação e Desporto realizarem o seu Estágio na Faculdade, tendo nomeadamente atuado no campo da Comunicação e da Imagem, renovando e atualizando a página da Faculdade no SIGARRA, elaborando os Guias da Faculdade e do Estudante, procedendo ao recorte e difusão interna das notícias sobre a Faculdade na comunicação social e intervindo no campo da divulgação externa de atividades da Escola.

Igualmente a digitalização global dos documentos teve o seu início em 2010 e vai continuar o seu caminho.

Eis exemplos de transformações operadas e que requerem ser objeto de continuidade e criatividade no presente e no futuro, dado o aumento do volume de trabalho e a manifesta carência de pessoal para o realizar.

Biblioteca

A história de uma instituição universitária prende-se com a da sua biblioteca. Uma biblioteca é como um organismo, com vida própria mas sem fim. Renova-se à medida que se renovam os seus periódicos, livros e afins. Esta renovação é uma tarefa indeclinável da Faculdade, comportando elevados custos financeiros, necessitando de uma constante atualização dos seus processos internos. Mais ainda, as novas tecnologias permitem alcançar outros públicos, outras fontes de informação e formas de divulgação do conhecimento produzido pela Faculdade. Uma biblioteca não mais pode ser um simples depósito de obras, mas um elemento pleno de vida que convida a frequentá-la e a respirar com prazer o oxigénio do saber.

Nesse sentido desde 2010 a Biblioteca vem sendo alvo de reorganização, conferindo-lhe mais atualidade, mais funcionalidade e mais serviços, de que destacamos os seguintes:

- Início da alteração do sistema de cotas e conseqüente reorganização dos documentos;

- De modo a permitir a reorganização dos documentos, foram retirados para arquivo os periódicos e livros antigos selecionados pelos docentes;
- Reorganização das tarefas dos funcionários;
- Reorganização da área técnica da Biblioteca;
- Inserção de *links* no Módulo de Publicações, de forma a permitir o acesso direto ao texto completo das dissertações de estudantes e docentes;
- Criação de um espaço de leitura de lazer.

A inovação na biblioteca vai continuar a ser uma importante linha de ação, tendo em vista corresponder a exigências do Processo de Bolonha (contidas na formulação dos seus princípios e objetivos, porém, infelizmente, descuidadas na implementação do mesmo), nomeadamente o apoio a uma das medidas da melhoria da formação dos estudantes, como seja a realização autónoma ou orientada de estudos e trabalhos.

Gabinete de Informática

A comunicação está na ordem do dia. Não comunicar significa não existir e não estar presente. As instituições sociais, entre as quais se destaca a universitária, são cada vez mais redes de conexões. Quebrar um desses elos é destruir um conjunto que tem de estar unido em permanência.

O Gabinete de Informática assume, pois, uma importância decisiva no contexto da Faculdade, mesmo que preze a discrição, só se dando pela sua existência quando o problema acontece.

Este Gabinete, para além das tarefas de gestão de todos os serviços inerentes à rede informática com um parque composto por cerca de 250 computadores, presta ainda valiosos serviços a todos os Estudantes da Faculdade.

Se consultarmos os Relatórios de Atividades dos anos passados, nomeadamente o de 2010, constatamos que este gabinete não cessa de assegurar intervenções nas áreas da segurança, do parque informático, da automatização de processos, do E-mail, da Web, da manutenção, alargamento e remodelação da rede e dos servidores, no apoio a congressos e eventos, na assistência aos utilizadores e na criação de procedimentos para geração de cartas em inglês para os estudantes do programa Erasmus.

Esta constatação autoriza a afirmar que o Gabinete de Informática é imprescindível ao bom funcionamento da Faculdade e que este seria profundamente penalizado com uma eventual e teimosa centralização de serviços pela Reitoria que acabasse com este indispensável serviço local ou reduzisse o âmbito e os meios da sua intervenção.

Ademais a FADE deseja implantar-se nas redes sociais, dado que estas representam hoje uma nova entidade de inegável valor. A integração da Faculdade no Facebook e no LinkedIn e Twitter, para a Europa e EUA, e no Orkut para o Brasil, parece uma iniciativa decisiva para levar a instituição ao mundo e a todos os antigos estudantes. Isto requer o indispensável e coordenado contributo do Gabinete de Relações Externas e dos serviços de informática.

Relações Externas

O Gabinete de Relações Externas, um fruto das alterações implantadas nos Serviços Administrativos, reforçou as suas competências, passando a coordenar várias atividades, tais como as relações internacionais, toda a comunicação interna e externa e a gestão da imagem.

Os resultados da reestruturação são já visíveis nos domínios da internacionalização, cooperação e mobilidade, bem como no da comunicação e gestão da imagem. A isso soma-se

- A participação em reuniões na Reitoria, visando afinar estratégias com os serviços centrais;
- A preparação e acolhimento, juntamente com o Diretor da Faculdade, de várias comitivas estrangeiras das mais diversas nacionalidades;
- A recepção de visitas de alunos do ensino secundário à Faculdade;
- A participação na organização e divulgação de eventos científicos e afins;
- A organização de reuniões na Faculdade com funcionários de Universidades estrangeiras, com a finalidade de dar a conhecer o labor da Faculdade e de trocar e avaliar experiências no que diz respeito às boas práticas nas Relações Internacionais.

Esta linha de ação é, naturalmente, para manter e aprimorar.

Observatório da Profissão

A criação de um observatório da profissão é uma necessidade há muito tempo sentida.

É urgente responder a diferentes questões, tais como:

- Onde estão colocados os nossos ex-estudantes?
- Quais os ofícios e os sectores (escola, ginásios, clubes desportivos, autarquias, etc.) que perfazem o campo profissional? Qual a percentagem de cada um?
- Quanto tempo dura a entrada no mercado de trabalho?
- Qual o salário médio?

Na mesma linha de preocupação insere-se o problema do acesso à profissão. Os estudantes acabam o curso e não têm qualquer apoio institucional para os orientar no ingresso profissional. Obviamente isto constitui uma inquietação que apela a tomar alguma medida nesta matéria.

A concretização deste desiderato não se apresenta fácil, dada a sobrecarga de tarefas que acomete os docentes e funcionários não docentes. Vamos

recorrer aos docentes do Gabinete de Gestão, para que estudem o assunto, incluindo a contribuição de estudantes de pós-graduação na área.

16. Relacionamento com a Associação de Estudantes

O poder corrompe, e o poder absoluto corrompe absolutamente.

Lord Acton, 1834-1902

A AE - Associação de Estudantes é um parceiro deveras relevante da promoção de uma cultura de qualidade e exigência na Faculdade. Dispõe igualmente de condições favoráveis à realização de ações com larga repercussão na mobilização e formação dos estudantes. Por isso mesmo é de toda a utilidade aprofundar as relações e concertar estratégias e esforços com ela, bem como atribuir-lhe um estatuto de consideração e respeito com ressonância e percepção junto dos estudantes, no sentido destes descobrirem e explorarem as potencialidades e oportunidades que a estrutura encerra e oferece.

Tradicionalmente a AE representava e mobilizava essencialmente os estudantes da graduação. Com a progressão em flecha da pós-graduação (Segundo e Terceiro Ciclos) é imperioso que ela se abra a um espectro mais alargado de membros e de problemas e interesses. Ou seja, a AE carece de uma transformação e renovação que devem ser estimuladas pela Direção da Faculdade, mediante a existência de relações de proximidade, diálogo, lealdade, franqueza e inter-ajuda.

Ademais a AE é indispensável para erradicar nos estudantes quaisquer indícios das gastas, estapafúrdias e deploráveis praxes, de resto proibidas dentro da Faculdade.

17. Renovação da Direção da Faculdade

O futuro é a aurora do passado.

Teixeira de Pascoaes, 1877-1952

O ano de 2010 caracterizou-se por uma acentuada mudança na configuração da Faculdade. Com efeito é neste ano que se implementam novos Estatutos da Faculdade, elaborados em conformidade com os Estatutos da UP, estes por sua vez determinados pelo RJIES.

Como resultado desta mutação instituem-se novos órgãos de governo da Faculdade, nomeadamente o Conselho de Representantes e o Conselho Executivo, altera-se a composição deste último, ocorre a eleição do Diretor pelo Conselho de Representantes através de um processo de candidatura assente em moldes diferentes do tradicional. Também o Conselho Científico vê reduzida a sua composição, passando os seus membros a ser eleitos.

Este processo arrasta-se durante praticamente todo o primeiro semestre de 2010, consumindo energias e gerando resquícios de animosidade e conflitualidade, naturais e habituais em situações deste género. Ou seja, a agitação decorrente do prolongado e pernicioso frenesi reformista que vem tomando conta da Universidade, perturbando de maneira evidente e excessiva a sua vida e as relações institucionais e até pessoais, teve algum eco dentro da Faculdade.

Ao fim e ao cabo, a situação tendeu rapidamente para a normalidade. Algumas sequelas foram ainda visíveis na distribuição do serviço docente; porém o ano escolar 2010/2011 iniciou-se em clima de absoluta tranquilidade.

O resultado das eleições apresenta um aspeto muito positivo, porquanto revela uma boa sintonia entre as forças da consolidação e da renovação,

harmoniosamente expressa pela entrada de docentes com largo futuro em órgãos presididos por docentes mais antigos e pela assunção da presidência do Conselho Científico (cumulativa com a função de Sub-Diretora) por uma docente jovem. Igualmente não é de desprezar o fato de se registrar um maior equilíbrio na ocupação dos lugares inerentes aos diversos órgãos por docentes de ambos os sexos. Do mesmo modo é de saudar a pertença ao Conselho de Representantes de dois membros externos, no caso duas personalidades altamente prestigiadas no meio sócio-profissional.

Ademais, não obstante os sobressaltos provocados pelo conjunto de eventos nada propícios a um clima muito produtivo, o ano 2010 assinala um notório avanço no capítulo do labor académico e científico, afirmando-se como um período de elevados índices nos diversos parâmetros da avaliação desta matéria.

Em suma, está em curso uma renovação dos protagonistas da instituição. Mais, uma das linhas de ação da Direção da Faculdade é, precisamente, a preocupação de ajudar a jovem geração de docentes a preparar-se paulatinamente para assumir funções e responsabilidades dirigentes e, assim, estar à altura de levar por diante e imprimir um rumo de confiança aos destinos e ao futuro da instituição.

18. Conclusão

A vida são deveres que nós trouxemos para fazer em casa.

Mário Quintana, 1906-1994

A equipa diretiva, os docentes, estudantes e funcionários da Faculdade estão, por certo, à altura de concretizar e operacionalizar as linhas de ação esboçadas e traçadas nas páginas anteriores. Tudo o que é fácil ou óbvio está feito, já foi inventado no passado. Fazer de novo (qual Sísifo atualizado e de carne, osso e sangue), de modo sustentável, comporta esforço, exige coragem, implica visões e aspirações, nossas e dos outros.

À semelhança da finalidade substancial do desporto, bem como da obra dos talentos, dos criadores e inovadores, queremos travar uma luta entre corpo e alma, entre quietude e inconformismo, entre rotina e inovação, entre ser e devir, entre estabilidade e subversão. Almejamos ser capazes de interiorizar e assimilar correntes e ventos desencontrados e, a partir dessa base, gerar novos procedimentos e práticas, destinados, por sua vez, a ser adoptados por outros. Essa capacidade casa-se com a propensão para arriscar, para confrontar e subverter a ordem existente, agindo tranquila e serenamente, sem esperar a eventual vinda e colheita de reconhecimento ou benefício similar num horizonte temporal mais ou menos distante, a não ser o da consciência satisfeita com a coerência da caminhada.

Temos todos, em conjunto e de mãos dadas, que dar seguimento à hercúlea empreitada com que, há alguns anos atrás, arrancamos e erguemos do nada a nossa Faculdade. Continuaremos a cumprir o sonho de a elevar a subidos níveis de excelência, de lhe dar voz e de a fazer cantar, com ritmo e harmonia, no coro polifónico nacional e universal. É essa a nossa diáspora, peregrinação e errância. É esse o destino honroso e nobilitante que nos

tocou em sorte. É ele que nos realiza e justifica como académicos e como pessoas, levando-nos a escalar o céu azul e ensolarado, a ultrapassar barreiras e obstáculos, a anular distâncias, a tornar próximo o longínquo, possível o impossível, como prescreve a acuidade médica, filosófica e poética de Miguel Torga:

Ter um destino

É não caber no berço

Onde o corpo nasceu,

É transpor as fronteiras

Uma a uma

E morrer sem nenhuma.

III. FECHO

$\rho = \rho(r, \omega t + \varepsilon) \rightarrow$ Esferas

$K \rho = \rho(r, \omega t + \varepsilon) \rightarrow$ Cilindros

missal
of Earth
s

*Os grandes navegadores devem sua
ótima reputação às grandes tempestades.*

Epicuro, 341 a.C. – 270 a.C.

Ao encerrar este documento, temos consciência acordada da sua incompletude, das suas falhas e debilidades. Serve-nos de alívio a concordância com a lúcida anotação de Fernando Pessoa: *“Não há síntese perfeita, porque não há análise perfeita. É por isso que os criminosos, como de há muito se diz, esquecem sempre qualquer detalhe no plano ou prática do seu crime”*.¹

Contrariando o que seria expectável, de pouco nos valeu a experiência. Afinal, mais uma vez se confirma a razão da definição de Oscar Wilde (1854-1900): *“Experiência é o nome que toda a gente dá aos seus erros”*.

Igualmente temos presente que muitas das considerações, expressas nas páginas anteriores, contêm juízos deveras críticos, severos e alguns de total discordância em relação aos rumos axiais que estão a ser aplicados à Universidade e à vida na sociedade. Claro que isto nos penaliza. Mas, querendo ser humanos, estamos sujeitos a cultivar horror ao “gorduroso odor do estábulo” (Nietzsche, 1844-1900), a ser desalinados e fugitivos da manada. Não por teimosia ou embirração, mas por inquietude e obrigação. Temos o dever de fugir, a sete pés, da animalidade e irracionalidade do bando e do rebanho. Somos seres de fuga, buscando e seguindo por linhas de ação e liberdade. Para escapar à captura pelas mais ardilosas e venais formas da alienação e sujeição. Temos que observar a máxima de Martin Luther King, Jr. (1929): *“A verdadeira medida de um homem não se vê na forma como se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas como se mantém em tempos de controvérsia e desafio.”*

E também não podemos esquecer e trair o lema da candidatura a Diretor da Faculdade: *Corrida contra o tempo. Pela ética, inovação, qualidade, responsabilidade e excelência.*

Neste transe amparamo-nos em Thiago de Melo: *“Quem não sonha o azul do voo perde o seu poder de pássaro”*.

¹ Fernando Pessoa, *Quaresma, Decifrador* (edição de Ana Maria Freitas).

Ora isto obriga a sonhar e a realizar: *Citius, Altius, Fortius!* A não cairmos na tentação de converter a reflexão em lamúria inibidora da ação; nem de nos entregarmos à ingênua espera de ver, de maneira espontânea, ultrapassados os males denunciados e realizados os sonhos idealizados, sem o empenho correspondente. A esperança passiva e demissionária aliena e tolhe os nossos passos.²

Como acentuou o Marechal Foch (1851-1929), “*a inacção é uma falta infamante*”. No que é secundado por José António Marina: “*O importante é a acção, que é o modo de converter em realidade as irrealidades que pensamos*”.³

Sem vontade nada feito, disse muito antes Aristóteles (384-322 a.C.). Aquilo (acrasia, peso, gravidade, indolência, preguiça, desídia e obesidade nos sentimentos, nos objetivos, nos olhos, no coração e na alma) que nos puxa para o chão e para a inércia é que nos afunda no pasmo, na falsidade, violência e iniquidade, no nível zero de humanização, e nos atira para fora da órbita da dignidade.

O ânimo é o constituinte fundamental para nos mantermos em voo, para não nos rendermos ao desleixo, para ultrapassarmos a nossa condição de homens de mente e desejos divididos e escaparmos à atração da selva tão perto e dentro de nós. Para tanto necessitamos do amparo da ética, sabendo que ela é árdua, por se situar no domínio do custoso, do grande, do excelente e elevado, daquilo que supera as faculdades animais que são faculdades do fácil, da desistência e omissão. Ela seduz para as alturas, possibilitando que sejamos seres minúsculos com sonhos maiúsculos, capazes de converter o miserável em grandioso.

Por outro lado, temos presente a formulação de Píndaro (521-441 a.C.): o atleta é “aquele que se deleita com o esforço e o risco”. É isto que constitui o

² Seja permitida a inclusão destas citações, de dois cidadãos brasileiros, isto é, lusófonos, pertencentes ao campo da música:

“*Quem sabe faz a hora, não espera acontecer*” (Geraldo Vandré).

“*Meu tempo é hoje*” (Paulinho da Viola).

³ José António Marina: *Ética para Náufragos*. Editorial Caminho, Lisboa, 1997.

desporto e é constituinte de nós, expressão do nosso ser. Carregamos este desafio e destino, o peso do sentido da vida e do enobrecimento da existência.

Eis porque devemos aderir com afinco e afeto ao chamamento de Fernando Savater: *“O facto de estarmos inseridos numa sociedade que tem voltado as costas à ética não é motivo para desanimarmos. Somente a virtude é capaz de renovar as forças do homem, convidando as pessoas a aplicar-se na observância do dever. O agir virtuoso ou ético não pode ser uma prática ocasional ou esporádica, mas sim um hábito alicerçado na vontade e capacidade de perseverar na perseguição do bem e do belo”*.⁴

Deixemo-nos, ainda, confortar e apaziguar, encantar, estimular e incendiar pela convicção de Robert Doisneau (1912-1994): *“As modas passam. O que é belo permanece”*. E pelo posicionamento assertivo de Boaventura de Sousa Santos: *“Ser utópico é a maneira mais consciente de ser realista no final do século XX”*.

Aos professores cumpre integrar a plêiade dos que aram, revolvem e amanham a terra árida e estéril, para nela lançar a *canção do semeador*, de Miguel Torga (1907-1995):

*Na terra negra da vida,
Pousio do desespero,
É que o Poeta semeia
Poemas de confiança.
O Poeta é uma criança
Que devaneia.*

⁴ SAVATER, Fernando (1997): *O VALOR DE EDUCAR*. Editorial Presença, Lisboa.

*Mas todo o sementeiro
Semeia contra o presente.
Semeia como vidente
A seara do futuro,
Sem saber se o chão é duro
E lhe recebe a semente.*

Porto, Abril de 2011

O Diretor

(Jorge Olímpio Bento)

Professor Catedrático

Design Armando Vilas Boas